



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
BACHAREL EM GEOGRAFIA**

MARA EDILARA BATISTA DE OLIVEIRA

A PROPOSTA EDUCATIVA DO MST E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO  
TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO RURAL ZUMBI DOS PALMARES



João Pessoa

2007

O desenho da capa é de Jucimara da Silva\*

Aluno da 4ª série (2005), da Escola Intinerante Zumbi dos Palmares

*Paraná*

Publicado no Catálogo do Concurso Nacional para Estudantes do MST: as sementes são patrimônio da humanidade (2004)

MARA EDILARA BATISTA DE OLIVEIRA

A PROPOSTA EDUCATIVA DO MST E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO  
TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO RURAL ZUMBI DOS PALMARES

Monografia apresentada ao  
Departamento de Geociências da  
Universidade Federal da Paraíba, para  
obtenção de título de Bacharel em  
Geografia.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dr. Maria Franco  
García

João Pessoa

2007

## TERMO DE APROVAÇÃO

### A PROPOSTA EDUCATIVA DO MST E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO RURAL ZUMBI DOS PALMARES

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia, Universidade Federal d Paraíba, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Franco García

---

Membro: Prof<sup>o</sup> M.Sc. Marco Antonio Mitidiero

---

Prof<sup>o</sup> Bal. Alexandre Peixoto Faria

---

## *Agradecimentos*

---

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta de muitas pessoas. Manifestamos nossa gratidão a todas elas e de forma particular:

- Imensamente a minha orientadora a Prof<sup>ª</sup> Maria Franco que foi quem me apresentou os primeiros passos por dessa caminhada, nela encontrei um apoio em um ano que não tive durante três anos e meio de curso, ela foi acima de tudo amiga e companheira sempre me orientando para os caminhos certos a serem seguidos e se fez mais do que presente em todos os momentos da pesquisa, me dando total apoio;

- Aos professores do Departamento de Geociências Prof<sup>ª</sup> Fátima Rodrigues pelo apoio através do LOGEPA, e ao Prof<sup>º</sup> Eduardo Viana que me ajudou com as bases cartográficas dos mapas construídos nessa pesquisa. Aos funcionários do Departamento de Geociências o Sr. Francisco e a Casilda Fonseca, pelo apoio;

- Aos meus amigos do grupo de estudo, Alexandre e Kátia, que estiveram presente durante todo o percurso investigativo dessa pesquisa, principalmente no campo. A meus amigos de turma Alessya, Thiago e Marcos Aurélio, que estiveram presente nas horas boas e nas horas de dificuldades durante todo o curso, seja me dando carona, seja me emprestando livros, ou ainda me apoiando com palavras amigas.

- À minha família, meus irmãos, meus cunhados, sobrinhos, amigas-irmãs, meu pai e principalmente a minha mãe, que me apoiou em todas as decisões tomadas durante esse meu percurso universitário, buscando sempre nos momentos difíceis me mostrar o lado bom das coisas, é por esse apoio que tenho essa pesquisa hoje aqui apresentada.

Minha vida é andar  
Por esse país  
Pra ver se um dia  
Descanso feliz  
Guardando as recordações  
Das terras por onde passei  
Andando pelos sertões  
E dos amigos que lá deixei.

(A Vida de Viajante

Composição: Luiz Gonzaga e Hervê Cordovil)

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Paraíba, 1989 – Ocupação .....	35
Figura 02 – Estrutura Organizacional do MST – 2007 .....	41
Figura 03 – Imagem da avenida principal da cidade de Mari, onde passa a antiga linha de trem, desabilitada .....	41
Figura 04 – Configuração do Assentamento Rural Zumbi dos Palmares, e a sua configuração em agrovila e sua infra-estrutura .....	75
Figura 05 – Acampamento Pequena Vanessa que se encontra em terras do Assentamento do Zumbi dos Palmares, cedidas pelo MST .....	81
Figura 06 – Plantação de mandioca no Assentamento.....	85
Figura 07 – Foto da parte externa da Escola Municipal Zumbi dos Palmares, construída no antigo Galpão da casa de farinha da Fazenda Cafundó .....	96
Figura 08 – Merenda da Escola Zumbi dos Palmares .....	100
Figura 09 – Reservatório d’água da Escola Zumbi dos Palmares, utilizada para beber, cozinhar, lavar mãos, e as demais necessidades da Escola .....	101
Figura 10 – Parte interna da Escola, sala de aula, cozinha e diretoria .....	102
Figura 11 – Transporte enviado pela Prefeitura para o deslocamento das crianças do Assentamento pra a Escola Zumbi dos Palmares e para as escolas da cidade .....	103

## LISTA DE MAPAS

MAPA 01 – Territorialização e Espacialização dos Assentamentos Liderados pelo MST com ou sem Escolas no Estado da Paraíba

MAPA 02 – Espacialização do MST na Paraíba através das Brigadas Regionais

MAPA 03 - Localização do Município de Mari na Mesorregião da Mata Paraibana

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Projetos de assentamentos liderados pelo MST no Estado da Paraíba por município e por número de famílias ..... 39

Tabela 02: Composição de benefício financeiros (básico e variável) do PBF ..... 78

Tabela 03: Caracterização das Escolas Segundo a oferta de merenda, composição e local de preparação (%) – Brasil e Região Nordeste – 2004 .....100



## SUMÁRIO

1.Introdução	10
2. Movimentos Sociais e Luta pela Terra	16
2.1. A Mobilização e a Organização dos Trabalhadores Rurais no Campo	17
2.2. Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST): seu histórico e sua estrutura organizacional	25
2.3.Contexto de luta pela terra na Paraíba:o papel dos movimentos sociais no campo	32
2.4. Características Sócio-espaciais do Município e Mari	41
3. De uma Escola no Campo a uma Escola do Campo	51
3.1. A Mobilização e a Organização dos Trabalhadores Rurais no Campo	51
3.2. Movimento Nacional Por uma Educação Básica do Campo	53
3.3. A participação do MST na construção da Educação do Campo	57
3.3.1 <i>A Educação Infantil do MST</i>	62
3.3.2. <i>A Educação de Jovens e Adultos no MST</i>	63
3.4. A luta na construção das Diretrizes Operacionais para uma Educação Básica do Campo	65
3.5. Como a Escola do Assentamento Zumbi dos Palmares busca essa Educação do Campo	68
3.6. A geografia da sala de aula: buscando o paradigma da educação do campo	69
4. Assentamento Rural Zumbi dos Palmares: luta, resistência e educação	72
4.1. A história de luta e conquista do assentamento Rural Zumbi dos Palmares – Mari: do momento <i>acampamento ao assentamento</i>	73
4.2. Caracterização sócio-espacial do Assentamento Rural Zumbi dos Palmares	74
4.2.1. <i>Relações de Trabalho e Produção no Assentamento</i>	82
4.3. Educação em Movimento no Assentamento Rural Zumbi do Palmares	85
4.3.1. <i>A Atuação do Setor de Educação do MST</i>	86
4.3.2. <i>A construção da Escola Zumbi dos Palmares: a luta das famílias do assentamento pela educação</i>	88
4.3.3. <i>A Pedagogia do Movimento na Escola Zumbi dos Palmares</i>	92
5. Considerações Finais	102
6. Referências Bibliográficas	107

## *1. Introdução*

---

O estudo geográfico dos assentamentos de luta pela terra e pela Reforma Agrária pode vir a contribuir para desenvolvimento das famílias que vivem e trabalham no campo. Com esse intuito apresentamos neste trabalho de conclusão do curso de Geografia, desenvolvido junto ao Departamento de Geociências da UFPB de João Pessoa, os caminhos e os resultados de uma pesquisa que se situa no descompasso educativo histórico e espacial dos trabalhadores rurais e sem-terra. Como objetivo central de pesquisa destaca a apreensão da proposta educativa do MST e a sua relação com a formação territorial do Assentamento Rural Zumbi dos Palmares, localizado no município de Mari na região da Mata Paraibana.

O nosso primeiro interesse veio após uma aula de campo da disciplina do Mestrado de Geografia da UFPB, Educação do Campo, da qual participei convidada pela professora da disciplina e minha orientadora a Prof<sup>a</sup> Maria Franco García. Esta aula aconteceu justamente no assentamento aqui estudado, foi quando tivemos primeiro contato com os atores presente em nossa pesquisa. Foi com a Prof.<sup>a</sup> María Franco, que encontrei estímulo, dedicação, e orientação para dar início a pesquisa aqui apresentada. Nesse primeiro momento conversamos com a Diretora da Escola, a qual é minha conterrânea, “sertaneja braba”, com a qual eu pude contar durante toda a pesquisa; com as professoras que já mudaram com o decorrer da pesquisa; e com a Secretária da Escola, a qual nos acolheu muito bem e que sentimos nela uma forte vontade de mudança e de continuidade no processo de uma educação diferenciada para a Escola Zumbi.

Quando retornamos dessa aula de campo voltamos decididas a realizar uma pesquisa maior que viria a ser o presente trabalho, precisaríamos ler mais sobre o tema Educação do Campo, buscar quem são os principais autores que discutiam tal tema. Começamos por uma busca nas bibliotecas da UFPB, setoriais e central, com um levantamento de teses, dissertações e monografias referentes ao tema. E percebemos que a Educação como aqui referida pouco havia sido objeto de estudo no Estado da Paraíba. E se buscássemos sob uma visão geográfica como pretendíamos realizar muito pouco se encontraria, tal vez ainda seja um tema ainda muito recente para essa ciência.

Já no Centro de Educação encontramos maiores referências, pois é neste centro onde ocorrem maiores projetos relacionados ao tema.

Visto isso partimos para bibliografias de outros estados, como referência para o que poderíamos buscar e construir na Paraíba. Muitos autores que buscamos desenvolvem projetos riquíssimos e já de grande andamento em assentamentos e acampamentos no Sul e sudeste do País, os quais nos serviu para ter uma visão panorâmica desse modelo de desenvolvimento de um projeto de educação diferenciado para os povos do campo. Autores como FERNANDES, VENDRAMINI, CALDART foram como balizadores de nossa pesquisa pois nos levavam para um entendimento geral no âmbito da educação do MST, na qual pretendíamos nos deter mais aprofundadamente devido a Escola ser vinculada ao MST.

Após esse levantamento e com um maior nível de leituras referentes a temática partimos para o campo, para tal puder contar com a grande força da equipe do grupo de estudos do qual participo, pois precisaríamos conhecer minuciosamente os atores envolvidos nesse processo, portanto foi de grande importância contar com tal equipe. Neste campo realizado em 23 e 24 de março do presente ano, partimos com questionários para serem aplicados a todas as famílias do assentamento e acampamento; com entrevistas para o Secretário de Educação do município, Diretoria e Secretaria da Escola, professores da Escola e coordenação do Assentamento.

No primeiro dia, que foi uma sexta-feira, fomos primeiramente à Secretaria de Educação do Município, e tivemos o primeiro contato com o Secretário, que nos recebeu muito atenciosamente e prestes a nos dar toda informação necessária, precisaríamos saber neste momento qual a posição da secretaria frente a proposta educacional do MST na “Escola Zumbi”, até que ponto ele concordava, e até que ponto a Secretaria estava presente nessa alternância. Ele nos forneceu dados das Escolas dos Assentamentos presentes no município e nos relatou como se dar essa relação entre secretaria e direção da escola.

No segundo momento deste dia fomos a Escola Municipal Zumbi dos Palmares, desta vez precisaríamos estabelecer um vínculo maior com a Escola e com seus ideais, conhecer as dificuldades e os seus objetivos. Conversamos com a Secretária da Escola, a qual nos relatou todo processo histórico de luta e construção da Escola, a qual nos foi de grande importância na construção da presente pesquisa. E realizamos entrevistas com os professores da Escola, que são três, deles precisaríamos ver até que ponto eles conheciam essa educação proposta pela escola, pelo Movimento, ou ainda o

quanto eles conheciam a história de luta do MST, ou do assentamento, pois considera-se esse um dos grandes passos na construção e uma Educação do Campo.

No segundo dia de campo precisaríamos conhecer melhor as famílias assentadas e acampadas, aproveitar que era fim de semana e encontrar mais pessoas em casa, os pais e as crianças, a disposição do assentamento em agrovila facilitou o nosso percurso e acesso às casas, conversamos com 67 famílias e consideramos como 100%, pois as oito famílias que não se encontravam em casa estavam viajando e dessa forma não participariam em outros momentos da nossa pesquisa. No acampamento, que se encontra nas terras do assentamento, isso será melhor explicado durante a pesquisa, realizamos questionário apenas com algumas famílias apenas para traçar um rápido perfil da luta por terra dessas famílias.

Realizamos também uma entrevista com a coordenação do assentamento, a qual nos foi muito rica, pois com ela foi possível entender o processo de luta, conquista e resistência dessas famílias assentadas, que fazem parte de um movimento maior o MST. Claro que também esse histórico foi construído á cada questionário aplicado às famílias, pois cada uma delas tinham suas histórias para contar, construindo um grande coletivo.

Com esses dados em mão após trabalhá-los através de tabulação de dados em planilhas do *Excel*, pudemos traçar um perfil geral do Assentamento, Acampamento e Escola. Foi a partir daí que surgiram dúvidas, pois podemos através disto melhor conhecer a realidade dessas famílias e da sua luta. Precisávamos questionar os responsáveis pelos descasos que encontramos a realidade cruel da qual começamos a conhecer.

Foi daí que notamos a necessidade de conhecer melhor a atuação do MST na Paraíba, para isso procuramos a Secretaria Estadual localizada aqui mesmo em João Pessoa, com a qual buscamos entender melhor essa organização interna do Movimento e seu histórico de atuação aqui na Paraíba, conversamos com o secretário do MST, o qual nos intrigou a uma nova organização interna do MST, principalmente no que se refere a sua organização Estadual. Foi aí que decidimos construir mapas e organogramas dessa organização, o quais poderão notar durante o decorrer da pesquisa, talvez esse seja o nosso papel como geógrafo: espacializar essas lutas.

Com isso podemos nos posicionar melhor aos papéis desenvolvidos por cada responsável pelas famílias assentadas e acampadas. Também podemos perceber que essa luta era uma lutar maior, que vinha de toda uma construção histórica

não só nacional e estadual, assim como também municipal e notamos que era o momento de retornarmos ao município de Mari. Nesse momento, em 07 de maio de 2007, buscamos entrevistar a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Município, a atuação EMATER no município, o supervisor das escolas do campo no município, e desta vez entrevistar a Diretora da Escola que não se encontrava no outro momento.

O secretário de Desenvolvimento agrário pouco pode nos ajudar era novo no cargo, e não conseguiu nos passar muito esse histórico do município. Então nos foi recomendado o Chefe de Escritório da EMATER no município, o qual nos traçou um perfil agrícola do município muito rico, o qual utilizamos em grande parte na construção do nosso texto. O supervisor das Escolas do Campo também nos ajudou a melhor compreender como se dá essa relação entre a Secretaria de educação e as Escolas, quais os direitos e deveres de ambas.

Outra conversa que nos foi indicada pelo Secretário de Educação foi com o presidente dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mari, o qual nos pode contar histórias vivenciadas da luta pela terra no tempo das Ligas Camponesas, tornando a construção de nossa pesquisa mais “viva”.

Foi com esses passos que construímos a pesquisa aqui apresentada a qual organizamos da seguinte maneira: no primeiro capítulo construímos um histórico dos movimentos sociais e suas lutas no campo como um afunilamento de uma pirâmide começando do nacional, ao estadual, para chegarmos no municipal. Essa construção se dá principalmente sob uma maior análise de um movimento específico o MST e buscando sempre o papel da educação nesse processo de luta e construção desses movimentos sociais.

No segundo capítulo buscamos principalmente nos deter ao município de Mari, suas principais características, física e sócio econômicas, para dar uma melhor abrangência ao leitor do “local” e notar em que processo histórico essa luta, do assentamento estudado, está sendo desenvolvida, pois essa não é uma luta solta sem vínculos com a comunidade local, mas sim construída à partir das necessidades dela.

No terceiro capítulo levantamos a importância do tema estudado a Educação do Campo, como surge esse novo paradigma, e sua construção sob uma visão geográfica. Tentamos nesse momento levantar as principais características de uma educação diferenciada no campo, para melhor analisar a educação utilizada na Escola do Assentamento, as pedagogias utilizadas e mais uma vez o papel do MST nessa construção da *Pedagogia do Movimento*.

O quarto capítulo, consideramos o capítulo chave da pesquisa, pois é nele que mostramos todos os resultados de nossa pesquisa. É nele que o leitor pode se sentir mais dentro do Assentamento e participante da luta das famílias que constroem essa luta. Descrevemos nele a luta, a conquista e a resistência das famílias assentadas no Zumbi dos Palmares. A luta por uma escola, e depois a luta por uma escola diferenciada. E uma análise do que realmente está sendo realizado dentro da Escola Zumbi dos Palmares para a implementação de uma escola vinculada ao MST.

## *Capítulo I*

### *Movimentos Sociais e Luta pela Terra*

---

## 2. Movimentos Sociais e Luta pela Terra

*A manifestação de interesses comuns e a realização dos que vivem sob as mesmas condições de exploração criam a possibilidade de uma consciência de classe. Quando as classes conscientes geram um movimento social e uma organização de classe, desenvolve uma ideologia própria de classe.*

*Scherer-Warren,, 1987*

Diversas são as ciências que entendem por movimento social uma categoria de análise importante para a apreensão da realidade. Os principais referenciais teóricos advêm da Sociologia, e remetem ao entendimento destes processos como expressões ou formas de organização que adotam as sociedades ao longo do tempo.

Essas formas temporais, por serem sociais, possuem uma dimensão espacial. O estudo dos significados e sentidos espaciais que os movimentos sociais têm, ou seja, os processos de espacialização e a territorialização das suas lutas, são questões importantes para os geógrafos.

Na geografia agrária brasileira tem-se travado um rico debate em torno da concepção do movimento social como uma categoria geográfica. Aliás, podemos afirmar que a cada dia a pesquisa da Geografia dos Movimentos Sociais no Campo se amplia. Reflexo da necessidade de acompanhar a dinâmica territorial destes sujeitos coletivos, e analisar as novas territorialidades que eles constroem. Entendemos aqui esses movimentos como *movimento territorial*, concordando com Franco (2004) que afirma discordar da noção de “*movimento sócio-territorial*” elaborado por Fernandes (2000). A autora ainda afirma:

Tal análise de modo algum diverge da apreciação de Fernandes que entende o MST para além de um movimento de massas. Aliás concordamos plenamente com eles ao afirmar que as referências do movimento social das que dispomos são insuficientes para pensá-lo. (...) Sob a denominação de movimento territorial entendemos como aquele que na sua estrutura, organização e consecução depende sobretudo da apropriação simbólica, ou não, do território. O que significa entender o território como um espaço, ao mesmo tempo, de



apropriação e reprodução concreta e simbólica. Entendemos que o novo conceito de “movimento sócio-territorial” esvazia o significado político do espaço singularizado no conceito território (p. 20).

A premissa que partimos no nosso estudo é a concepção do Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como um movimento social que constrói estruturas, desenvolve processos, organiza e domina territórios. Estamos procurando compreendê-lo a partir da sua singularidade expressa no assentamento rural Zumbi dos Palmares, além de suas formas de organização, mas também pelos processos que desenvolve dentro e fora dessa comunidade, pelos espaços diferenciados de luta e resistência que constrói no próprio assentamento e pelo território que domina.

Para isso partimos da análise da sua principal ferramenta de luta: a ocupação da terra, a apropriação do espaço. Esta é a primeira ação de muitos dos movimentos que lutam pela terra e a materialização da resistência à exploração e expropriação dos trabalhadores (LIMA, 2006). Nossa proposta no momento é a história de luta e resistência na terra, com ênfase ao Estado da Paraíba, para daí podermos compreender a prática educacional do Movimento no Assentamento Rural Zumbi dos Palmares, no município de Mari e *locus* de nossa pesquisa.

### **3.1. A Mobilização e a Organização dos Trabalhadores Rurais no Campo**

*Art 156:  
A lei facilitará a fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas. Para esse fim, e, dentre eles, os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados.  
(Constituição de 1946; Art. 156)*

O Brasil, na sua condição de colonização de exploração européia, teve desde seu processo de formação do território implantado um modelo de mercado para exportação, que abastecia o mercado europeu. A economia brasileira, tanto em processo de colônia de exploração como de povoamento, teve a sua economia voltada para o mercado externo. Essa é uma herança que permeia até hoje no cerne da sociedade

brasileira. O Brasil tem que produzir para exportar e só, secundariamente, para abastecer o mercado interno.

Desde a implantação das primeiras formas de exploração agrícola as “plantations”, consolida um modelo de exploração tipicamente capitalista, em que o governo concedia a posse da terra a colonos ricos que dispusessem de condições para explorar os seus imensos lotes e defendê-los dos ataques indígenas e dos piratas. Iniciava-se assim a utilização do sistema das sesmarias no continente americano. Nesse modelo o beneficiário da dádiva real ou do donatário da capitania tinha apenas a posse da terra, permanecendo o domínio com o doador, consagrando a grande propriedade no território da colônia em formação (ANDRADE, 2002).

Mesmo com a Lei de Terras de 1850<sup>1</sup>, que estabelecia que qualquer cidadão poderia se transformar em proprietário de terras, essa característica visava, sobretudo impedir que os futuros ex-trabalhadores escravizados<sup>2</sup>, ao serem libertos, pudessem se transformar em camponeses, em pequenos proprietários de terras, pois não possuindo nenhum bem, não teriam dinheiro para comprar terras à coroa, e continuariam a mercê dos fazendeiros, como assalariados. Poucas eram as pessoas que podiam adquirir terras, o que condicionou a agudização do processo de exploração da mão-de-obra assalariada. Consolidava-se aí o poder do latifúndio na agricultura brasileira, cuja importância é até hoje mantida, apesar das grandes lutas dos trabalhadores do meio rural brasileiro, por acesso à propriedade da terra.

As organizações de luta pela terra tiveram uma melhor consolidação no século XX. No período que se abriu em 1945 com a queda do Estado Novo e se encerrou em 1964 com o golpe militar, marcado por grandes e rápidas transformações na economia e na sociedade brasileira: a industrialização se potencializou nos anos 50, a urbanização se intensificou, novos grupos sociais e novos interesses se constituíram; e novas necessidades se impuseram. A agricultura, no entanto, ainda voltada predominantemente para exportação pouco se modernizou, sem apresentar significativos aumentos de produtividade. Esse descompasso entre a indústria e a

---

<sup>1</sup> A Lei de nº 601 de 1850 estabelece pela primeira vez no Brasil a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra, que é bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista a economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então a ter preço. A lei normatizou, então. A propriedade privada da terra. (STÉDILE, 2005).

<sup>2</sup> A abolição da escravatura só viria a ser normatizada em 1888 através da Lei Áurea. Segundo Stédile (2005), quase dois milhões de adultos ex-escravos saem das fazendas, das senzalas, abandonando o trabalho agrícola, e se dirigem para as cidades, em busca de alguma alternativa de sobrevivência, agora vendendo “livremente” sua força de trabalho (STÉDILE, 2005).

agricultura no país trouxe as forças políticas a atuarem sobre a necessidade de eliminar o “atraso” que reinava no campo. É nesse panorama de dinâmicas transformações na conjuntura da sociedade brasileira, que os trabalhadores rurais emergem como atores políticos, reivindicando direitos que colocavam em jogo as formas tradicionais de mando e que questionavam as alianças políticas que sustentavam o poder (MEDEIROS, 1989).

As primeiras reivindicações surgiram através de denúncias de trabalhadores rurais, que viviam explorados. Foram os trabalhadores rurais *arrendatários* e *meeiros*, quem protagonizaram as primeiras revoltas. Estes trabalhadores cultivavam terras alheia, entregando uma parte do que produziam, geralmente a metade, a título de renda da terra, aos proprietários das terras. As reivindicações destes eram de dois tipos: a luta pela redução das taxas de arrendamento; e a luta pela permanência na terra, pois no arrendamento o *arrendatário* deveria devolver as terras após três anos de uso, com pasto formado.

Uma outra categoria que se encontrava em conflito eram os *posseiros*, que são lavradores (agricultores) que juntamente com a família ocupam pequenas áreas de terras devolutas ou improdutivas, isto é, terras que não estão sendo utilizadas e que pertencem ao governo, que lutava contra os *grileiros*<sup>3</sup>, que designa quem está na posse ilegal terras, por meio de documentos falsificados, ou que da mesma forma ocupam terras devolutas.

Uma das organizações utilizadas no processo de luta pela terra foi o sindicalismo, mas este meio, os sindicatos, era uma organização dos trabalhadores assalariados, como os colonos, moradores, camaradas. Relações de trabalho como as citadas acima (arrendatário, posseiros, meeiros, diaristas, etc), eram a grande maioria dos trabalhadores rurais na época e estariam fora da abrangência do sindicalismo. Ainda assim a sindicalização seria a forma mais eficiente de luta por direitos trabalhistas e encontrava respaldo legal na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Foi com base nessa legislação que alguns sindicatos conseguiram reconhecimento, pelo Ministério do Trabalho, já em meados dos anos 50.

Foi com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), à partir de 1943, em seu período de renovação como partido de massa, que então o termo camponês surgiu

---

<sup>3</sup> O termo provém da técnica usada para o efeito, que consiste em colocar escrituras falsas dentro uma caixa com grilos, de modo a deixar os documentos amarelados e roídos, dando-lhes uma aparência antiga e, por consequência, mais verosímil.

como categoria específica na luta pela terra. Essa categoria serviria para designar as massas exploradas do campo, que envolvia *meeiros*, *parceiros*, *arrendatários*, pequenos proprietários, entre outros. As propostas políticas desse partido estavam imbricadas de objetivos político como a extinção do latifúndio e dos latifundiários, enquanto classe. Como afirma Medeiros (1989):

Além dos interesses mais imediatos dos camponeses, que assim se veriam libertados da miséria e da opressão, e do proletariado, também a burguesia industrial nacional só teria a ganhar com o fim do latifúndio, visto que se libertariam as forças produtivas no campo e ampliar-se-iam os mercados. Esta seria a base de uma revolução de perfil democrático-burguês, onde a reforma agrária teria papel central. (MEDEIROS, 1989, p.27)

Foi no período de pré-64 que surgiram em Pernambuco, a Ligas Camponesas, uma das maiores organizações da história de luta pela terra. Em Recife José dos Prazeres foi eleito primeiro presidente das Ligas Camponesas, em 1956, logo após o I Congresso Camponês de Pernambuco. A partir desse momento, foram feitas sucessivas mobilizações e construiu-se um corpo integrado de demandas que incluíam a extinção do *cambão*, que consistia no sistema de moradia, onde o agricultor trabalhava nas fazendas gratuitamente, e do *barracão* onde o trabalhador às vezes se endividava, pois via de regra comprava os mantimentos num barracão instalado na propriedade. Essa era uma forma de prender o trabalhador à terra submetendo-o a um sistema de semi-escravidão, e a luta contra o aumento de foro. A essas reivindicações mais imediatas acoplava-se a luta pela reforma agrária. O que marcou a ação das Ligas nesse período foi o fato de os camponeses irem às ruas, realizando marchas, comícios, congressos, procurando não só reforçar sua organização interna como ampliar sua base de apoio à cidade, e dessa forma colocar-se ao abrigo da repressão dos proprietários. A sua luta pela desapropriação de engenho da Galiléia, em Vitória de Santo Antão, em conflito desde 1955, e a sua conquista em 1959, projetaram as Ligas nacionalmente, alimentando o debate sobre a luta pela terra e a reforma agrária (MEDEIROS, 1989).

A compreensão do processo de expansão nacional do movimento das Ligas Camponesas, para Oliveira (2002), tem que ser entendido, também no seio da discussão capitalista no Brasil, entre as diferentes tendências políticas da esquerda. Fundamentalmente, com a orientação do Partido Comunista do Brasil, é criada em 1954 em São Paulo a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB),

com a finalidade de coordenar as associações camponesas até então existentes. Esta organização vai funcionar como instrumento de articulação do processo de luta camponesa no seio do processo de luta dos trabalhadores em geral no país. Esse processo deveria caminhar no sentido de uma revolução democrático-burguesa, como etapa necessária para a revolução socialista (OLIVEIRA, 2002).

Entretanto, as cisões instauradas no seio do PC, sobretudo após 1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil, realizado em 1961 em Belo Horizonte, vão marcar o início das divergências entre os movimentos da ULTAB, mais na direção da sindicalização, e das Ligas, com suas propostas de luta por uma reforma agrária radical. A marca da violência dessa escolha marcou o histórico da violência no processo de luta das Ligas Camponesas. Junto com o crescimento das greves, registra-se o assassinato das lideranças e dos trabalhadores. Dentre essa forte onda de violência, o assassinato de João Pedro Teixeira, líder e camponês da Liga de Sapé, um dos municípios que fazem divisa com o município de Mari na Mesorregião da Mata Paraibana – Associação dos Lavradores e Trabalhadores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé – foi um dos que ganhou projeção nacional, pois essa liga era uma das maiores do Nordeste, com mais de sete mil sócios (OLIVEIRA, 2002).

Em crise interna, a partir de 1961, as Ligas Camponesas, começaram a perder forças no palco das discussões políticas. Assim novas organizações surgem na luta pela terra a Igreja foi um dos atores que passaram atuar com o papel de assessorar os trabalhadores rurais, através do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, a Equipe de Sindicalização Rural da Paraíba, a Equipe de Sindicalização da Secretaria de Planejamento da Arquidiocese de Teresina, Serviço de Orientação Rural de Alagoas e o Movimento de Educação de Base (MEB), que passou a atuar através de Escolas Radiofônicas, impulsionando a sindicalização em diversos outros Estados. Ainda juntamente a essas organizações havia a orientação comum, dada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que era a de criação de um sindicalismo cristão, afastado das lutas de classe, mas defensor dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária, baseada na propriedade familiar. Tendo como objetivo central o combate ao comunismo, a CNBB, defendia a extensão dessa sindicalização a todos os centros rurais, sobretudo, quando agitados por reivindicações justas, mas conduzidas por segundas intenções. Essa orientação, todavia, era mediatizada pelo tipo de concepção da Igreja Local, que acaba por impor sua marca à organização emergente (MEDEIROS, 1989).

Com a regulamentação, em 1962, da sindicalização rural, instituiu-se uma verdadeira corrida entre as diferentes forças políticas que atuavam no campo em busca do reconhecimento de seus sindicatos. Com a realização em julho de 1963, em Natal, da I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, acelerou-se a competição na legalização dos sindicatos por municípios. Nela com representação majoritária nordestina e dos sindicatos vinculados à igreja, discutiu-se a necessidade de fundação de uma confederação sindical. Em janeiro de 1964, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) assumiu dois compromissos básicos: a luta pelo reforço e ampliação dos sindicatos, assim como da unidade do movimento e a encampação das resoluções do Congresso de Belo Horizonte.

Foi no período pós-64 que as lutas dos trabalhadores do campo sofreram maior repressão política. Sedes, Ligas e Sindicatos foram fechados e vasculhados; as lideranças perseguidas; muitos foram presos, muitos outros assassinados; outros ainda conseguiram escapar ao cerco e se exilar ou no Exterior, como foi o caso do Presidente da CONTAG, Lindolfo Silva, ou no próprio país, abrindo mão até mesmo de sua identidade, como ocorreu com Elizabeth Teixeira, líder das ligas Camponesas na Paraíba (MEDEIROS, 1989).

Em Novembro de 1964 finalmente foi aprovado pelo congresso Nacional o projeto de Estatuto da Terra, acompanhado de uma mensagem presidencial (mensagem 33) e de uma emenda constitucional que viabilizava aquela que fora uma das principais demandas dos trabalhadores no início dos anos 60: o pagamento das terras desapropriadas com títulos da dívida agrária. Esse documento foi considerado mais do que uma lei de reforma agrária, uma Lei de Desenvolvimento Rural, assim se propunha a fazer duas partes bastante distintas, uma referente à reforma, outra ao desenvolvimento. Um dos componentes do projeto modernizante do governo militar, mas também explicitando constantemente sua preocupação com as tensões sociais, o Estatuto da Terra, acabou por impor aos trabalhadores rurais um determinado campo de luta pela reforma agrária. Assim no momento de sua aprovação ele representou uma esperança e um patamar possível para reivindicação.

Mas com sua implantação, o Estatuto da Terra, revelou-se como um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. Enfim, o Estatuto da Terra não saiu do papel e a política agrária do regime militar significou, de fato, a entrega de mais terras aos comerciantes e industriais. Ao mesmo tempo, o estatuto proposto pelos militares, apesar de parecer, por suas definições, como

querendo modificar a estrutura fundiária e punir o latifúndio, nada mais fez do que promover uma política agrícola e agrária que priorizou a modernização tecnológica das grandes propriedades e a colonização de terras na região amazônica (LAZARETTI, 2007).

A efetiva instalação de um Estatuto do Trabalhador Rural se deu em 1971, com a efetiva instauração do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, mais conhecido como FUNRURAL, abrangendo aposentadoria, pensão, auxílio funeral, serviços de saúde, serviço social. Já em 1973 ocorreu o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, que tinha como principal destaque a formação de dirigentes, considerada como meta prioritária do trabalho da CONTAG e das federações. Seus objetivos fundamentais eram, de acordo com o que foi discutido, promover maior integração dos dirigentes sindicais através da unidade de linha de ação a nível de sindicatos, federações e CONTAG; dar orientação aos dirigentes no sentido de trabalharem em termos de reivindicações e defesa dos objetivos do movimento sindical; incentivo à formação de novos dirigentes; formação de dirigentes à partir das bases. Do ponto de vista das reivindicações, o congresso reiterou a defesa de uma reforma agrária que “desse a terra sua função social” e que, segundo a postura dominante no encontro, deveria ser feita com base no Estatuto da Terra (MEDEIROS, 1989) .

Neste período origina-se na Amazônia, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que surge como entidade de apoio às lutas dos trabalhadores, definindo-se como serviço de articulação e de assessoria. Seu eixo de trabalho era o apoio à organização popular:

“Os trabalhadores precisam organizar-se livremente, desde as formas mais localizadas de comissões ou associações até a constituição de partidos políticos que canalizem sua forças para organizar ou reorganizar a sociedade segundo sua aspirações” (MEDEIROS, 1989, p. 112).

Investindo no trabalho cotidiano de organização, que passava pela análise crítica das práticas sindicais concretas, a CPT dispunha a seu favor, o fato de que, sendo um organismo vinculado à CNBB e contando com alguns bispos entre seus membros, podia fazer valer em determinadas situações o peso institucional. Assim num período de intensa repressão, pôde assumir o papel de canal de denúncia da violência, adquirindo importância na formação de uma consciência nacional em relação a problemática do campo.

À partir da década de 80 a luta pela terra trouxe à cena política novos atores, tendo como momento crucial a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em agosto de 1981. Nela surgem diferentes correntes de pensamento no interior do sindicalismo, com destaque, para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Segundo Medeiros (1989) as lutas dos trabalhadores do campo se intensificaram e deram um salto de qualidade, isso deve-se a esse novo momento do sindicalismo no país. Com a atuação da CPT e novas formas de luta no campo, os trabalhadores experimentaram novos caminhos, novos atores emergiram e a reforma agrária retomou seu lugar de destaque nas lutas políticas nacionais (MEDEIROS, 1989).

Foi ainda na década de 80 entre esses novos atores sociais de luta pela terra que surgem os chamados *sem-terra*. Os processos sociais e econômicos que deram origem e conformaram essa identidade e produziram um movimento específico têm suas raízes em experiências diversas que, em um dado momento, se entrecruzaram. Uma das mais significativas foi a exclusão de todo um conjunto de trabalhadores do processo de modernização pelo qual passou a agricultura do Sul do país e que resultou na impossibilidade de reprodução social de setores de pequenos agricultores familiares. A crescente dificuldade em dividir os já pequenos lotes ou de comprar novas terras na própria região, tendo em vista o progressivo caráter empresarial que essa agricultura assumia e os altos preços da terra, gerou contingentes de trabalhadores precariamente integrados na produção. Eles iriam constituir uma das bases de luta pela terra (MEDEIROS, 1989).

O entendimento dos desdobramentos dos conflitos no campo nos anos 80 deve passar também por uma análise da relação que se estabeleceu entre eles e o Estado que teve algumas particularidades no Governo Figueiredo de 1979. Grosso modo, pode-se dizer que o discurso sobre a reforma agrária foi assumido pelo governo e que sua ação sobre as lutas se complexificou através do que José de Souza Martins (1984) <sup>4</sup>chamou de “militarização da questão agrária”. Para este autor a ação do Estado sobre os conflitos combinou três dimensões: a repressiva, a intervenção regularizadora sobre algumas áreas de tensão e uma intensa propaganda sobre a realização da maior “reforma agrária do mundo”. Todas elas visavam a neutralização política dos conflitos no campo. (MEDEIROS, 1989).

---

<sup>4</sup> Ver MARTINS, José e Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.



Várias são as frentes de lutas atuais no campo brasileiro, contra a expropriação, subordinação e exploração. Estas várias frentes dão a impressão de uma pulverização desses movimentos. Embora às vezes fragmentado, o movimento social no campo caminha dando mostras de que cada dia está mais articulado. A posição do Estado tem sido buscar a desarticulação dos movimentos, quer pela ação repressiva, quer pela sumária ignorância dos acontecimentos, o Estado tem atuado de modo a tentar conter seus avanços.

Entretanto a sociedade brasileira vem forjando organizações de apoio e resistência para garantir um espaço de luta e/ou de apoio a esses movimentos. Oliveira (2002) identifica no conjunto os seguintes movimentos no campo hoje: a luta das nações indígenas, dos posseiros, dos peões, dos camponeses subordinados, dos desapropriados nas grandes obras do Estado, dos “brasiguaios”, dos sem-terra, dos seringueiros, dos bóias frias e da presença do trabalho escravo, principalmente nas carvoarias, etc. Fernandes (1999) identifica como um conjunto de novos movimentos sociais como: Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES); o Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Norte do Paraná (MASTEN); o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Centro - Oeste do Paraná (MASTRECO) e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Litoral do Paraná (MASTEL).

A atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no campo brasileiro destaca-se pela dimensão contemporânea da sua luta, a sua organização e a sua capacidade de mobilização social. Atualmente o MST está presente em vinte e três estados, com trezentas e cinquenta mil famílias assentadas e 80 mil em acampamento. São vários os autores que qualificam este movimento como o maior da América - latina (GHON, THOMAZ, FRANCO, LIMA) e uma das forças da classe trabalhadora no campo de mais expressão no mundo (Via Campesina, 2007).

## **2.2. Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST): seu histórico e sua estrutura organizacional**

*“Terra para quem nela trabalha”*

*“Ocupação é a única solução”*

*“Ocupar, resistir e produzir”*

*“Reforma Agrária: uma luta de todos”*

*“Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio”*

*(Histórico dos Lemas utilizados pelo MST)*

De 1979 a 1984 aconteceu o processo de gestação do MST. Chamamos de gestação o movimento iniciado desde a gênese, que reuniu e articulou as primeiras experiências de ocupações de terra, bem como as reuniões e os encontros que proporcionaram, em 1984, o nascimento do MST ao ser fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu Primeiro Encontro Nacional, realizado nos dias 21 a 24 de janeiro, em Curitiba no estado do Paraná. Em, 1985, de 29 a 31 de janeiro, os sem terra realizaram o Primeiro Congresso, cujo objetivo era avaliar a trajetória e a expansão do movimento a nível nacional, em todos os Estados brasileiros. A esse congresso, compareceram mil e quinhentos trabalhadores de treze estados cuja tarefa era reorganizar o MST em seus respectivos Estados, principiando o processo de territorialização do MST pelo Brasil (FERNANDES, 1999; LIMA, 2003).

O MST é formado por trabalhadores e trabalhadoras sem terra que vem se organizando e lutando pela reforma agrária no país por mais de 20 anos. O seu objetivo primeiro é o de fazer a Reforma Agrária para assim construir uma nova sociedade. Sua principal reivindicação é a terra, mas, além disso, após a conquista da terra, a luta se multiplica por educação, moradia, transporte, saúde, etc. Realizam-se congressos e encontros nacionais e estaduais, assim como há uma organização dos participantes denominadas coletivos, organizadas por setores de atuação, que são: produção, formação, educação, frente de massas, comunicação, finanças, saúde, gênero e projetos nacionais subdivididos no setor de relações internacionais e no de direitos humanos.

Para o MST, há alguns setores que são prioritários, como o de frente de massa, um coletivo, cuja tarefa é organizar as mobilizações; o setor de educação, responsável pelas questões da área escolar; o setor de formação, que preza pela qualidade e aperfeiçoamento da formação ideológica; o setor de comunicação, que elabora o jornal e a revista do MST; o setor de produção, organizado pelo sistema de cooperativas daqueles que já possuem a terra, mas que ainda lutam por crédito e mercado; setor de saúde, que tem como tarefa principal o resgate de conhecimentos históricos naturais e a elaboração de outros, cujo objetivo é prevenir e curar as doenças. Também organiza laboratórios alternativos de processamento de remédios nas áreas de assentamento, através de convênios. Tais medicamentos servem tanto para os camponeses, como são distribuídos gratuitamente nas áreas urbanas; o setor de relações

internacionais, que trata do vínculo do movimento com as organizações internacionais e o setor de gênero e de direitos humanos. Tal estrutura não é fixa nem rígida, ela vai se transformando à medida das necessidades e interesses da luta pela Reforma Agrária (LIMA, 2003 *apud.* Bogo, 2003).

O MST é um dos mais inovadores fenômenos político da América Latina, á medida que busca enfrentar os problemas do campo atacando as causas estruturais. Nesse sentido, a reivindicação da terra é importante e válida (VENDRAMINI; 2000-p.50). Seu primeiro lema foi *Terra para quem nela trabalha*, quando surgiu no Sul do país em 1979. No I Congresso Nacional do MST já mencionado o movimento consolidou sua organização nacional, levantando a bandeira “*Ocupação é a única solução*”. No II Congresso Nacional em 1990, em Brasília, a orientação era continuar a ocupar as terras em desapropriação agora sob o lema “*Ocupar, resistir e produzir*”.

No III Congresso de 1995, em Brasília, o MST reforçou tal lema e conclamou a união dos trabalhadores do campo e da cidade, defendendo o lema “*Reforma Agrária: uma luta de todos*”. E agosto de 2000, o MST realiza o IV Congresso Nacional, em Brasília, cuja palavra de ordem foi *Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio*. Atualmente rumo ao 5º Congresso Nacional, que ocorrerá de 11 a 15 de junho em Brasília o MST defende o lema: *Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular*.

Ainda melhor organizado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, representa o conjunto da história da classe trabalhadora rural recente desse país, sendo neste momento um movimento organizado de luta, não só para permanecer na terra assim como também para entrar na terra. Terra que tem sido mantida improdutiva, servindo de reserva de valor, trata-se pois de uma luta de expropriados.

A organização territorial do MST se dá em tempos e espaços diferentes. Segundo Fernandes (2000):

O *acampamento* é o espaço/tempo de transição entre a ocupação e a posse da terra. São formas de materialização da organização dos sem terra e trazem em si os principais elementos organizacionais do Movimento; o *assentamento* representa a territorialização do Movimento, entendida como apropriação de uma fração de espaço determinada. Este processo realiza-se através da projeção do trabalho, revelando relações de produção e conseqüentemente relações de poder diferenciadas. (FERNANDES, 2000 p.)

Para Franco (2004), os acampamentos e assentamentos do MST ainda “são localizações de experiências sem-terra. A produção destes espaços implica a produção da sua determinada escala geográfica, na medida em que cada espaço é distinto um do outro”. Assim tanto a escala do acampamento quanto a escala do assentamento definem-se os limites e delimitam-se as identidades, em função das quais exerce-se e recusa-se o controle.

O MST é um movimento que articula simultaneamente a espacialização da luta, combinando-a contraditoriamente com a territorialização deste próprio movimento nos assentamentos. Segundo Oliveira (2001) esse Movimento possui e dá importância à sua estrutura organizativa, de base, efetivamente de massa. Estrutura organizativa que respeita as diferenças desses movimentos em várias partes do país, e que tem um coletivo nacional representante das diferenças desses movimentos nas diferentes regiões onde o movimento atua. É um dos poucos lugares deste país onde a discordância se dá na discussão de uma determinada concepção ou na tomada de decisão (OLIVEIRA, 2001).

A proposta de Reforma Agrária do MST de 1995 acreditava que no Brasil esta reforma deveria combinar uma política de “massiva” distribuição de terras, com uma política agrícola que combatesse o modelo agrícola implantado nas décadas anteriores. A luta por um novo modelo agrícola deveria ser entendida como a busca de uma alternativa viável que contemple a pequena e média propriedade, os sem-terra e assentados e os assalariados rurais. Mas, também conscientizar a população, de que um programa de reforma agrária interessa a toda a sociedade, pois não se trata, apenas de uma solução para problema dos sem-terra, mas faz parte de um novo modelo de desenvolvimento nacional e está relacionado com a maioria dos problemas que acontecem nas cidades.

Tanto histórica como atualmente, a estrutura agrária brasileira engendra mecanismos, sociais e políticos causadores da miséria, sendo seu suporte a concentração da propriedade da terra. Como afirma Franco (2004):

O modelo agrícola do país baseado na modernização hegemônica pelo agronegócio, gera desemprego rural ao não absorver a força de trabalho expropriada, além de intensificar a própria expropriação dos pequenos produtores de suas terras. A combinação desses dois fatores responde pela superexploração e precarização dos trabalhadores no campo pelo capital e pela dominação política da população rural pelas oligarquias tradicionais (FRANCO, 2004, p.62).

Os principais objetivos da Reforma Agrária do MST são: garantir trabalho para todos os trabalhadores rurais sem-terra, combinando distribuição de terra com distribuição de renda e qualidade de vida; produzir alimentação farta, barata e de qualidade a toda a população brasileira, em especial a que vive nas cidades, gerando segurança alimentar para toda a sociedade; garantir o bem-estar social e a melhoria das condições de vida de forma igualitária para todos os brasileiros. De maneira especial aos trabalhadores e, propriamente aos mais pobres; buscar permanentemente justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, social, cultural e espiritual; difundir a prática dos valores humanistas e socialistas nas relações entre pessoas, eliminando-se as práticas de discriminações raciais, religiosas e de gênero; contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhes direitos iguais; preservar e recuperar os recursos naturais, como solos, águas, florestas, etc, de maneira de um desenvolvimento auto-sustentável; implementar a agroindústria e a indústria como principal meio de desenvolver o interior do país, aqui vemos como o discurso já mudou se comparado com a proposta de 1995 (ver p.10); gerar emprego para todos que queiram morar na terra ( STÉDILE, 2005).

Para chegar a esses fins, várias são as preocupações a serem implementadas, o que acarreta um conjunto de mudanças a serem realizadas referentes principalmente, á produção, comercialização, saúde, mudanças tecnológicas, e educação. A educação, no entanto é uma das áreas fundamentais em que o governo terá que investir, visando principalmente elevar o nível cultural dos trabalhadores rurais através da escola de qualidade em todos os níveis.

A consciência de que a terra se conquista com a organização e luta dos trabalhadores, levou o Movimento a vincular a ela o direito à educação. A educação entendida como o processo de socialização e de transformação a partir da cultura. Caberia à educação a “construção e desconstrução” da identidade dos trabalhadores em geral e, no caso específico, dos trabalhadores pertencentes ao MST.

O MST continua seu apoio após a fase de implantação do assentamento por meio de assistência técnica nas cooperativas de produção, organização política dos assentados e formação na área de educação. Desde 98 o Movimento busca uma educação diferenciada voltada para homens e mulheres no campo. Seu programa educacional para crianças já ganhou um prêmio internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e conta com alguns

recursos públicos advindos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Na área de capacitação técnica sempre mereceu especial atenção por parte do movimento. O MST possui escolas rurais técnicas no sul do país onde se destaca o Curso Técnico em Administração de Cooperativas do MST (TAC), desenvolvido pelo Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), na Escola Josué de Castro, em Veranópolis, Rio Grande do Sul. O MST também cuida da capacitação profissional para construção de agroindústrias e criou a Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB), entidade que organizou os Laboratórios Organizacionais de Empresas nos Assentamentos. Ainda no campo das inovações na área de formação e capacitação técnica para a pequena agricultura, área totalmente desprovida de atenção nas políticas públicas ou de outros setores de formação, o MST tem estimulado a criação de Cooperativas de Comercialização (CPA's) ou as Cooperativas de Serviços (CPS's). Até o início de 1999 ocorreram alguns programas de parcerias entre determinados assentamentos e órgãos governamentais com recursos e a assistência técnica do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) (GOHN, 1998).

Uma questão que Gohn (1998) nos chama atenção é a ênfase, no discurso do MST, com respeito aos princípios de cidadania e à cultura aos assentados. Segundo esta autora na prática observa-se muitos conflitos porque os processos pedagógicos e as orientações para os processos de formação e de capacitação não são muito diversificados e obedecem a uma única diretriz política. A autora afirma:

A forma de agir do MST esbarra em concepções já arraigadas entre uma grande maioria dos Sem Terra que prefere ações mais de resistência pacífica, sem grandes embates e negociações nas instâncias institucionais. É importante observar que a cultura é um campo não homogêneo e envolve também o conflito e neste caso tratam-se de conflitos entre duas culturas, duas visões de mundo, a dos assentados e do MST. O Movimento busca construir uma identidade cultural nova aos sem-terra, baseada no modelo cooperativo/coletivo. Os Sem terra têm suas raízes e tradições que fundamentam e balizam suas visões de mundo e comportamentos.(GOHN, 1998, p. 200)

Porém a nossa pesquisa parte da premissa de que os assentados e o MST é uma coisa só, pois podemos ver não só na presente pesquisa assim como também em diversas pesquisas realizadas em áreas de assentamentos, as quais são baseadas em dados reais, que muitos e a grande maioria dos assentados se reconhecem

como Movimento, como militante, muitos são dirigentes e fazem parte da organização desse grande movimento organizado nacionalmente, provando que não é apenas o acampado que é sem-terra, essa designação na verdade ela não é apenas um nome, mas sim uma atribuição a um ser que se reconhece nele. O *ser sem-terra* não é atribuído ao trabalhador que está somente lutando por uma terra para si, mas sim por uma luta maior: uma luta por terra para todos.

O Movimento não constrói uma nova identidade cultural ao sem-terra, pois não se pode modificar uma identidade cultural sem modificar o local que esse ser está inserido e sem modificar os seus objetivos, os sem-terra vão continuar sendo trabalhadores rurais inseridos, portanto, no campo. Na verdade soma-se, as suas identidades, novas identidades. A idéia de cooperativo e coletivo vem de uma construção anterior ao momento assentamento, no momento acampamento, e no momento em que esses trabalhadores se inserem em uma luta que é coletiva: a Reforma Agrária. Com as ideologias do cooperativismo/coletivo o Movimento tenta não deixar morrer essa luta, que é maior, e que só através do coletivo poderá ser alcançada.

Outra premissa de que parte a autora é que além das dificuldades internas do MST, ainda deve-se destacar os elementos que o diferenciam no cenário nacional de outros movimentos e ações coletivas. Como afirma a referida autora:

Analistas e políticos têm se surpreendido com o MST a partir de três pontos: a abrangência no território nacional, capacidade organizativa, e a criatividade em suas manifestações públicas. O MST é um ator político porque atribui qualidade aos atores sociais que compõem suas bases ao inseri-los num plano que vai além da luta pelo acesso á terra, que é a luta pela democracia, pela igualdade , contra a exclusão. Ele se formou ao redor de uma identidade passando a ser com-terra, proprietário de terra. Mas ao buscar esta reversão atinge eixos centrais nas relações capitalistas, que é a propriedade, porque ele quer ser um com-terra, um “igual” sem passar pelo funil divisório que é a compra. Quer o acesso a terra pela posse, com direitos iguais as que detêm a sua propriedade, e com isto ele perturba a lógica e a ordem das relações demarcadas na sociedade. Por isto ele tem uma face inovadora e perturbadora à ordem dominante (GOHN, 1998, p.204).

Ao ser assentado, o trabalhador rural não passa a ser um ser com-terra, pois ele adquire apenas a posse da terra, tendo o direito apenas de utilizá-la para sobrevivência, e para que a terra cumpra sua função social, “alimentar o homem”, portanto eles não tem direitos iguais a quem detêm a propriedade da terra. Como afirmado acima os assentados continuam sendo sem-terra como identidade. Esse é um dos principais objetivos da educação de formação que o MST tanto busca atualmente

com a *Pedagogia do Movimento*<sup>5</sup>, um dos objetivos da presente pesquisa é identificar essas iniciativas de educação formadora do ser *sem-terra* que parte da Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em busca de uma luta maior a distribuição de terras para todos no país.

### **2.3. Contexto de luta pela terra na Paraíba: o papel dos movimentos sociais no campo**

*“A vida aqui só é ruim/ Quando não chove no chão  
Mas se chover dá de tudo/ Fatura tem de montão  
Tomara que chova logo/ Tomara, meu Deus, tomara  
Só deixo o meu Cariri/ No último pau-de-arara  
Enquanto a minha vaquinha/ Tiver o couro e o osso  
E puder com o chocalho/ Pendurado no pescoço  
Vou ficando por aqui/ Que Deus do céu me ajude  
Quem sai da terra natal/ Em outro canto não pára  
(...)”  
(Zé Ramalho - Último Pau De Arara  
Venâncio / Corumba / J. Guimarães)*

As lutas pela terra na Paraíba se acirraram com o processo de proletarianização e marginalização a que foram submetidos os trabalhadores expulsos do campo. Inicialmente os trabalhadores foram organizados pelas Ligas Camponesas, com a Liga de Sapé, em torno de 1954, a qual se extingue logo em seguida. Em 1958 ela ressurge com outras feições, não mais uma Liga doméstica, mas uma associação com sede na cidade de Sapé, esse novo movimento procura mostrar que não é “coisa de comunista”, mas de camponês, que têm direitos. Por ter em mira a legalidade, para o primeiro encontro foram convidados o juiz de Sapé, o prefeito, o médico, o chefe de polícia e sua instalação deu-se na própria Prefeitura Municipal de Sapé. Era uma Liga que tinha o nome de Associação. Tinha como presidente, de fato, João Pedro Teixeira, apesar de oficialmente, ter o nome de Severino Barbosa, pequeno proprietário de 50 hectares (AUED, VENDRAMINI, FIOD, CONDE, 2005)

Em seguida as lutas no campo se organizaram através de alguns sindicatos rurais, além da atuação da Igreja com a criação da Pastoral da Terra e posteriormente a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o que foi fundamental no processo de construção de uma visão social política nos grupos de trabalhadores rurais. No final

---

<sup>5</sup> No processo de Humanização dos sem-terra e da construção da identidade *Sem Terra*, o MST vem produzindo um jeito de fazer educação que pode ser chamado de pedagogia do Movimento. É do Movimento por ter o sem-terra como sujeito educativo e ter o MST como sujeito da intencionalidade pedagógica sobre esta tarefa de fazer educação. E é também do Movimento, porque se desafia a perceber o movimento do Movimento, a transformar-se transformando (CALDART, 2004).



da década de 80 surgiu o MST na Paraíba, como um novo ator na luta pela terra, pela conquista da Reforma Agrária e lutando por um novo modelo de organização sócio-econômica.

A postura da CPT na Paraíba se pautou desde a sua chegada na defesa intransigente dos pobres da terra. Seu trabalho não se resume ao simples apoio à luta. Ele é bem mais amplo e embute: a prestação de serviços de assessoria jurídica; a denúncia de violência; o acompanhamento quase diário dos trabalhadores em conflito; a divulgação dos fatos em nível local, nacional e internacional; a organização das romarias da terra; o trabalho de formação da consciência política dos trabalhadores e uma assistência infra-estrutural por ocasião dos acampamentos, além de assistência médica e cobertura financeira quando se faz necessário (MOREIRA & TARGINO, 1997).

Na grande maioria dos conflitos cadastrados no Estado na década de 80, a concretização da subordinação da exploração agropecuária à lógica capitalista se fez pela mudança nas formas de utilização do solo e nas relações sociais de produção. Assim procurava-se explorar aquelas culturas que asseguravam uma maior lucratividade, mesmo que esta fosse gerada artificialmente pelos subsídios governamentais. Por outro lado, a necessidade de explorar racionalmente a terra não permitia que ela fosse distribuídas entre *parceiros e arrendatários*, bem como impuseram um novo ritmo de trabalho que seria melhor satisfeito pelo assalariamento temporário.

O processo de expulsão, em grande número dos casos, se iniciava seja com a morte do antigo dono, quando a terra é subdividida entre os herdeiros, seja por ocasião da venda da propriedade. Durante a administração dos antigos donos, apesar de sujeitos, os moradores tinham garantidos os direitos adquiridos através dos contratos verbais com eles feitos. O acesso à terra aos *foreiros, parceiros e posseiros*, mesmo que precário, também era permitido. À transferência de titularidade e ao subsequente parcelamento do imóvel seguia-se via de regra, um processo de venda. Na maioria dos casos, os trabalhadores não eram notificados, nem lhes era concedido o direito de preferência, garantido pelo Estatuto da Terra. Esse descumprimento de lei abria uma brecha para que eles recorressem à justiça, dando início à luta contra a expulsão-expropriação (MOREIRA & TARGINO, 1997).

Os novos donos dessas terras, para não descumprirem leis trabalhistas, no momento que adquiriam essas terras pediam as casas dos moradores de volta,

botavam gado nas posses e plantavam capim para ocuparem as terras de alguma forma. A esse processo os trabalhadores reagem de várias formas: arrancando o capim ou a cana, plantados no lugar dos seus roçados e refazendo-os através do sistema de mutirão; entrando na justiça com solicitação de manutenção de posse; acampando em praça pública; ocupando a sede local do INCRA; denunciando a violência dos donos em nível regional, nacional e internacional, através da imprensa, da Igreja e de outras entidades de apoio.

Foi nesse contexto de luta pela terra, em toda a década de 80, que no Estado da Paraíba o número de assentamentos para fins de reforma agrária tem aumentado num ritmo acelerado. A Paraíba foi o segundo estado brasileiro em número de imóveis rurais desapropriados no final da década de 90, este avanço no processo de luta pela terra é historicamente importante, pois amplas regiões do estado que desde o início da colonização sempre estiveram sob o domínio de algumas poucas famílias de oligarquia local, hoje encontram-se em processo de desapropriação para fins de Reforma Agrária ou já se tornaram assentamentos.

Algumas regiões do Estado, como é o caso da Mata Paraibana, já se encontra com uma paisagem bem modificada da década de 80 e início da década de 90, onde as plantações de cana-de-açúcar era o cenário principal de nossas terras. Hoje nas áreas de assentamento dos trabalhadores rurais essas paisagens estão sendo substituídas pela agricultura de base familiar, camponesa que vem dinamizando sócio espacialmente o Estado; trazendo uma sensível mudança nas suas bases econômicas, sociais, culturais e políticas em cada região.

Mesmo com essas modificações na sua paisagem o Estado da Paraíba, apresenta graves problemas sociais. A implantação de assentamentos requer além da terra, o acompanhamento e apoio do Estado para a viabilização das famílias assentadas, assegurando-lhes as condições necessárias para a sua reprodução através de uma qualidade de vida satisfatória, que garanta condições efetivas de permanência. Além das ações do Estado dentro dos assentamentos, como são feitas através de financiamento para infra-estrutura, para a implantação de atividades econômicas desenvolvidas pelos assentados, etc. Nisso é de fundamental importância a atitude. A luta não para com o acesso a terra, ser-assentado significa um outro momento da luta, sempre em movimento.

Em algumas ocasiões essa perda de mobilização política do assentado, referente a sua fase de acampado, fragiliza a luta por terra para todos, pela efetiva

implementação de uma política massiva pela Reforma Agrária. Este é um dos obstáculos que o MST tem tentado superar através de mobilizações políticas dentro dos próprios assentamentos. Um dos principais veículos utilizados na busca dessa reincorporação política do *ser sem terra*, é a Educação.

### **1.3.1. O MST na Paraíba: os caminhos da espacialização e territorialização do movimento**

Desde o processo que levou a sua fundação, o MST definira-se como uma forma de organização dos trabalhadores. Por esses princípios os sem-terra vivenciaram diferentes experiências de construção do Movimento em diferentes lugares e regiões. Bem como em outros estados do Nordeste, na Paraíba os trabalhadores também encontraram adversidades para criar o MST. Desde 1985, quando a delegação voltou do Primeiro Congresso, havia disposição de fundar o Movimento. Todavia, até 1989, o MST fora apenas uma secretaria em Campina Grande. Faltava o essencial: a ocupação da terra. Nas lutas dos trabalhadores rurais paraibanos predominavam as de resistência na terra e dos assalariados. Os camponeses que lutavam contra a expropriação, tinham o apoio da Pastoral Rural, que em 1988 transformara-se em Comissão Pastoral da Terra, e do bispo Dom José Maria Pires. A CONTAG atuava na luta dos trabalhadores assalariados e somente apoiava a luta pela terra quando algum sindicato comprometido com os trabalhadores sem-terra organizava as famílias para a ocupação (FERNANDES, 1999).



Figura 01: Paraíba, 1989 – Ocupação .

Fonte: Douglas Mansur, retirada da tese de Benardo Mançano.

A superação das divergências aconteceu quando os sem-terra defenderam os princípios da autonomia e da organização dos trabalhadores. Decidiram que fariam a ocupação, mesmo com apoio parcial, e definiram uma coordenação provisória. Os trabalhos de base para a formação de grupos de famílias já estavam acontecendo, de modo que três meses depois realizaram a ocupação. Em abril de 1989, duzentas famílias ocuparam a fazenda Sapucaia, de dois mil e quarenta hectares, no município de Bananeiras, no Brejo Paraibano. Há dois anos tramitava-se em Brasília um processo de desapropriação da fazenda. O latifundiário dividiu a propriedade em várias porções, procurando evitar a desapropriação (FERNANDES, 1999).

Dez dias após a ocupação, a Polícia realizou o despejo por meio de ordem judicial. As famílias foram levadas para diversos municípios da região, suas ferramentas de trabalho e sacos de sementes foram roubados. Algumas lideranças foram espancadas e os barracos foram queimados. A tentativa de dispersão não deu resultado e, em menos de um mês, as famílias reocuparam a fazenda plantando abóbora, milho, mandioca e fava. Segundo Fernandes (1999) a história dessas famílias registrou o princípio da construção do MST na Paraíba. O Movimento nasceu em meio a guerra contra o latifúndio. Com todos os despejos violentos, as famílias que persistiram conquistaram a terra.

Segundo Lazaretti (2007), a constituição cronológica do movimento no estado foi configurada a partir das seguintes articulações, segundo a coordenação do MST na Paraíba:

**1985** - participação de 25 lavradores no primeiro Congresso do MST em Curitiba-PR;

**1986 e 1987** – discussão a respeito da articulação dos sem-terra com sindicatos de trabalhadores rurais que atuavam na luta pela terra (dessas articulações criou-se a secretaria estadual do movimento);

**1988** – promoção de cursos de formação e articulação de base em diversos municípios do estado, entre eles: Piripirituba, Guarabira, Cuitegi, Lagoa de

Dentro, Marí, Alagoinha, Alagoa Grande, Araçagi, Bananeiras e Jacaraú. A mobilização durou seis meses, envolvendo aproximadamente 500 famílias;

**1989** – realização de dois encontros de militantes de vários municípios do Brejo Paraibano. Participação, ao lado de entidades sindicais rurais, do dia do trabalhador rural em 25 de julho. Em agosto, participação no ato público contra a violência no campo em Alagoa Grande, junto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e diversos sindicatos de trabalhadores rurais;

**1990** – diversos trabalhos de conscientização na região agreste, durante seis meses, que mobilizaram cerca de 100 famílias nos municípios de Boqueirão, Queimadas e Araras. Participação e promoção do ato público do 1º de maio em Campina Grande e

**1991** – nos meses de janeiro a maio, realização de trabalho de base nos bairros de Campina Grande, entre eles: Catingueira, Bairro das Cidades, José Pinheiro, Pedregal e Ramadinha I e II. Deste trabalho, resultou, no final do mês de maio, a ocupação da Fazenda Boa Esperança em Campina Grande. Todas as famílias foram despejadas, provocando a ocupação da Praça da Bandeira, no centro da cidade, onde passaram quatro meses esperando uma resolução do problema. Como o governo nada resolveu, o movimento ocupou a área de pesquisa da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (EMEPA) em Lagoa Seca. Nesse episódio, foi fundado o comitê de apoio ao MST do qual participaram diversas entidades representativas da sociedade civil: Aduf, Adupeb, Sindicato dos Bancários, Sintab, Cut regional, Sinteep, Sivepa e Cddh. Todas essas entidades, além do apoio político que prestaram, elaboraram documentos divulgando a situação agrária da Paraíba e também colaboraram como mediadoras nas audiências junto ao poder público.

No Litoral da Paraíba o MST surge em Janeiro de 1993, sob a coordenação de Nilza Pessoa e Jaime Amorim, e alguns militantes de Pernambuco, que articulavam as terras do Abiá. Como afirma Pereira (2005):

Constata-se nesse período de acampamento uma presença contínua da militância do MST junto aos acampados, dialogando, orientando com firmeza e responsabilidade. O diálogo com base na Pedagogia Libertadora se fez presente entre o MST e os acampados. A luta pela conquista da terra iluminava todos os outros objetivos, uma militância vinculada às bases alimentada por uma mística e uma utopia (PEREIRA, 2005, p. 139).

Atualmente no Estado da Paraíba pode-se encontrar 36 Assentamentos liderados pelo MST, os quais estão listados na Tabela 01. Desses 36 assentamentos apenas seis possuem escolas dentro do próprio assentamento, todas essas escolas são escolas municipais que buscam esse vínculo com o MST. Através do Mapa 01 podemos ver essa territorialização e a espacialização do MST na Paraíba.

**Tabela 01: Projetos de assentamentos liderados pelo MST no Estado da Paraíba por município e por número de famílias.**

Nº	Projeto	Município	Famílias
1	P. A. 1º de Março	Pitimbu	34
2	P. A. Texeirinha		32
3	P. A. Nova vida		129
4	P. A. Antonio Conselheiro	São Miguel e Taipu	104
5	P. A. Novo Taipu		32
6	P. A. Chico Mendes	Riachão do Poço	87
7	P. A. Tiradentes	Mari	160
8	P. A. Zumbi dos Palmares		82
9	P. A. Paulo Freire	Araçagi	16
10	P. A. Oziel Pereira	Remígio	50
11	P. A. Corredor		34
12	P. A. Irmã Dorot Stang		18
13	P. A. Gruta Funda		40
14	P. A. Rosa Luxemburgo	Algodão de Jandaíra	18
15	P. A. Pedro Henrique	Solânea	25
16	P. A. Florestan Fernandes	Pilões	41
17	P. A. Quandu	Barra de Santa Rosa	47
18	P. A. Dorcelina Folador	Cubati	07
19	P. A. José Antonio Eufrozino	Campina grande	100
20	P. A. Maria Bonita	S. Sebastião do umbuzeiro	20
21	P. A. Mandacaru	Sumé	55
22	P. A. Eldorado dos Carajás	Camalaú	16
23	P. A. Beira Rio		29
24	P. A. Poços de Baixo	Texeira	45
25	P. A. São Sebastião	Caatingueira	28
26	P. A. N. Senhora Aparecida		65

27	P. A. Juazeiro	Olho D'água	50
28	P. A. Primeiro de Maio	Maturéia	20
29	P. A. Margarida Maria Alves	Pombal	32
30	P. A. Patativa do Assaré		60
31	P. A. Cachoeira	São Sebastião do Espinharas	40
32	P. A. Tiradentes I		35
33	P. A. Cícero Romana I	Esperança	54
34	P. A. Cícero Romano	Areal	11
35	P. A. Cícero Romano/Lages		32
36	P. A. Árvore Alta	Alhandra	131
		24 Municípios	1.779

Fonte: Secretaria Estadual do MST – PB

Na Figura 02 podemos constatar como se organiza internamente o MST em escala nacional. A primeira instância apresentada é a Direção Nacional, que é formada por representantes do Grupo de Estudos de Políticas Agrárias – GEA, esse grupo é formado por pesquisadores da área com dez representantes; por dois (um homem e uma mulher) membros de cada Delegação Estadual; e por ou dois representantes de cada setor nacional que são onze no total: formação, gênero, educação, saúde, jurídico, comunicação.

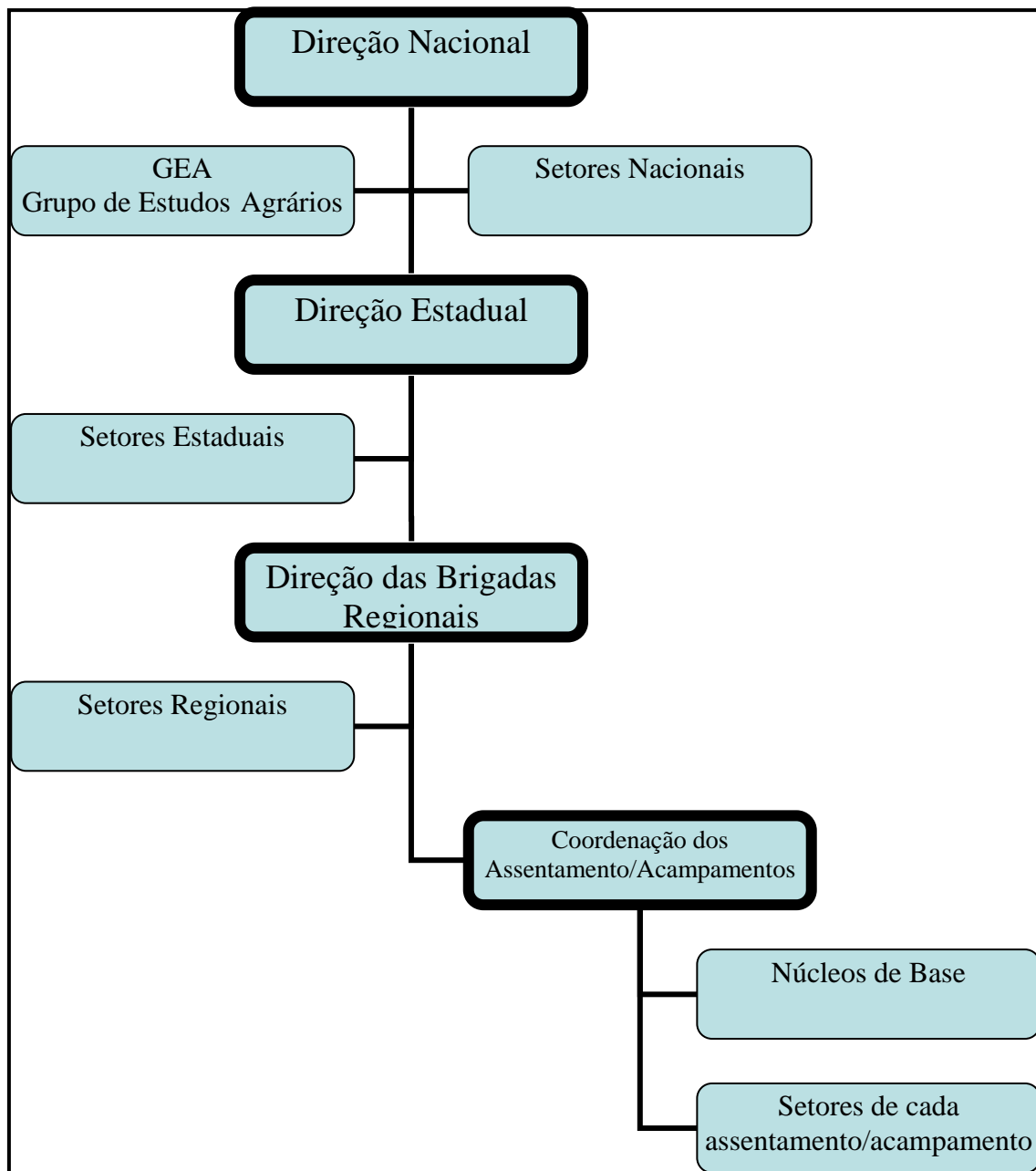
A direção Estadual é composta por um ou dois representantes de cada direção de brigadas e por um ou dois representantes de cada setor estadual. Esta nova divisão de Brigadas Regionais no Estado da Paraíba (Ver Mapa 02) é recente, pois começou no Sul e Sudeste do país com o nome de direções regionais onde a territorialização do Movimento é maior. Essas Brigadas são regiões estratégicas de atuação do MST, que comporta aproximadamente 300 famílias, com o objetivo de facilitar o fluxo de informações entre as instâncias do Movimento, e que participem mais pessoas no processo de construção deste, ela reestrutura o Movimento. Esse nome foi denominado para abranger objetivos mais amplos dentro da organização do MST, atualmente essa organização é composta por nove Brigadas em todo o Estado da Paraíba. A direção dessas Brigadas são compostas por um ou dois representantes das coordenações de cada assentamento/acampamento a cada Brigada; e por um ou dois representante de cada setor regional.

No nível assentamento/acampamento temos a coordenação que é formada pelos representantes dos núcleos de base de cada acampamento/assentamento, que são formados por uma grupo de dez famílias e novamente os setores, como vemos os setores são formados em cada instância organizacional.

Nesse presente trabalho analisaremos essa atuação do MST especificamente no município de Mari – PB, tomando como caso de estudo o Assentamento Zumbi dos Palmares e sua Escola. Portanto a seguir descreveremos as principais características do município estudado para que nos dê base na construção referencial nas análises propostas no nosso estudo



**Figura 02: Estrutura Organizacional do MST – 2007**



Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria do MST

#### **2.4. Características Sócio-espaciais do Município e Mari**

A estrada de ferro foi responsável pela colonização do local, onde hoje se encontra a cidade de Mari que anteriormente se chamava Araçá pela quantidade de fruteiras dessa espécie ali existente. No local, os engenheiros ingleses construíram uma estação ferroviária que se constituiu no marco inicial para a edificação da futura cidade.

Esses acontecimentos ocorreram por volta do ano de 1873. Próximo do ano 1900 foram construídas as primeiras casas e dentro de pouco tempo já apresentava com aspecto de povoado. Em 1946 Manoel de Paula Magalhães e José Leão de Oliveira, dois fazendeiros locais, implantaram a cultura do fumo, uma das grandes riquezas do município nesta época. O povoado foi municipalizado em 1958, quando recebe o nome de Mari, o nome de uma das grandes fazendas do antigo povoado. A Figura 03 imagem abaixo mostra a antiga linha de trem que passa no centro da cidade, hoje desabilitada para funcionamento.



Figura 03: Imagem da avenida principal da cidade de Mari, onde passa a antiga linha de trem, desabilitada.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 07 de maio de 2007.

O município de Mari está localizado na Microrregião de Sapé e na Mesorregião da Mata Paraibana, como pode ser visto no Mapa 03. Sua área é de 155 km<sup>2</sup>. Segundo dados do IBGE de 2006 o município conta com uma população de aproximadamente de 20.634 habitantes, sendo 17.420 urbana.

Este município por ser um município economicamente agrícola apresenta características físicas que traz tal característica, para se ter um solo agricultável várias são as características que vão influenciar, seja no tipo da cultura ou ainda definindo a possibilidade ou não do desenvolvimento da agricultura local. Mari

está predominantemente inserido na unidade Geomorfológica dos *Tabuleiros Costeiros ou Baixos Planaltos Costeiros*. Esta unidade acompanha o litoral de todo o Nordeste, apresenta altitude média de 50 a 100 metros. Compreende planaltos de origem sedimentar e fundos com amplas várzeas. As áreas de várzeas são regiões planas de encostas de rios, também conhecido como o leito dos rios, assim como em Mari em várias regiões essas áreas são aproveitadas para agricultura devido a proximidade dos rios (GUERRA, 1969).

Parte de sua área, a oeste, se insere na unidade Geomorfológica das *Depressões Sublitorâneas*. O clima é do tipo *Tropical Chuvoso* com verão seco. O período chuvoso começa no outono tendo início em fevereiro e término em outubro. A precipitação média anual é de 1.634.2 mm, assim além de apresentar áreas agricultáveis como as de várzeas, o clima é bastante favorável, para tipo de culturas como o abacaxi e a mandioca, culturas desenvolvidas no local.

O município de Mari encontra-se inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Paraíba, região do Baixo Paraíba. Os principais rios tributários são: o Rio Gurinhém e os riachos: do Tomé, do Catolé, Cafundó, Gendiroba, Baixinha de Cima, Baixinha de Baixo, do Junco e da Gamela. Os principais corpos de acumulação são os açudes Fundo do Vale e Grande. Todos os cursos d'água têm regime de fluxo perenizado neste trecho e o padrão da drenagem é do tipo *dendrítica*<sup>6</sup>.

Desta forma vemos que o município de Mari encontra-se em uma região bem servida de cursos d'água, diferentemente de várias outras regiões do Estado como é o caso do Sertão, e da Borborema, principalmente. Isso atribui ao município como afirma o chefe de escritório da EMATER no município: “aqui em Mari quando se plantando de tudo dá” (Fonte: Trabalho de Campo em 07 de maio de 2007).

#### *2.4.1 Relação campo-cidade no município de Mari*

A pesquisa aqui apresentada classifica Mari como uma cidade pequena. Souza (2003), afirma que as cidades são assentamentos humanos extremamente diversificados, no que se refere às atividades econômicas ali desenvolvidas. Tais cidades são classificadas normalmente por uma hierarquização quanto ao seu tamanho, tomando por base a sua quantidade de habitantes. Nesta perspectiva são classificadas como cidades pequenas as que possuem até 20.000

---

<sup>6</sup> Segundo Guerra (1969) são ramificações da hidrografia à semelhança de galhos de árvores, muito comum nos terrenos de regiões sedimentares – argilas.

habitantes; de 20.000 á 500.000 são as médias cidades; e acima deste número, as grandes cidades (MAIA, 2005).

Na leitura de Max Weber (apud. SOUZA, 2003), “a cidade é, primordial e essencialmente, um *local de mercado*” (p.25), pois é nela que se dá o intercâmbio de mercadorias representado, principalmente, pelas feiras-livres, muito comuns nas cidades pequenas. Através delas, ocorre o suprimento de várias das necessidades de consumo da população urbana, como também a oportunidade de escoamento da produção do campo.

Nesta pesquisa não pretendemos diferenciar espaços urbanos de espaços rurais, mostrando suas oposições e distinções que por ventura viessem a ter. Ainda que essas diferenciações e oposições devam ser reconhecidas, segundo Spósito (2006) elas não são suficientes para a análise do que se tem chamado de a questão campo-cidade, o seu estudo requer a compreensão das relações e complementaridades que se estabelecem entre esses dois espaços. E uma delas, nas perspectiva do rural, é apontada por Alentejano (2003);

(...) diante do desemprego e da miséria urbana, muitos trabalhadores estão buscando esta alternativa: ir para o campo. Como o provam os inúmeros desempregados e subempregados de origem urbana presentes nos acampamentos do MST e de outros movimentos sociais rurais, sem dúvida que estes não estão dispostos a viver em áreas sem qualquer infra-estrutura (p. 37).

Ao longo de todos esses anos de processo de industrialização, o Brasil transformou camponeses e trabalhadores rurais em trabalhadores urbanos o que nos permite considerar que a situação contrária seja viável. Diante da grande crise que abate as cidades brasileiras um dos caminhos que se apontam para construir uma sociedade mais justa é o aproveitamento do imenso estoque de terras improdutivas e mal aproveitadas pelos latifundiários brasileiros para o assentamento massivo de trabalhadores rurais e urbanos, oferecendo a estes uma infra-estrutura adequada, apoio á produção agrícola e não agrícola e condições para o livre exercício de sua cidadania.

Mas para que isso aconteça a Reforma Agrária precisa ser pensada como uma política de estratégia de combate às desigualdades estruturais, tanto pelas transformações diretas que pode produzir no mundo rural, como pelos efeitos indiretos do que pode ter sobre o emprego, a renda, a alimentação e a qualidade de vida nas cidades (ALENTEJANO, 2003).

No município de Mari, segundo depoimentos recolhidos durante a nossa pesquisa, os assentamentos rurais hoje comportam um número considerável de trabalhadores que passaram por esse processo de saída do campo para cidade, e agora com o fortalecimento dos movimentos sociais, vêem uma oportunidade da volta ao campo. Portanto para que essa Reforma Agrária seja viável depende além desse fortalecimento dos movimentos sociais no campo como também de alterações mais gerais no plano do pensamento político dominante no país, da transformação do atual paradigma de reforma agrária, a partir de uma nova visão do rural e do papel do território no desenvolvimento.

Segundo Alentejano (2003), este novo paradigma deve considerar o rural como algo vivo e em transformação e contribuir decisivamente para a revigoração deste, dentro de uma perspectiva que tenha a agricultura como centro deste processo, mas não se limite a esta, explorando as diversas potencialidades oferecidas pelos territórios. O autor ainda afirma:

Da mesma forma, deve considerar a possibilidade de incorporar diferentes segmentos da sociedade, inclusive trabalhadores urbanos, superando preconceitos arraigados e injustificados que sustentam a idéia de que a trajetória rural-urbana é natural e sinônimo de evolução social, e que a trajetória inversa é sequer admitida (ALENTEJANO, 2003, p.37).

Para entendermos essa trajetória campo-cidade e cidade-campo no município de Mari, traçamos a seguir o perfil agrícola e a luta pela terra no município, e para superar o preconceito da concepção cidade-campo, e entender a sua complementaridade. Sob essa visão buscamos um novo ordenamento do território, na direção de um Brasil mais igual.

#### *1.4.2. Mari: um município agrícola e de luta pela terra*

O município de Mari tem suas bases históricas arraigadas no campo, pois este é um município que nasceu de grandes fazendas agropecuárias agrícolas. Um desdobramento deste legado é a permanência na região dos resquícios do *coronelismo*, pois com a economia da cidade como já dito é basicamente voltada para agricultura, e como em todo país a concentração de terras perdura até hoje.

Várias foram as culturas exploradas na região como o fumo que é quem inicia a exploração das terras, mais tarde o abacaxi chegando a ser o segundo maior produtor do país perdendo apenas para Sapé, e atualmente, e que vem desde a

década de 80 com a queda das plantações de abacaxi, a mandioca que toma hoje, segundo os depoimentos do chefe de escritório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado (EMATER) recolhidos durante o nosso trabalho de campo no município, uma área de 3.500 hectares Segundo ele a cultura que também avança no município é a cana-de-açúcar, que hoje já ultrapassa os 1.000 hectares. Um dos maiores produtores da região da é o próprio vice-prefeito da cidade, Antônio Gomes da Silva, que só a sua fazenda comporta uma área de mais de 1.000 hectares de mandioca.

O chefe do escritório da EMATER no município traça um ligeiro perfil agrícola do município se caracteriza por:

*(...) as outras culturas que até então eram predominante no município como é a cultura do abacaxi, está em decadência, nós temos hoje 100 hectares, coisa que anteriormente era 2.100 hectares, isso na década de 70 até aproximadamente a década de 90. As outras culturas também decaíram, como por exemplo o inhame que ocupava aqui uma área de aproximadamente 600 hectares agora está na faixa e 250 hectares, a cultura também do fumo mas ainda hoje temos em faixa uns 100 hectares tem também o plantio da batata de uns 150 hectares as outras são menos de 100. (Chefe de Escritório da EMATER)*

Como a questão agrícola influi diretamente na questão agrária, pois as relações de trabalho e a expropriação do homem da terra, decorreu principalmente o desenvolvimento de uma agricultura mecanizada, podemos dizer que foi um conjunto dessa relação que trouxe ao município vários conflitos de luta pela terra, pois vários eram os trabalhadores rurais empregados e superexplorados, e mais tarde expropriados dessas atividades, seja com a mandioca ou o abacaxi.

Assim o município de Mari foi palco de grandes conflitos de luta pela terra. As condições de trabalho impostas pelos grandes coronéis aos trabalhadores rurais, que perpassavam por *arrendatários, parceiros, meeiros*, cambão à assalariados, até a expropriação das terras, levaram esses trabalhadores a lutarem não só pelo acesso á terra como também na melhoria das condições de trabalho. O poderio do latifúndio na década 60 foi muito forte caracterizando-se por perseguições e diversificadas formas de repressão contra os trabalhadores do campo, pois os latifundiários dominavam as forças políticas e econômicas do Estado.

Organizados desde 1962 através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Mari (STR), entrelaçado com a igreja católica, através do Padre Cônego de Farias e com a participação de 44 sócios fundadores, lutavam por melhores salários e pela conquista de terras, atuavam de forma pacífica e negociativa. Atualmente

tem-se o presidente José Martins de Lima, que foi uns dos sócios fundadores, está no mandato a quatorze eleições. O STR surge em Mari devido a necessidade de uma instituição que lutasse junto aos órgão públicos por algumas melhorias para o trabalhador do campo e assim como os demais STR´s do Brasil nasce também com uma proposta assistencialista aos membros sindicalizados, pois como sócios eles tinha auxílio médico: dentista, oculista, etc.

Mas a principal organização de luta pela terra conhecida em todo o país como já mencionado, foram as Ligas Camponesas, se formou em Mari por volta de 1963 e logo se tornam um movimento de massa, com grande participação dos trabalhadores do município. As Ligas não esperavam as negociações dos poderes públicos elas atuavam através das *ocupações* de terras que não cumpriam a sua função social: alimentar o homem. Dessa forma vários foram os conflitos entres esses trabalhadores, policiais e capangas dos coronéis.

As Ligas organizadas para resistir a esta situação de grandes conflitos filiavam milhares de trabalhadores, incentivando-os para lutarem na conquista de uma gleba de terra, para dela extraírem a subsistências de suas famílias. Os líderes dos trabalhadores rurais se punham a frente de propriedade em propriedade, convocando os operários do campo para se juntarem em mutirões, no preparo do solo e da semeadura dos grãos, ajudando-se uns aos outros na luta pela sobrevivência em meio as dificuldades. Os conflitos até então aconteciam nos caminhos percorridos por esses trabalhadores pelas fazendas da regiões e eram abordados pelos capatazes das fazendas, violentos esses capitães do campo, que via de regra estavam armados.

Segundo Coelho (2004):

Já nos últimos meses de 1963 foram diversas as propriedades e vários “sítios” visitados, aumentando significativamente o número de trabalhadores rurais envolvidos na parceria solidária para preparo de áreas agricultáveis, das quais seria possível se colher uma boa produção. Se aumentava a parceria e crescia a solidariedade entre irmãos, cujo primeiro resultado prático era dobrar a quantidade de hectares plantados, isso incomodava os conservadores e os remetiam a uma união destinada a evitar a proliferação destes mutirões. Havia sempre a iminência dos choques, cujas conseqüências eram sérias. (p. 45)

As conquistas das Ligas Camponesas ameaçavam os grandes proprietários de terras, assim, nas imediações da Fazenda Santo Antônio, alguns trabalhadores, representando os companheiros de mutirão, foram barrados pela força de armas. Eram dois os funcionários da fazenda que estavam montados em jumentos, o

administrador da fazenda Arlindo Nunes da Silva, que foi desarmado e “enchocalhado” e o capataz da fazenda Severino Carlos, que conseguiu fugir. No entanto a arma que utilizava o administrador da fazenda era de uso restrito às Forças Armadas, quando tal fato chegou ao conhecimento do proprietário da fazenda Renato Ribeiro Coutinho logo foi tomar suas providências (COELHO, 2004).

Na manhã de 15 de janeiro de 1964, o superintendente da Cia. Usinas Santa Helena, Fernando Cruz Gouveia, fora reaver o revólver que estava nas mãos dos camponeses e presidente das Ligas da cidade, Antonio Galdino da Silva. Depois de devolver o revólver a Gouveia, o clima era tenso ambos os lados estavam apreensivos, os camponeses com seus instrumentos de trabalho, clamando por socorro devido a miserabilidade que estava condicionado, houve-se um tiro. Acontecia ali uma das maiores chacinas no país em conflitos de luta pela terra até hoje. Vários foram as vítimas entre aproximadamente 10 mortos e 3 três feridos, entre eles trabalhadores rurais e representantes das Forças Armadas.

Desde esse acontecimento as Ligas Camponesas no município decaiu muito, os trabalhadores ficaram amedrontados, ainda em 1964 as ligas foram reprimidas e exterminadas com o Governo Militar, e no pós-64 o STR foi extremamente vigiado para não realizarem nem um tipo de organização parecida. Em uma análise em uma entrevista de campo feita ao presidente atual do STR do município, José Martins, ele afirma “mas nós trabalhadores atualmente reconhecemos o trabalho das ligas, pois as ocupações que eles fizeram foi com todo direito, infelizmente durou pouco”, apesar de não ter atuado em conflitos agrários como as Ligas Camponesas o STR de Mari apoiou todas as lutas realizadas por esses trabalhadores rurais.

Os movimentos de luta pela terra foram calados, o movimento sindical atuou por muito tempo apenas de forma assistencialista aos associados. Foi no ano de 2000 que chega em Mari o MST, movimento já organizado nacionalmente, ele chega com a mesma proposta das Ligas Camponesas, as ocupações de terras. Inicialmente o movimento ocupa uma grande fazenda com plantações de cana-de-açúcar cultura essa que mata o solo e que mata o povo de fome, pois são exportadas a baixos preços, só quem ganha com isso são os países que importam tal produto, é a política do *agronegócio*. Essa fazenda chamada Gendiroba tinha aproximadamente 1.000 hectares de proprietário Carlos Ribeiro Coutinho, atualmente é uma conquista do MST, o Assentamento Tiradentes. Outra grande ocupação e conquista do MST no município em terras de também aproximadamente 1.000 hectares era a Fazenda Cafundó de



propriedade de Laureano Casado da Silva, atualmente Assentamento Zumbi dos Palmares, destacado nos capítulos posteriores.

Em uma visão do atual presidente do STR de Mari ele compara o movimento das Ligas Camponesas e do MST com movimento sindical fazendo essas considerações, sob uma visão sindicalista:

*É semelhante, considero a coragem, pois se não tivesse as ocupações não era através das mesas de negociações que teríamos essa grande quantidade de terras atualmente desapropriadas, gostaria muito que o governo respeitasse, e que isso acontecesse sem precisar derramar sangue, os deputados governadores, deveriam entender que essa é uma luta de se ganhar vida e não de se perder vida. A luta pela reforma agrária, tanto a luta dos sindicalizados como a luta do MST. O movimento sindical é mais calmo a gente se julga de competência legal, lutamos de forma de negociações, não temos enfrentado as ocupações, porém ajudamos dando gasolina a lona. (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mari – PB. Fonte: Trabalho de campo realizado em 07 de maio de 2007)*

Atualmente após a organização desses assentamentos não tem ocorrido no município mais ocupações. A luta desses trabalhadores é de permanecerem na terra, ou seja na busca de subsídios que lhe dêem condições de viver da terra, recursos mínimos como água, energia e escolas para todos. A nossa preocupação no presente trabalho é focalizar esse momento de luta pela educação nos assentamentos, partindo da premissa que essa é o principal meio de formação do homem, seja ele do campo ou da cidade. Eles lutam para que essa escola do campo não seja apenas uma escola no campo, mas sim que ela venha arraigada de sua cultura e da sua história, construída e formada por esses atores do campo. A seguir apresentamos o histórico dessa luta e conquista de uma educação diferenciada aos povos do campo, chegando às propostas pedagógicas do MST.

## *Capítulo II*

*De uma Escola no Campo a uma Escola do Campo*

---

### **3. De uma Escola no Campo a uma Escola do Campo**

Após essa construção e desconstrução da luta pela terra no campo que partimos do território nacional, estadual até o municipal, na busca de uma compreensão para o nosso principal intermédio para territorialização desses movimentos sociais no campo, a educação. Levantaremos a seguir o histórico dessa luta por uma Educação do Campo para além da luta pela terra, ou seja, a luta pela educação nos assentamentos rurais no campo brasileiro que perpassa as barreiras da expropriação do capitalismo e passa a ser exigida por esses excluídos como direito.

Para tal analisaremos o processo de construção dessa luta á partir da mobilização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, realizando um levantamento de suas práticas nacionalmente para que dessa forma abramos uma porta no âmbito das discussões dessa educação diferenciada no campo, e especificamente no Assentamento Rural Zumbi dos Palmares.

#### **3.1. Da Educação Rural ao Movimento Por uma Educação do Campo:**

Desde o início da década de 80 foi se afirmando na sociedade brasileira o reconhecimento da educação como direito humano, pois a educação é um direito de todos, e dever do Estado, foi assim que, por volta dessa década, movimentos estudantis saíram nas praças e ruas como mobilização pelo direito á essa escolarização. O movimento docente e o movimento pedagógico progressista foram protagonistas desse avanço da consciência da educação como direito. Entretanto, esse grito não chegou ao campo. Os homens e as mulheres, as crianças, os adolescentes ou jovens do campo não estavam excluídos desse grito, porém não foram incluídos nele com sua especificidade. Consequentemente, ficaram à margem (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2004).

Esta luta pelo acesso á educação aos povos do campo se deu quando com uma tomada de consciência que valoriza igualmente o pensamento desses indivíduos que se organizam, a sua percepção de valores, as suas concepções referentes aos aspectos cotidianos; um sistema de idéias políticas mais estruturadas; as condições e experiências que possibilitam a fusão dos interesses de classe imediatos e fundamentais e a solidificação das capacidades políticas de classe ( VENDRAMINI, 2000).

Desta forma a educação passa a ser vista como direitos dos cidadãos ao mundo do trabalho, da cultura, da ciência, da arte, do lazer. Esta educação não pode ser dirigida para reprodução do capital, mas deve ser uma educação sobre a qual os trabalhadores e seus filhos possam construir novas relações sociais, um novo projeto de sociedade, calcado no trabalho, na justiça social, na distribuição de renda, na reforma agrária (MENEZES NETO, 2003).

Porém, essa luta pela escola foi secundarizada pelos movimentos sociais rurais até os anos 90, e iniciada pelo MST que desde a década de 80 mobilizava mães e professores, e posterior toda a família no processo do trabalho com a educação escolar, á lutar por escolas e sobretudo, para cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de lutar pelo seu acesso a ele. Historicamente, os sindicatos de trabalhadores rurais tiveram participação restrita nas lutas pela educação, em virtude da urgência pela terra. No Brasil o sindicalismo rural foi por várias vezes confrontantes dos movimentos sociais no campo, exemplo disso foram as disputas entre as Ligas Camponesas e o sindicalismo de trabalhadores nos anos 50 e 60, e das brigas paralelas do MST e a CONTAG. (MENEZES NETO, CALDART, 2003, 2004).

Mesmo com a desorganização dos sindicatos rurais, principalmente no que se refere a educação, na década de 50, o governo brasileiro investem na educação informal, através da difusão da “*Extensão Rural*”, projeto educativo que consistia no deslocamento de agrônomos, educadores e assistentes sociais para ensinar às famílias do campo novas técnicas de plantio e gestão do lar. Esta proposta foi conceituada como ação educacional com vistas a promover mudanças comportamentais e culturais aos trabalhadores do campo.

Tais investimentos na educação rural tinham uma via de mão-dupla, pois com as políticas governamentais dos anos 50 e 60, com Vargas e Juscelino Kubitschek, exigiu-se a modernização do setor agropecuário. Para isto, seria necessária a alfabetização do povo do campo, e com esse intuito abandonariam métodos “arcaicos” e passariam a adotar alternativas modernizantes. Desta forma implantou-se uma “*educação ruralista*”, voltada para os interesses dos grandes latifundiários na concentração de renda e capital, transformando os trabalhadores do campo em operadores de máquinas, inserido na produção em larga escala, na monocultura e na produção para exportação, esquecendo os verdadeiros valores culturais dos homens e mulheres do campo.

A euforia pelo chamado “milagre brasileiro” trouxe mudanças também nas políticas educacionais como a profissionalização compulsória de todo o ensino médio, reestruturando o ensino básico no Brasil, criando a obrigatoriedade do ensino técnico e mudando a estrutura das escolas agrotécnicas. Em 1974 é criada a Coordenação Nacional de Ensino Agrícola (COAGRF), esta tentativa de reforma do ensino fracassou e ajudou a descaracterizar ainda mais este nível de ensino, pois reduziu os conteúdos das disciplinas da área das ciências humanas e não rompeu com a dualidade do ensino técnico e propedêutico (MENEZES NETO, 2003).

Já na década de 80, no Nordeste, é criado a EDURURAL, um programa destinado á melhoria da escolarização rural, visando também, erradicar a miséria no campo e diminuir tensões sociais. Em 1984 o MST realiza o “I Encontro Nacional”, trazendo esperanças de mudanças sociais. A discussão da “escola cidadã”<sup>7</sup> é apresentada como possibilidade democrática para a educação, trazendo uma nova perspectiva também para a escola do campo.

A partir da última década do século XX, com o enfraquecimento do sistema público de “*Extensão Rural*” e da “*Educação Popular*”, verifica-se o crescimento do interesse das organizações e movimentos populares pela educação escolar representadas, principalmente, por ações desenvolvidas pelo MST para escolarizar os assentados. Que ao fim da década de 90, com a crise de valores e representatividade que envolve o mundo das organizações dos trabalhadores fez com que a sociedade civil elaborasse uma nova e positiva forma de organização popular do campo. Esta nova forma é representada pelo movimento “*Por uma Educação do Campo*”. Esse movimento teve como marco inicial a I Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, no Estado de Goiás, em 1998, teve como objetivo principal de ajudar a relocalar o rural, e a educação que a ele se vincula, na agenda do país, e desta forma implementar um projeto de desenvolvimento para o Brasil, que incluía o meio rural onde a educação faça parte de uma estratégia de inclusão (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2004).

### **3.2. Movimento Nacional Por uma Educação Básica do Campo**

---

<sup>7</sup> O movimento pela “Escola Cidadã”, por uma educação para e pela cidadania, nasceu no final da década de 80 na educação municipal. A Escola Cidadã está fortemente enraizada no movimento de educação popular comunitária que, na década de 80, traduziu-se pela expressão *escola pública popular* com uma concepção e uma prática da educação realizada em diversas regiões do país (GADOTTI, S/D).

Vemos então que o campo brasileiro nem sempre foi silenciado. Há uma história tensa ainda a ser melhor contada. Nos últimos 20 anos a sociedade aprendeu que o campo está vivo. Seus sujeitos se mobilizam e produzem uma dinâmica social e cultural. A educação e a escola são interrogadas por essa dinâmica. Milhares de educadoras e educadores se mobilizam, se reúnem, debatem estudam e refazem concepções e práticas educativas em escolas de comunidades camponesas, em escola-famílias agrícola, escolas dos reassentamentos do Movimento do Atingidos por Barragens, em escolas de assentamentos e de acampamentos do MST, ou em escolas de comunidades indígenas e quilombolas (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2004).

Esse movimento Por uma Educação do Campo visa, com urgência, ouvir e entender a dinâmica social, cultural e educativa dos diferentes grupos que formam o povo do campo, ele pretende instigar mais pesquisas como essa pesquisa aqui realizada. E sobretudo lutar por maior atenção dos governos federal, estaduais e municipais para seu dever de garantir o direito à educação para milhões de crianças e adolescentes, de jovens e adultos que trabalham e vivem no e do campo.

Segundo Arroyo, Caldart e Molina (2004) o direito à educação foi vinculado a uma concepção abstrata de cidadania, e não fomos capazes de à concretude humana e social em que os direitos tornam realidade. Essa proposta parte da necessidade de levar em consideração tal concretude. O que segundo Thomaz Júnior (2002) nos coloca na necessidade de que para compreendermos a inserção geográfica dessa classe trabalhadora, afirmamos que esse reconhecimento depende de uma compreensão mais ampla, dessa forma a classe trabalhadora não se restringe somente aos trabalhadores proletários (urbanos e rurais) ou subproletarizados, mas a um conjunto de expressões do trabalho que inclui os trabalhadores avulsos, temporários, diaristas, seringueiros, pescadores, camponeses com pouca terra, etc., e que enriquecem e pluralizam a noção de sujeito social que trabalha.

Ainda, para Arroyo, Caldart e Molina (2004), a escola no meio rural passou a ser tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e , conseqüentemente, à população do campo foi negado acesso aos avanços havidos nas duas últimas décadas no reconhecimento e garantia do direito à educação básica. A Educação do Campo nasce sobretudo de um olhar sobre o papel do campo em um projeto de desenvolvimento do país e sobre os diferentes sujeitos do campo. Um olhar que projeta o campo como espaço de democratização da sociedade brasileira e de

inclusão social, e que projeta seus sujeitos como sujeitos de história e de direitos; como sujeitos coletivos de sua formação enquanto sujeitos sociais, culturais, éticos, políticos. Eles enfatizam que a questão central para as pesquisas e políticas educativas será reconhecer esse protagonismo político e cultural, formador, que está se dando especialmente nos movimentos sociais do campo. Tratando desses processos formadores estaremos tratando de educação.

A grande lição e um grande desafio para o pensamento educacional da Educação do Campo é entender os processos educativos na diversidade de dimensões que os constituem como processos sociais, políticos e culturais, formadores do ser humano e da própria sociedade. O direito à escolarização ressignificado e repostado com maior abrangência e urgência propõe uma educação e uma escola vinculada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural dos diferentes grupos sociais que habitam e trabalham no campo. Quanto mais se afirma a especificidade do campo mais se afirma a especificidade da educação e da escola do campo. Mais se torna urgente um pensamento educacional e uma cultura escolar docente que se alimentem dessa dinâmica formadora. Também mais se afirma a necessidade de equacionar a função social da educação e da escola em um projeto de inserção do campo no conjunto da sociedade.

Essa visão do campo como um espaço que tem suas particularidades e que é ao mesmo tempo um campo que tem suas particularidades e que é ao mesmo tempo um campo de possibilidades da relação dos seres humanos com a produção das condições de sua existência social, confere à Educação do Campo o papel de fomentar reflexões sobre um novo projeto de desenvolvimento e o papel do campo neste projeto. Também o papel de fortalecer a identidade e a autonomia das populações do campo de desvendar a inexistência de uma relação hierárquica, mas sim que eles sejam complementares, entre a cidade e o campo, ou seja, cidade não vive sem campo que não vive sem cidade.

No texto preparatório da Primeira Conferência Por um Educação do Campo (2004) é afirmado que:

Para pensarmos na vida no campo, precisamos pensar a relação campo e cidade no contexto do modelo capitalista de desenvolvimento em curso no país. O rápido avanço do capitalismo no campo esteve baseado, no Brasil em três elementos fundamentais: um desenvolvimento desigual, nos diferentes produtos agrícolas, e nas diferentes regiões; um processo excludente, que expulsou e continua expulsando camponeses para as cidades e para regiões diferentes de

sua origem; e um modelo de agricultura que convive e reproduz simultaneamente relações sociais de produção atrasadas e modernas, desde que subordinadas ambas à lógica do capital (p. 28).

No campo este processo desigual e excludente tem gerado maior concentração da propriedade e da renda. Nas cidades este processo tem implicado em maior concentração urbana, desemprego e intensificação da violência. No plano das relações sociais há uma clara dominação do urbano sobre o rural, na sua lógica e em seus valores. Por outro lado há também um outro fenômeno importante a considerar que é a mudança do perfil econômico e cultural da população do campo, presente neste processo. A extraordinária migração campo-cidade, combinada a hegemonia de um modelo de vida urbano, tem levado muitos pesquisadores e formuladores de políticas a concluir que o rural já não tem significado histórico relevante e que o campesinato está em processo de extinção, desta forma a única possibilidade do trabalhador rural seria inserir-se ao modelo de mercado dominado pela agricultura capitalista.

Para o Movimento Por uma Educação do Campo, para que aconteça essa tão esperada modernização da agricultura brasileira é necessário um projeto de educação que contribua para com a realidade do campo. A agricultura familiar é reconhecida pela sua produtividade, por suas iniciativas e reorganização do trabalho e da produção, através da cooperação, e por sua resistência histórica na sociedade moderna. Existe a urgência de investimentos na interpretação e produção de conhecimento desde um modelo alternativo de agricultura, e de outros processos de trabalho que com ela se combinem.

Nos unirmos àqueles que entendem como passo importante e necessário o reconhecimento da necessidade da escola no campo e do campo, questão que no caminho de ampliação dos assentamentos rurais de Reforma Agrária torna-se imperiosa e inquestionável, é de primordial importância nesse projeto de educação.

Um outro grande desafio para esse movimento é pensar numa proposta de desenvolvimento e de escola do campo que leve em conta a tendência de superação da dicotomia rural-urbano, que seja o elemento positivo das contradições em curso, ao mesmo tempo que resguarde a identidade cultural dos grupos que ali produzem sua vida. Pois existe uma concepção de que escola urbana é melhor do que escola rural. Isto coloca mas uma vez o determinismo geográfico como fator regulador da quantidade da educação, sendo um critério equivocados da política de investimentos. Para Arroyo Caldart e Molina (2004), o que está em questão é um projeto de uma escola



que tem uma especificidade inerente à histórica luta de resistência dos trabalhadores rurais.

O presente trabalho tem como principal objetivo contribuir na construção de um mapeamento detalhado destas práticas alternativas, afirmadoras de outras possibilidades no campo que não as projetadas pelo atual modelo de desenvolvimento do país, como matéria-prima fundamental para a elaboração de uma proposta de *Educação Básica do Campo*.

### **3.3. A participação do MST na construção da Educação do Campo**

O MST tem criado um programa de educação política e técnica que combina o desenvolvimento de capacidades de mudanças estruturais com capacidade de produzir. Além disso, investe na criação de lideranças, para que a libertação dos camponeses seja produto dos próprios camponeses e não de profissionais iluminados que substituam uma forma de dominação patronal por outra burocrática. Todas as suas atividades – reuniões, passeatas, atos públicos – são considerados momentos de formação política. (VENDRAMINI, 2000-p.58)

A consciência de que a terra se conquista com a organização e luta dos trabalhadores, levou o Movimento a vincular a ela o direito à educação. A educação entendida como o processo de socialização e de transformação a partir da cultura. Caberia à educação a “construção e desconstrução” da identidade dos trabalhadores em geral e, no caso específico, dos trabalhadores pertencentes ao MST.

Quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra, os trabalhadores sem terra do MST também começaram a lutar por escolas no campo. As famílias sem terra mobilizaram-se pelo direito à escola e, especificamente, pela possibilidade de uma escola que fizesse a diferença ou tivesse realmente sentido em sua vida presente e futura. Essas famílias tomaram para si a tarefa de organizar e produzir uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas e formar educadores e educadoras capazes de trabalhar nesta perspectiva.

A criação de um Setor de Educação dentro do MST, em 1987, formaliza o momento em que esta tarefa foi formalmente assumida. Desde então foi estabelecido pelo MST que todo acampamento e assentamento teria uma escola, e de preferência que não fosse uma escola qualquer (CALDART, 2004). Mas sim que esse projeto de educação incorporasse à escola uma educação do campo, que é aquela que

trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadoras e trabalhadores do campo. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são condições fundamentais em sua implementação.

Para o MST o movimento educa as pessoas que dele fazem parte à medida que as coloca como sujeitos enraizados no movimento da história e vivendo experiências de formação humana que são próprias do jeito da organização particular da luta de classes, principal forma em que se apresenta o movimento da história. Mesmo que cada pessoa não saiba disso, cada vez que ela toma parte das ações do MST, fazendo sua tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir a identidade sem-terra, a identidade dos lutadores do povo, está se transformando e se reeducando como ser humano.

Como afirma Caldart (2004):

Sem considerar as pedagogias ou movimento pedagógico, que formam o sujeito de nome sem-terra, e sem buscar vincular-se de alguma maneira a ele, a escola não consegue enraizar-se e nem ajuda a enraizar os sem-terra. Além disso, seu projeto pedagógico fica mais pobre, contribuindo menos do que poderia na formação humana (CALDART, 2004, p. 118).

Para esta autora este processo tem mão dupla: o movimento social precisa se ocupar da escola e a escola precisa se ocupar do movimento social. A escola é, de modo geral, uma instituição conservadora e resistente à idéia de movimento e a um vínculo direto com as lutas sociais. O serviço que historicamente tem prestado à manutenção de relações sociais de dominação e exclusão costuma está encoberto por uma aparência de autonomia e de naturalidade política. Quando defendemos um vínculo explícito da escola com processos pedagógicos de formação de sujeitos que têm propósitos de transformação social, é necessário ter clareza de que sozinha a escola não provocará isto. Ao contrário, é o movimento social que precisa ocupar e ocupar-se da escola, construindo, junto com os educadores que ali estão.

No MST chama-se de ambiente educativo o processo intencional de organização e reorganização das relações sociais que constituem o jeito de ser, de funcionar da escola, de modo que este jeito possa ser mais educativo, mais humanizador de seus sujeitos. Na realidade do campo há muitas escolas de um só professor ou de uma só professora. Esta é, por exemplo, a situação de muitos assentamentos do MST.

Mas no Movimento já foi aprendido que o coletivo educadoras não é coletivo apenas de professores. .

Numa escola há outras pessoas que têm ou podem ter esta tarefa. Na experiência do MST, considera-se como educadores: as professoras e os professores da rede pública, assentados ou não, acampados ou não, que atuam na escola; os outros funcionários e funcionárias que trabalham na escola; as pessoas voluntárias da comunidade que atuam em algum tipo de atividade pedagógica ligada à escola; técnicos e técnicas que atuam no assentamento e que também são chamados a contribuir no acompanhamento dos processos produtivos desenvolvidos na escola. Há também a chamada equipe de educação do assentamento ou do acampamento, geralmente constituída por representantes das famílias sem-terra que, embora não seja responsável apenas pelas atividades das escolas, pode representar um apoio político e pedagógico importante para o grupo interno, ou mesmo participar efetivamente dele quando for muito pequeno.

Portanto para que a escola Zumbi dos Palmares se torne uma escola que busque os fundamentos da pedagogia do MST é necessária uma grande busca de atividades e princípios os quais ainda não se mostram presentes na escola do assentamento. Segundo os princípios pedagógicos do MST uma escola do campo precisa ter um vínculo com o trabalho, sendo assim vários espaços de trabalho fazem parte do processo educativo desenvolvido na escola. Ao mesmo tempo, deve ser trabalhada a mística do trabalho e de como ele faz parte da identidade como Sem Terra, membros da classe trabalhadora (Setor de Educação, 1999).

Como consta no Caderno Educativo nº 09 do Setor de Educação do MST:

Para escola do MST o trabalho é um princípio educativo fundamental. Ele envolve o esforço físico e mental que transforma a natureza e, ao transformar a natureza, nos transforma; nos humaniza. É o trabalho que nos diferencia dos outros seres vivos . Através dele de forma pessoal e coletiva, garantimos as condições objetivas de nossa qualidade de vida. O trabalhador se deseduca e se desumaniza ao ser desapropriado, desqualificado e ou explorado em seu trabalho. (p. 8)

Nesse processo de construção da escola e de humanização do *ser Sem Terra*, o MST vem produzindo um jeito de fazer educação que pode ser chamado de *Pedagogia do Movimento*. Como afirma Caldart:

Isto não quer dizer que o MST tenha inventado uma nova pedagogia, mas ao tentar produzir uma educação do jeito do Movimento, os sem-terra acabaram criando um novo jeito de lidar com as matrizes pedagógicas ou com as pedagogias já construídas ao longo da história da humanidade. Em vez de assumir ou se filiar a uma delas, o MST tenta pôr todas elas em movimento e deixa que a própria situação educativa específica se encarregue de mostrar quais precisam ser mais enfatizadas num momento ou outro (p. 98).

Assim o MST se baseia em várias pedagogias na construção de sua escola, Caldart (2004) levanta as seguintes:

- **A pedagogia da luta social:** que brota do aprendizado de que o que educa os sem-terra é o próprio movimento da luta, ela educa para uma postura diante da vida que é fundamental para a identidade de um lutador do povo, onde nada é impossível de mudar e quanto mais inconformada com o atual estado de coisas mais humana é a pessoa. Ela busca desafiar essas crianças, jovens e adolescentes a pensar em práticas que ajudem a educá-los ou a fortalecê-los com os aprendizados da luta: o inconformismo, a sensibilidade, a indignação diante das injustiças, a contestação social, etc.
- **A pedagogia da organização coletiva:** que brota da raiz que nasce de uma coletividade que descobre um passado comum e se sente artífice do mesmo futuro, construindo uma grande famílias, como sujeito coletivo desse Movimento Social. Esta pedagogia tem também a dimensão de uma pedagogia da cooperação, que brota das diferentes formas de cooperação desenvolvidas nos assentamentos e acampamentos, a partir dos objetivos de luta pela Reforma Agrária e por um novo modelo de desenvolvimento do campo.
- **A pedagogia da terra:** que brota da mistura do ser humano com a terra , ela é a mãe e as famílias do MST são os filhos e filhas da terra. Por isso eles partem do princípio de que é preciso aprender a sabedoria de trabalhar a terra. Assim para eles a terra é ao mesmo tempo o lugar de morar, trabalhar, de produzir, de viver, de morrer e de cultuar os mortos. Assim essa escola pode ajudar a perceber a historicidade do cultivo da terra e da sociedade, o manuseio cuidadoso da terra-natureza para garantir mais vida e educação ambiental;
- **A pedagogia do trabalho e da produção:** que brota do valor fundamental do trabalho, que gera a produção do que é necessário para garantir a qualidade de vida social, e identifica o sem-terra com a classe trabalhadora. Para o Movimento é pelo o trabalho que o educando produz conhecimento, cria

habilidades e forma sua consciência, em si mesmo o trabalho tem uma potencialidade pedagógica, e a escola pode torná-lo mais plenamente educativo;

- **A pedagogia da cultura:** que brota do modo de vida produzido e cultivado pelo Movimento, do jeito de ser e de viver dos sem-terra, do jeito de produzir e reproduzir a vida, da mística, dos símbolos, dos gestos e da religiosidade. Para o Movimento é a cultura material que simboliza a vida, portanto numa escola do MST é importante resgatar os símbolos, as ferramentas de trabalho e de luta, a mística do Movimento;
- **A pedagogia da escolha:** que brota dos múltiplos gestos e múltiplas escolhas que as educadoras e os educandos, o MST e os seres humanos precisam fazer a cada dia. Cada escolha é feita pela pessoa movida por valores que são uma construção coletiva. Ser sem-terra é uma escolha, pressionada por uma condição social objetiva e movida por valores que fazem esta pessoa não se conformar com a sua situação de miséria;
- **A pedagogia da história:** que brota do cultivo da memória e da compreensão do sentido da história e da percepção de ser parte dela, não apenas como resgate de significados, mas como algo a ser cultivado e produzido. A memória coletiva é fundamental para construção de uma identidade;
- **A pedagogia da alternância:** que brota do desejo de não cortar raízes. É uma das pedagogias produzidas em experiências de escola do campo em que o MST se inspirou. Busca integrar uma escola com a família e a comunidade do educando, permitindo uma troca de conhecimento e fortalecimento dos laços familiares e do vínculo dos educandos com o assentamento ou acampamento, o MST e a terra.

Assim o MST com a construção dessas pedagogias em sua escola, ela busca também uma construção de uma Escola do Campo, vinculada a um movimento social de luta pela Reforma Agrária no Brasil, sendo esta uma escola pública e com participação da comunidade na sua gestão. A escola seria portanto o lugar do movimento destas pedagogias.

Para a construção dessas escolas, o MST apresenta diferentes níveis educativos: a Educação Infantil e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) de nível fundamental; as escolas de níveis técnicos, Escolas Agrotécnicas, o Curso Técnico em Administração de Cooperativas do MST (TAC), etc.; e a educação de Nível Superior,

que se realizam em centros urbanos, como é o caso da Escola Nacional Florestan Fernandes<sup>8</sup>, Universidade Popular idealizada pelo MST, inaugurada em 23 de janeiro de 2005, em Guararema, a 67Km da cidade de São Paulo; ou ainda os projetos de atuação do PRONERA que cria cursos universitários nas próprias universidades federais destinados ao MST como é o caso do curso de História da UFPB, destinado ao Movimento.

Pensando na Escola do Assentamento Zumbi dos Palmares descreverei a seguir um pouco da história da construção das escolas de nível fundamental do MST, as *Escolas Infantis do MST* a Educação de Jovens e Adultos(EJA), que atua com o Projeto do Governo Brasil Alfabetizado, mas que não será nosso objeto de análise, nessa pesquisa buscaremos principalmente o objetivo da Educação Infantil para a formação do *ser Sem Terra*.

### 3.3.1 A Educação Infantil do MST

As discussões em torno da educação infantil no MST surgiram da necessidade de compartilhar com as famílias Sem Terra os cuidados e a educação de seus filhos e suas filhas, sendo coerente com os ideais de justiça e transformação social que buscam concretizar, combinando a luta pela garantia do direito à Educação Infantil, com a intenção de construirmos coletivamente a formação de nossas famílias, das comunidades assentadas e acampadas que constituem o MST. Considerando o Movimento um grande educador das crianças sem-terrinhas, pois este é o meio no qual elas vivem suas infâncias, participando da luta pela terra, pela Reforma Agrária.

Assim através de um trabalho coletivo foram definidos os principais desafios da Educação Infantil no MST seriam:

- Ampliar a discussão sobre a educação familiar, a necessidade das famílias compartilharem a educação da criança de 0 a 6 anos com a comunidade, o coletivo, a Escola Infantil, no caso do MST as Cirandas Infantis;
- Luta por políticas públicas para a Educação Infantil do Campo um a educação que respeite a diversidade dos sujeitos que formam a transformam o campo brasileiro;

---

<sup>8</sup> A proposta pedagógica da Escola consiste em elevar a consciência política dos trabalhadores, oferecer uma sólida formação aos alunos e proporcionar conhecimentos culturais, intelectuais e técnicos que sejam utilizados como ferramentas indispensáveis para a transformação das desigualdades sociais e seus inúmeros desafios. A Escola visa atender e formar trabalhadores do campo e da cidade, fazendo deste intercâmbio um aprofundamento das experiências pedagógicas onde a sociedade, a terra, o trabalho e o meio ambiente sejam elos de ligação e elementos principais do currículo.

- Lutar contra a exploração do trabalho infantil, trazendo como contraponto a participação amena das crianças em tarefas ao lado das famílias, o aprendizado do trabalho do campo, o aprendizado da terra;

- A primeira ciranda Infantil Nacional que aconteceu no ENERA, Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, 1997, com 80 crianças em todo o país;

- Impulsionar a formação das educadoras e educadores infantis nos Estados regionais do MST, através da realização de cursos, encontros e oficinas pedagógicas para aprofundar as discussões sobre o direito à educação infantil do campo;

- Socializar as práticas de implementação da ciranda Infantil Itinerante e das cirandas Infantis Permanentes como referência para os assentamentos e acampamentos de todos os Estados;

- Elaborar os materiais pedagógicos que ajudem a desenvolver pesquisas e a formação de educadoras infantis;

- A Ciranda Infantil é um espaço educativo da vivência de ser criança sem-terrinha, de brincar, jogar, cantar, cultivar a mística, a pertença do MST (CADERNO DE EDUCAÇÃO DO MST Nº 12).

Para o MST buscar uma pedagogia para educação infantil significa construir um projeto político pedagógico que valorize o caráter lúdico da aprendizagem e qualifique as interações possíveis das crianças entre si, com os adultos e com o mundo. A capacidade da criança de perceber o mundo e agir sobre ele pode ser potencializada através do resgate da imaginação, do brincar, dos desafios cotidianos, das diferentes formas de expressão e linguagem.

A escola do Assentamento busca se fundamentar nas Escolas Infantis do MST, pois ela luta por essa implementação de políticas públicas para Educação Infantil do campo, e busca impulsionar a formação das educadoras e educadores através de projetos de oficinas pedagógicas vinculados à UFPB.

### 3.3.2. A Educação de Jovens e Adultos no MST

O EJA para o MST, faz parte da Educação Popular que é alimentada pela *Pedagogia do Oprimido*<sup>9</sup>. Ela é mais que alfabetização. Para as famílias acampadas

---

<sup>9</sup> Pedagogia construída por Paulo Freire com bases na educação libertadora. Para ele a pedagogia do oprimido não era uma pedagogia para ele. Ele não é um depósito, um investimento, um banco de dados,

e assentadas a EJA é formação humana de pessoas concretas, ela é formação política, ideológica, cultural, organização na base e avanço na escolarização dos sem-terra.

O MST pensando na construção da EJA parte da idéia de que todas as pessoas são sujeitos de direitos. Os trabalhadores rurais, entre eles os sem-terra, não são seres inferiores, nem escravos e nem objetos, eles são gente, cidadãos e por isso são sujeitos de direitos, alfabetizados ou não. Mas o Movimento acredita que não deve-se cair na visão romântica de que as pessoas não alfabetizadas, por serem cidadãs, não precisam saber outras coisas, nem estudar, pois o saber é um direito. Dessa forma o MST tomou como tarefa a busca desse direito à escolarização, nessa conquista como fato que os ajude como sujeitos sociais na sua caminhada.

O MST participa da luta para que todas as pessoas do campo também tenham acesso à educação pública, gratuita e de qualidade nos seus diversos níveis da educação infantil à educação superior, incluindo o EJA. Como consta no Caderno Educativo do MST N° 11:

Precisamos lutar também pelo direito à escolarização e pela continuidade do processo educativo. Não basta apenas resolver o problema da alfabetização: ler, escrever e fazer constas no papel. A sociedade precisa reconhecer a conquista deste direito e garantir a continuidade da escolarização para todos (p. 31).

O MST luta para que o Estado, em conjunto com a sociedade e incluindo os Movimentos Sociais Populares, elabore e implemente uma política pública de EJA, e nela uma política específica de alfabetização, garantindo assim o acesso e a continuidade do processo educativo, e o direito de aprender para todos. A bandeira do Movimento tem sido a de uma política de apoio diferenciada para o campo.

O MST somente atingirá o propósito de alfabetizar toda sua base social se construir em suas áreas uma cultura de alfabetização, a tal ponto que os sem-terra sintam indignação ao reconhecer que nos assentamentos ainda existem analfabetos, e a comunidade assuma o compromisso de implementar um processo de alfabetização a partir das condições possíveis. A tarefa da alfabetização deve começar ainda no tempo de acampamento. E todos os dirigentes, todas as lideranças, todos os militantes e todos os educadores são responsáveis pelo funcionamento da EJA e nela da alfabetização.

---

um objeto. É uma pedagogia dele, de sua autonomia. Através dela se descobre vítima de uma realidade opressora (PEREIRA, 2005 apud. FREIRE, 1975).



### **3.4. A luta na construção das Diretrizes Operacionais para uma Educação Básica do Campo**

As primeiras idéias de uma Educação do Campo nasceram da luta pela terra e da conquistas dos assentamentos construindo territórios, desenvolvendo novas realidades. Nesses territórios, como afirma Fernandes (2002), os sem-terra com seu jeito matuto deram a cismar que construir uma outra escola era possível. E quando todos diziam que era impossível, eles teimavam em fazer, como que obstinados do mesmo modo que resolveram entrar na terra, eles decidiram criar a escola da terra, onde se desenvolveria uma educação aberta para o mundo desde o campo.

Essas questões também se faziam presente nas universidades, nos centros de pesquisas, que começavam a desenvolver metodologias e produzir referenciais teóricos para tentar compreender as novas configurações que se formavam no campo brasileiro. Ver o campo como parte do mundo e não como aquilo que sobra além das cidades. Essas discussões entre os povos do campo ficou esboçada na Conferência por um Educação do Campo em 1998.

Com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, é considerada por Fernandes (2002):

como ponto de chegada dessa caminhada. Mas como toda chegada é um movimento, estamos em um novo ponto de partida para a realização efetiva das resoluções das Diretrizes. Afinal, sabemos pelo duro aprendizado de conquista da cidadania que a luta faz a lei e garante os direitos. Mas, as conquistas só são consolidadas com pertinência (p. 91).

A aprovação das Diretrizes representa um importante avanço na construção de um Brasil rural, de um campo de vida, onde a escola é espaço essencial para o desenvolvimento humano. É um novo passo dessa caminhada de quem acredita que o campo e a cidade se complementam e por isso, devem ser entendidos segundo Fernandes (2002) “como espaços geográficos singulares e plurais, autônomos e interativos, como sua identidades culturais e modos de organização diferenciados”.

Em uma breve leitura do parecer das Diretrizes podemos perceber que o olhar da relatora sobre o campo se encontra nessa visão dos povos do campo e com os estudos mais recentes dos pesquisadores. Buscando um histórico desse campo sempre posto em segundo plano no âmbito escolar ela levanta:

No Brasil, todas as constituições contemplaram a educação escolar, merecendo especial destaque a abrangência do tratamento que foi

dado ao tema a partir de 1934. Até então, em que pese o Brasil ter sido considerado um país de origem eminentemente agrária, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, evidenciando-se, de um lado, o descaso dos dirigentes com a educação do campo e, do outro, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo. Neste aspecto, não se pode perder de vista que o ensino desenvolvido durante o período colonial, ancorava-se nos princípios da Contra-Reforma, era alheio à vida da sociedade nascente e excluía os escravos, as mulheres e os agregados. Esse modelo que atendia os interesses da Metrópole sobreviveu, no Brasil, se não no seu todo, em boa parte, após a expulsão dos Jesuítas – 1759, mantendo-se a perspectiva do ensino voltado para as humanidades e as letras (Parecer, p. 3).

A autora ainda registra que a primeira referência à educação no ordenamento jurídico brasileiro só apareceu no 1º Congresso da Agricultura do Nordeste Brasileiro – 1923 como de registro da importância dos Patronatos na pauta das questões agrícolas que deveriam ser cuidadosamente estudadas. Segundo a relatora:

Tais instituições, segundo os congressistas, seriam destinadas aos menores pobres das regiões rurais e aos do mundo urbano, desde que revelassem pendor para a agricultura. Suas finalidades estavam associadas à garantia, em cada região agrícola, de uma poderosa contribuição ao desenvolvimento agrícola e, ao mesmo tempo, à transformação de *crianças indigentes em cidadãos prestimosos* (Parecer p. 5).

Nascia ali o modelo de educação rural do patronato, que privilegiava o estado de dominação das elites sobre os trabalhadores. A educação rural como uma forma de domesticar os trabalhadores que tinha acesso à educação, desde então esteve a serviço dessa forma de controle sócio político (FERNANDES, 2002). A relatora ainda aponta:

A perspectiva salvacionista dos patronatos prestava-se muito bem ao controle que as elites pretendiam exercer sobre os trabalhadores, diante de duas ameaças: quebra da harmonia e da ordem nas cidades e baixa produtividade do campo. De fato, a tarefa educativa destas instituições unia interesses nem sempre aliados, particularmente os setores agrário e industrial, na tarefa educativa de salvar e regenerar os trabalhadores, eliminando, à luz do modelo de cidadão sintonizado com a manutenção da ordem vigente, *os vícios que poluíam suas almas*. Esse entendimento, como se vê, associava educação e trabalho, e encarava este como purificação e disciplina, superando a idéia original que o considerava uma atividade degradante. Havia ainda os setores que temiam as implicações do modelo urbano de formação oferecido aos professores que atuavam nas escolas rurais (Parecer, p. 5).

Esses profissionais, segundo educadores e governantes, desenvolviam um projeto educativo ancorado em formas racionais, valores e conteúdos próprios da cidade, em detrimento da valorização dos benefícios que eram específicos do campo. De fato, esta avaliação supervalorizava as práticas educativas das instituições de ensino, que nem sempre contavam com o devido apoio do poder público, e desconhecia a importância das condições de vida e de trabalho para a permanência das famílias no campo (Parecer N° 36/2001).

Na constituição de 1934, pela primeira vez, aparece uma referência a educação rural, que se constituía a partir do modelo de dominação da elite latifundiária. As constituições de 1937 e 1946 evidenciam a mudança de poder da elite agrária para as emergentes elites industriais. Desse modo, mantém-se o modelo de educação rural, mas aperfeiçoa o sistema de subjugação, implantando o ensino agrícola, mas sob o controle do patronato.

A constituição de 1967 e a emenda de 1969, sob o controle ditatorial dos militares, reforçaram esse sistema. Somente na constituição de 1988 é que a educação é, finalmente, promulgada como direito de todos. Nascia ali a perspectiva da construção de uma educação do campo, livre do jugo das elites. É assim que finalmente como relata a autora:

Finalmente, há que se registrar na abordagem dada pela maioria dos textos constitucionais, um tratamento periférico da educação escolar do campo. É uma perspectiva residual e condizente, salvo conjunturas específicas, com interesses de grupos hegemônicos na sociedade. As alterações nesta tendência, quando identificadas, decorrem da presença dos movimentos sociais do campo no cenário nacional. É dessa forma que se pode explicar a realização da Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, que teve como principal mérito recolocar, sob outras bases, o rural, e a educação que a ele se vincula (Parecer, p.9).

Como traz Fernandes (2002) em uma análise crítica sobre as Diretrizes Operacionais, que a relatora estaca a presença do ensino rural nas novas constituições estaduais, onde ela afirma que essa valorização não é gratuita, se por um lado ela é fruto da organização popular, por outro também é das transformações recentes do campo brasileiro. Já na Conferência Por uma Educação do Campo, destaca-se que as mobilizações dos povos do campo, o fim do êxodo rural e a crise econômica

atual formavam um conjunto de fatores que nos ajudavam a explicar as mudanças na relação e interação campo-cidade.

No texto base da Conferência apresenta-se evidências de uma nova realidade que exigia uma outra leitura do campo e respectivamente da educação voltada para essa realidade. Discuti-se também que os assentamentos rurais em diversas regiões haviam contribuído para uma mudança de direção no modelo de desenvolvimento local. O aumento populacional em alguns municípios, como destaque para população rural, eram resultado da luta pela terra, com a transformação de latifúndios em assentamentos rurais. Essa realidade exigia que se repensasse a educação do campo, para fortalecer o desenvolvimento e a consolidação das comunidades em formação.

### **3.5. Como a Escola do Assentamento Zumbi dos Palmares busca essa Educação do Campo**

A escola primeiramente, nessa construção de uma Educação do Campo, pode contar com o vínculo do MST, desde que o quadro de funcionários da escola comporta militantes do Movimento. A Diretora da Escola também é a responsável pelo Setor de Educação Estadual, que apesar de cansada desse processo de luta pela melhoria da escola e dessa educação, que por anos não se resolveu, ela ainda acredita em uma implementação de uma Escola do MST.

Atualmente a Escola pode contar com o grande incentivo e auxílio da Professora Socorro Xavier, professora do Centro de Educação da UFPB. Que através de um Projeto de Extensão, intitulado: Educação Popular do Campo em assentamentos de Reforma Agrária: Trabalho de Formação de Docente através de oficinas Pedagógicas. O projeto está atuando a apenas um mês, portanto está em fase inicial.

Este projeto tem como objetivo conhecer e entender a educação que está sendo desenvolvida nos assentamentos de Reforma Agrária e as dificuldades enfrentadas pelos educadores e educandos para colocar em prática as concepções e propostas do Movimento Por uma Educação Básica do Campo e das Diretrizes, propõe-se desenvolver esse projeto de extensão na Escola Zumbi dos Palmares. Buscando contribuir para construção do projeto político pedagógico da escola e para a melhoria do processo ensino-aprendizagem que nela se efetiva.

Em um primeiro encontro na Escola do Assentamento o grupo formado por professores, diretores da escola e componentes do projeto de extensão da

UFPB, deram início às discussões referentes as Diretrizes Operacionais já discutidas neste trabalho, outros caminhos foram propostos, pretendemos formar parte dessa equipe para uma melhor construção das próximas etapas da ampliação da nossa pesquisa.

A seguir descreveremos e caracterizaremos o Assentamento Zumbi dos Palmares, suas lutas e suas conquistas. Uma dessas conquistas foi a Escola Municipal Zumbi dos Palmares, portanto levantaremos principalmente as questões pertinentes a ela, para uma melhor compreensão das suas dificuldades e desse processo de luta constante por uma Educação do Campo.

### **3.6. A geografia da sala de aula: buscando o paradigma da educação do campo**

Fernandes e Molina em seu artigo O Campo da Educação do Campo, apresenta uma reflexão sobre os paradigmas da Educação Rural e da Educação do Campo. Para eles o campo da Educação do Campo deve ser analisado a partir do conceito de território, por eles definido como espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais.

O paradigma rural tradicional tem criado nos últimos anos uma série de necessidades para os povos que vivem no campo, a exemplo de muitos acreditarem que somente podem concorrer com o capitalismo, se desenvolver sua produção com base em um sistema de informação e de tecnologia, o mesmo utilizado pelas grandes indústrias agrícolas. Com base nessa ideologia é que muitos trabalhadores disponibilizam suas terras e sua mão de obra para a produção em larga escala, de alguns produtos para exportação e quando estes não mais interessam ao mercado internacional, os empresários retiram os equipamentos, não pagam nenhum direito aos trabalhadores pela utilização das suas terras, deixam o solo completamente esgotado e as populações mais empobrecidas e com menos esperanças de viver no campo.

É justo pelas possibilidades de criarmos novos sistemas de idéias e valores que podem vislumbrar oportunidades de gerar novos paradigmas. Elas vêm se desenvolvendo em um grande movimento educativo que está acontecendo no campo atualmente, como já mencionado. São estas práticas e reflexões teóricas por elas produzidas que têm contribuído para a construção do paradigma da Educação do Campo, na perspectiva de criar condições reais de desenvolver este território, de

desenvolver o espaço do campo a partir do desenvolvimento das potencialidades de seus sujeitos.

Segundo Fernandes e Molina (s/d):

Podemos denominar este jeito próprio de espacializações e de territorialização de luta pela terra. Esses são processos de criação e recriação do campesinato que produzem diferentes espaços políticos e transformam territórios. Latifúndios viram assentamentos e assim, as famílias sem-terra fazem a sua própria geografia.

Os povos do campo têm como base de sua existência o território, onde reproduzem as relações sociais que caracterizam suas identidades e que possibilitam a permanência na terra. Esses grupos sociais, para se fortalecerem, necessitam de projetos políticos próprios de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental. A educação é parte essencial desse processo.

Por meio da Educação acontece o processo de construção do conhecimento, da pesquisa necessária para a proposição de projetos de desenvolvimento. Produzir seus espaços significa construir o seu próprio pensamento. E isso só é possível com uma educação voltada para seus interesses, suas necessidades, suas identidades. É assim que o movimento Por uma Educação Básica do Campo concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso e permanência na terra e para edificar e garantir um modo de vida que respeite as diferenças quanto à relação com a natureza, com o trabalho, sua cultura, suas relações sociais (FERNANDES & MOLINA, s/d).

O paradigma da Educação do Campo nasceu da luta pela terra e pela reforma agrária. Afirmamos que esta luta cria e recria o campesinato em formação no Brasil. Desse modo, a Educação do Campo não poderia ficar restrita aos assentamentos rurais, era necessário a sua espacialização para as regiões da agricultura camponesa. Este paradigma compreende igualmente que a relação campo-cidade é um processo de interdependência, que possui contradições profundas e que, portanto, a busca de soluções para suas questões deve acontecer por meio da organização dos movimentos territoriais desses dois espaços.

É tentando compreender esses movimento territoriais, que nas próximas considerações desse trabalho pretendemos espacializar e territorializar a luta além da terra dos trabalhadores rurais sem-terra do Assentamento Rural do MST Zumbi dos Palmares, na construção de sua escola.

## *Capítulo IV*

*Assentamento Rural Zumbi dos Palmares: luta, resistência e  
educação.*

#### 4. Assentamento Rural Zumbi dos Palmares: luta, resistência e educação.

“Querido MST,  
Somos filhos e filhas de uma história de lutas.  
Somos um pedaço da luta pela terra e do MST.  
Estamos escrevendo esta carta pra dizer a você  
que não queremos ser apenas filhos de  
assentados e acampados. Queremos ser Sem  
Terrinha, pra levar adiante a luta do MST.”  
(Carta do Sem Terrinha ao MST. Esteio,  
RS, 12 de outubro de 1999.)

A educação para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é considerada como um dos momentos de luta e de resistência da classe trabalhadora no campo. É através da educação que o MST vêm se construindo como *sem Terra*. A educação é um processo de formação do ser, é através dela que a luta pela Reforma Agrária e demais objetivos do Movimento podem permanecer nos Sem Terrinhas, que são os filhos e filhas desses trabalhadores que lutam pela terra, que como diz a epígrafe retirada de uma carta escrita por essas crianças, eles querem levar adiante a luta do Movimento. É educando que a luta, para os militantes, continuará.

O presente trabalho é uma tentativa de levantamento de práticas alternativas, afirmadoras de outras possibilidades no campo que não as projetadas pelo modelo atual de desenvolvimento do país, como matéria-prima fundamental para a elaboração de uma proposta maior, nacionalmente construída por estudiosos e estudiosas que se dedicam à questão agrária do país, de *Educação Básica do Campo*. Contribuindo com um possível mapeamento dessas práticas, lhes descrevo a seguir o processo de luta, de resistência e de educação do Assentamento Rural do MST Zumbi dos Palmares.

O seu processo de *territorialização* está inserido no processo das *multiterritorialidades* no campo brasileiro. Essas *multiterritorialidades* são decorrentes do desencadeamento dos movimentos sociais de luta pela terra, no caso o MST, nas suas lutas e múltiplas conquistas de *território*. A construção de sua escola e do seu funcionamento é a afirmação dessa classe social que se mobiliza como sujeito modificador, múltiplo e em movimento. A sua *prática pedagógica* e a implementação de uma *educação do campo* são momentos dessa afirmação.



#### **4.1. A história de luta e conquista do assentamento Rural Zumbi dos Palmares – Mari: do momento *acampamento* ao *assentamento***

*“ Somos Sem Terra.. Somos trabalhadores e sonhamos com um Brasil melhor para todos . Mas na sociedade brasileira atual é negado ao povo o direito de vida digna.... Continuaremos mobilizados, utilizando todas as formas de pressão possível. A luta é a arma dos pobres. E é legítima...”*

*(MANIFESTO DOS SEM TERRA AO POVO BRASILEIRO, MST – Semana da Pátria – 1996.)*

O Assentamento Rural Zumbi do Palmares teve seu processo de luta liderado pelo MST, dentro do seu contexto de mobilização política nacionalmente. Vendo as propostas de luta do Movimento na Paraíba e as conquistas na luta pela terra na região, muitos foram os trabalhadores, expropriados de suas terras, que se identificaram com essa luta. Convidados ou não os trabalhadores rurais da região vieram até o Movimento e ocuparam a área da antiga Fazenda Cafundó, terras de um grande proprietário da região, que arrendava as terras para outros fazendeiros para o plantio do pasto. Foram os próprios antigos pequenos agricultores da região, os moradores das grandes fazendas, que encontraram no Movimento sua própria luta, expulsos das terras onde viviam só lhes restavam lutar para entrar nela novamente.

Segundo os entrevistados no Assentamento a origem desses trabalhadores rurais foi principalmente da região de Mari, ou ainda de Sapé, em grande parte da área rural. Muitos ainda vinham de outros processos de ocupação que não tiveram sucesso. Essa ocupação ocorreu em 04 de outubro de 2001, onde as famílias sem-terra montaram seus barracos e construíram o *acampamento*. Antes da emissão de posse da terra os acampados sofreram dois despejos, os quais foram humilhantes, devido o abuso do poder das polícias e coronéis da região. Assim como diz um dos coordenadores do *assentamento*:

*Tiveram conflitos, teve ameaças, na época proprietário vizinhos bem organizado aqui no campo, de organizar grupos de pistoleiros, e também grandes ameaças, pra tentar amedrontar, teve despejos dois despejos, os despejos foi muito humilhante pela polícia, abuso de poder, pela polícia, não respeitava nem as crianças, nem mulheres grávidas. (Coordenador do Assentamento Zumbi dos Palmares Mari-PB. Fonte: Trabalho de Campo realizado em 23/03/2007)*

A ocupação das terras da Fazenda Cafundó no município de Mari, Mata Paraibana, para os trabalhadores sem-terra, trazia consigo uma luta pela conquista da libertação da submissão aos grandes proprietários de terras. É ainda o avanço frente a luta pela Reforma Agrária, como fala o coordenador do Assentamento;

*...éramos trabalhadores lutando pelo um direito que é nosso, garantido pela constituição, mesmo apesar de dizer que ocupar terra pra burguesia é ilegal, mas pra nós a gente acredita que não é porque a gente acredita que o que está na constituição é o direito de se fazer a Reforma Agrária, e os governantes não faz. Então pra nós ocupar terra não é ilegal, pra nós ocupar terra é legal pelo fato de que é uma ferramenta de pressionar o governo de desapropriar essas terras, então é dois pesos e duas medidas(Coordenador do Assentamento Zumbi dos Palmares Mari-PB. Fonte: Trabalho de Campo realizado em 23/03/2007)*

No processo de ocupação as 82 famílias participaram das frentes de luta e das demais organizações. Muitos pais traziam as suas crianças, devido a falta de ter com quem deixar, correndo vários riscos, como atravessar rios, travessias por matas fechadas, no escuro da noite. Foi devido a preocupação com essas crianças que as famílias logo após montarem seus barracos o primeiro objetivo foi alfabetizá-las. Construíram então um barracão e os próprios militantes que tinham por muitas vezes até quinta ou sexta série, começaram a alfabetizar essas crianças.

#### **4.2. Caracterização sócio-espacial do Assentamento Rural Zumbi dos Palmares**

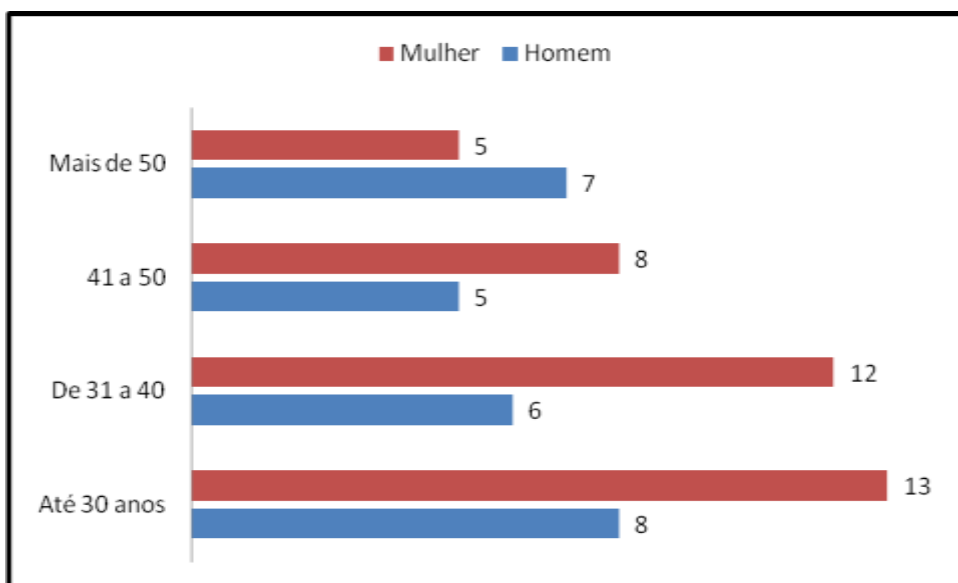
O Assentamento Rural Zumbi dos Palmares recebeu este nome como homenagem ao Quilombo dos Palmares “Zumbi”, homem que lutou pela libertação da escravidão dos negros no Brasil. Das 82 famílias que iniciaram o processo de luta pela terra na fazenda, 78 encontram-se assentadas. A primeira emissão da posse de terras ocorreu em 2002, mas o antigo proprietário da Fazenda entrou com recursos e conseguiu a eliminação. E em 2004 por ter continuado na luta na permanência do acampamento conseguiram a segunda emissão de posse.

Apenas 78 das 82 famílias foram assentadas, devido, ainda na época de conflito, o proprietário ter conseguido vender partes das terras. Quando o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão do Estado responsável pela efetivação do assentamento, fez a vistoria, a área tinha perdido a capacidade de 82 para 78 famílias

assentadas. Após essa legitimação o Movimento lutou pela desapropriação das demais terras vendidas durante conflitos, e ganharam essas terras, o que veio a contribuir para a construção de mais quatro casas de famílias. Assim todas as famílias que permaneceram na luta desde o início foram assentadas na área.

Entre os assentados entrevistados a maioria foram mulheres, isso pode ser explicado pela hora da aplicação do questionário, horário da “roça”, ou ainda ao objetivo da pesquisa voltada para a escola, pois muito dos homens, se estivessem em casa, diziam que seria melhor perguntar a esposa, pois sabiam melhor do andamento da escola e do dia-a-dia das crianças. O gráfico 01, elaborado á partir dos questionários aplicados em nossa pesquisa, representa a relação da quantidade de homens e mulheres entrevistados por faixa etária, vemos que a quantidade de mulher em quase todas as faixas etárias é maior, exceto na de mais de 50 anos, onde encontramos mais senhores em casa, aposentados que não trabalhavam mais na “roça” e bem prestados a conversar conosco.

**Gráfico 01: Classificação Etária dos Assentados por Sexo**

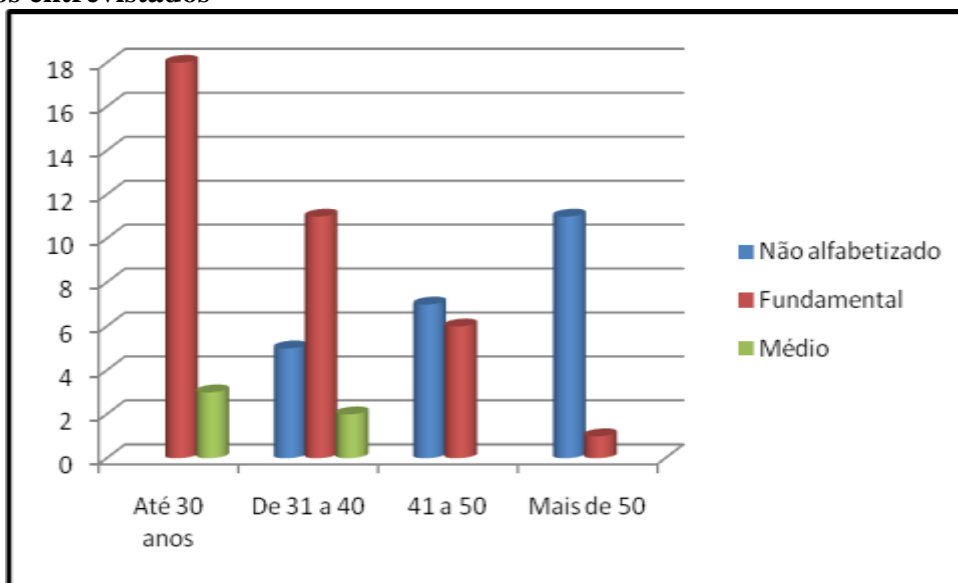


Fonte: Trabalho de Campo, 23 de Março de 2007.

A caracterização das famílias assentadas que realizamos mediante a aplicação de questionários, demonstra um baixo nível de escolaridade, poucos membros das famílias estudaram ou continuam estudando, apenas crianças na faixa de obrigatoriedade escolar continuam, na sua maioria, freqüentando a escola. Através do Gráfico 02, podemos notar que quanto mais elevada a idade das pessoas maior é a taxa

de analfabetismo. Entre os entrevistados até 30 anos todos eram alfabetizados, mas poucos concluíram o ensino médio.

**Gráfico 02: Relação Nível de Escolaridade/Faixa Etária entre os assentados entrevistados**



Fonte: Trabalho de Campo, 23 de Março de 2007.

Inicialmente na divisão de terras, com o auxílio do técnico do Movimento, as terras foram parceladas em 1hectar de terras destinadas á cada família para construção da casa e do “sitiosinho” de quintal, para plantação de árvores frutíferas, verduras criação de galinhas, porcos, etc, para o consumo da própria família. Desde que o assentamento seria formado por *agrovila*<sup>10</sup>. Depois foi pensado nas áreas de reservas ambientais, pois a lei designa que todo assentamento deve ter 20% de suas terras destinadas á preservação dos recursos naturais, essa é a reserva legal. E foi decidido coletivamente pelos assentados que teria no assentamento outra reserva, em uma área de mananciais existente nas terras devido a preservação do recurso água, fonte de extrema importância para as famílias assentadas, esta reserva ocupa uma área de 30 hectares do assentamento. A figura a seguir mostra essa configuração do Assentamento em agrovila e a sua infra-estrutura, as casas já construídas, a energia elétrica, terra já trabalhada, e a avenida principal de locomoção dos meios de transportes utilizados.

<sup>10</sup> A forma de agrovila que o INCRA mais incentiva é a em que a casa do assentado fica localizada numa vila afastada de sua parcela, do lote individual. Quanto à proposta do INCRA, de organizar o assentamento em forma de agrovila, um estudo demonstra que assentados entrevistados se manifestaram contra, alegando principalmente que o INCRA favorece este tipo de organização por facilitar e baratear a implementação do fornecimento de água e energia ( SOUZA, s/d).



Figura 04: Configuração do Assentamento Rural Zumbi dos Palmares. A sua constituição em agrovila e sua infra-estrutura.  
 Fonte: Trabalho de Campo, em 23 de Março de 2007.

As famílias assentadas no Zumbi dos Palmares até o momento de realização de nossa pesquisa tinham adquirido o Projeto de Habitação, projeto do governo o qual é financiado pela Caixa Econômica Federal e Governo Federal, o qual as famílias devem ressarcir a dívida após cinco anos. Assim como também projeto Luz para Todos, projeto do Governo Federal que realiza empréstimo para levar energia elétrica até os assentamentos. Não possui água encanada no Assentamento as famílias que têm melhores condições conseguiram construir cisternas de abastecimento que são alimentadas pela água do subsolo. O esgoto é comportado por fossas sépticas nas proximidades das residências.

Muitas dessas famílias vivem somente da renda do Programa Bolsa Família, que é um programa do Governo Federal de transferência de renda diretamente às famílias pobres e extremamente pobres que vincula o recebimento do auxílio financeiro ao cumprimento de compromissos nas áreas de Educação e Saúde (SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA/MDS; 2006). A tabela a seguir mostra o critério de elegibilidade das famílias para terem acesso aos benefícios:

**Tabela 02: Composição de benefício financeiros (básico e variável) do PBF**

Critério	de				

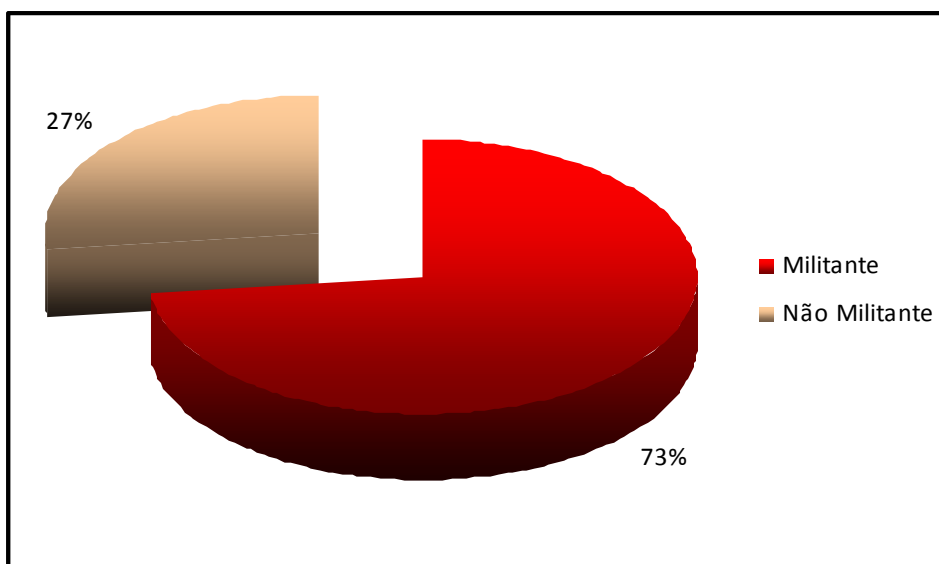
<b>Elegibilidade</b>				
<b>Situação das Famílias</b>	Renda Mensal	Ocorrência de Crianças/Adolescentes 0-15 anos	Quantidade e Tipo de Benefícios	Valores do Benefício
<b>Situação de Pobreza</b>	De R\$ 60,01 a R\$ 120,00	1 criança ou adolescente	1 variável	R\$ 15,00
		2 crianças ou adolescente	2 variáveis	R\$ 30,00
		3 ou mais crianças ou adolescentes	3 variáveis	R\$ 45,00
<b>Situação de Extrema Pobreza</b>	Até R\$ 60,00	Sem ocorrência	Básico	R\$ 50,00
		1 criança ou adolescente	Básico + 1 variável	R\$ 65,00
		2 crianças ou adolescentes	Básico + 2 variáveis	R\$ 80,00
		3 ou mais crianças ou adolescentes	Básico + 3 variáveis	R\$ 95,00

Fonte: SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA/MDS – 2006

Ainda não foi parcelado as áreas destinadas às famílias para o “roçado”, mesmo após mais de três anos de legitimação de posse. Segundo o coordenador do Assentamento, eles tiveram que esperar o técnico para esse parcelamento devido a demarcação das áreas de preservação natural, para que essas terras não fossem utilizadas de maneira inadequada, este parcelamento está sendo iniciado junto com o técnico do MST atualmente. Nesta área cada família receberá 7,7 hectares de terras, e cada núcleo de família, que é constituído por dez famílias, terão 5 hectares de terras destinados ao trabalho coletivo, para estimular a cooperação e o trabalho em grupo, uma tentativa do MST em permanecer nos trabalhadores a consciência de que nada foi conseguido individualmente, tudo foi conquistado por uma grande movimento social e coletivo(Ver Planta).

Atualmente, no assentamento, várias coisas mudaram para os trabalhadores rurais sem-terra. Muitos sentem como se tivessem ganho a luta através da conquista da sua terra. Para vencerem esse problema o Movimento realiza no assentamento, assembléias e reuniões e sempre estão tentando colaborar com a luta de outros acampados do MST, participando de passeatas e ocupações em repartições públicas, tentando contribuir no incentivo da continuidade de luta pela terra, e o fim maior a Reforma Agrária no País. Entre os entrevistados 73%, como pode ser visto no gráfico 04, se diziam militantes, mas muitos eram aqueles que participavam apenas de assembléias e passeatas apenas para permanecerem informados da evolução do assentamento, enquanto que a ideologia do Movimento perde a sua força em cada um deles.

**Gráfico 03: Participação no MST/Militância entre os Assentados Entrevistados.**



Fonte: Trabalho de Campo, 23 de Março de 2007.

Porém o que se vê no assentamento é que o MST vêm se afastando da base, pois na medida em que o movimento foi se expandindo pelo Brejo Paraibano e, mais tarde pelo Cariri e Sertão (Ver Mapa 01), foram crescendo as dificuldades de manter um acompanhamento contínuo às áreas de assentamentos. Faltam pessoas capacitadas para a formação desse ser sem-terra, pois com a territorialização do Movimento não só local mas também nacional, com uma aglutinação de mais de 200 mil famílias exige uma demanda maior de formação e acompanhamento ( MOREIRA; 2005).

Várias foram as famílias que se mostraram insatisfeitas com a atuação do Movimento, e muitas dizem participar de assembléias e reuniões para conseguirem auxílio do governo como organização. Entendemos, portanto, que grande parte desses trabalhadores e trabalhadoras rurais esperam, do MST, sobretudo aqueles que participaram de todo o processo de luta, o melhor acompanhamento e incentivo por parte do Movimento. Pois para que esse povo seja qualificado, o MST tem que ter uma responsabilidade de sempre estar dando um incentivo. Conscientizar as pessoas do que é a Reforma Agrária, do que é a luta, lhes pôr atualizados frente a ação do movimento nacionalmente.

Porém mais famílias foram buscando o Movimento durante esse processo de desterritorialização (acampamento) e reterritorialização (assentamento). Sem-terras de outras áreas sem sucesso na conquista do seu território que ficaram de “mãos atadas” com a nova Medida Provisória (MP), editada na gestão de Fernando Henrique Cardoso e herdada pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva, que impede a vistoria e a desapropriação de propriedades rurais ocupadas. Um dos principais objetivos de FHC, ao editar a MP 2.027-38 em maio de 2000, era reverter o número de ocupações de terra no país. Esta foi substituída em agosto de 2001 pela MP 2.183-56, além de determinar que "o imóvel rural objeto de invasão motivada por conflito agrário não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação", ainda exclui do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal não apenas "quem for identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão de imóvel rural", mas também "quem for identificado como participante de invasão de prédio público".

Desta forma o MST atualmente reserva lotes de terras em alguns assentamentos por eles liderados, como no Assentamento Zumbi dos Palmares, que cede as terras para o Acampamento Pequena Vanessa (Ver Imagem 03) que desde a época ainda de acampamento do “Zumbi dos Palmares” estão na área. Cedendo as terras à demais ocupações o Movimento apóia a luta dos demais companheiros que continuam na luta pela terra, e ainda tenta quebrar com a atual Medida Provisória de vistoria de terras.





Figura 05: Acampamento Pequena Vanessa que se encontra em Terras do Assentamento do Zumbi dos Palmares, cedidas pelo MST. Fonte: Trabalho de Campo, em 23 de Março de 2007.

Esse Acampamento é formado atualmente por 27 famílias, que iniciaram essa luta quase que ao mesmo tempo em que as famílias, já assentadas, no Zumbi dos Palmares á quase cinco anos. Do INCRA só promessas, e algumas famílias vão ser assentadas o próprio Assentamento Zumbi, nas terras que eles conseguiram retomar, então são sete as famílias do Acampamento que vão ser Assentadas. As demais famílias, não têm uma determinada Fazenda para desapropriação, e os poderes públicos pouco estão preocupados com sua situação.

Ainda neste objetivo de fortalecer essa identidade como formador de classe o MST destina, em todos os assentamentos por eles liderados, uma área para a construção da cooperativa do assentamento, embora por muitas vezes essas só existam no nome, e não funcionem para o melhoramento das condições de trabalho dos assentados. No assentamento Zumbi dos Palmares essa cooperativa ainda está em processo de construção, durante esse processo foi retirado de cada núcleo de família duas pessoas responsáveis para a direção da cooperativa, a área destina a essa atuação é de 17 hectares, mas ainda devido ser esse um assentamento recente a cooperativa não se

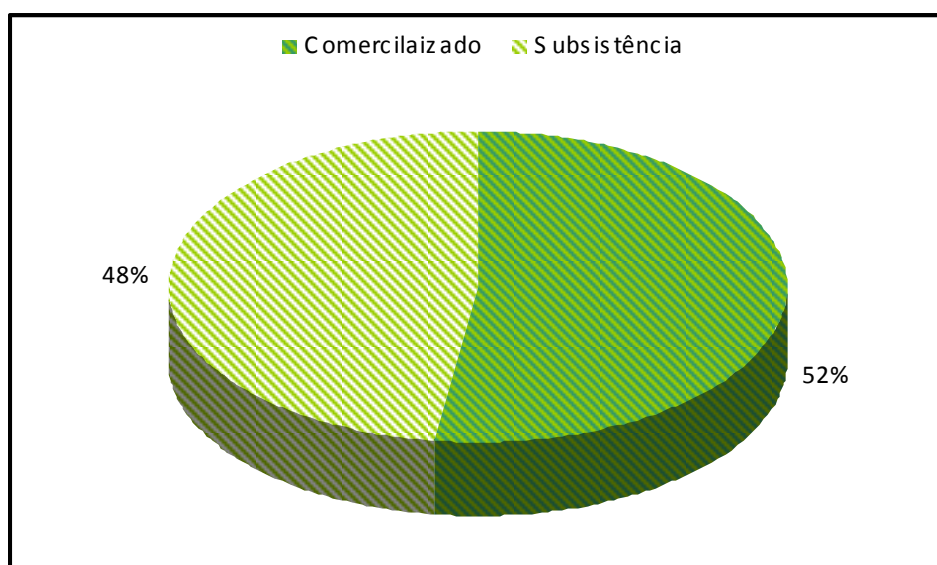
encontra funcionando. Segundo o Coordenador do assentamento essa constatação também ocorre devido a não preparação das pessoas escolhidas para a direção, os trabalhadores não estão preparados para assumirem uma posição que é trabalhada desde o momento acampamento, é preciso ver as necessidades das famílias envolvidas, se era urgente a desapropriação das terras, também seria urgente matar a fome de toda essa gente. Assim vemos que de certa forma a atuação do Movimento, ou da liderança do Assentamento, apresenta dificuldades no Setor de Formação desses acampados e assentados.

#### *4.2.1. Relações de Trabalho e Produção no Assentamento*

A maioria dessas famílias assentadas, segundo a nossa pesquisa, são oriundas do campo. A ocupação principal, ou por muitas vezes única, é o cultivo da terra, a agricultura, assim o assentamento para eles representa terra para viver e trabalhar. Desta forma poucos são os trabalhadores que saem do assentamento para enfrentar o mercado de trabalho na cidade, relações de trabalho como bico, terceirização de serviços, ou ainda as atividades assalariada são ínfimas.

Das 67 famílias entrevistadas como se pode ver no Gráfico 03, 52% delas produz para a própria subsistência, isso decorre do fato da não distribuição dos hectares para produção familiar que como, colocado anteriormente, ainda está em processo de parcelamento junto com o técnico, portanto eles cultivam apenas no terreno do “quintal” da casa: hortaliças, feijão, arroz, milho, etc. No entanto 48% destas famílias cultivam exclusivamente a mandioca para a comercialização, cultura predominante de toda a região, ela é cultivada nesse mesmo terreno da casa tomando o espaço da alimentação para subsistência, assim vários assentados têm que ir comprar alimentos básicos, como arroz e feijão, na cidade. E como a colheita da mandioca ocorre de ano em ano, são poucas as relações de comércio existentes entre os trabalhadores assentados.

#### Gráfico 04: Destino da Produção do Assentamento



Fonte: Trabalho de Campo, 23 de Março de 2007.

Segundo García (1994, apud. DOMBEK, 2006):

“... as práticas de autoconsumo não aparecem associadas às unidades mais pobres, e a melhoria de padrão de vida não implica necessariamente em queda de autoconsumo. É a venda da força de trabalho em maior escala que está associada claramente aos maiores níveis de pobreza: é lícito concluir que quanto maior a possibilidade de se praticar o autoconsumo ainda maior será a tendência para ofertar trabalho à preços vis; quanto mais recursos monetários e alimentos dispuser o grupo doméstico, maior será sua capacidade de administrar as épocas e condições do trabalho assalariado.”(p. 90)

Uma política de segurança alimentar deve abranger as dimensões de: produção, acesso e consumo; deve estabelecer relações entre alimento e saúde, a utilização biológica do alimento, bem como sua utilização comunitária e familiar. Nessas dimensões pode-se ter ações emergenciais ou estruturais, essas políticas deveriam ter como objetivo a inclusão social, buscando romper a dependência da população atendida, numa perspectiva emancipatória.

Segundo Dombek (2006), o acesso aos alimentos pode ser garantido, total ou parcialmente pela produção para o próprio consumo, com isso o autoconsumo, aparece como uma importante atividade para reduzir a dependência que as famílias têm em relação ao mercado, ou seja, diminuir a necessidade de gastar seu dinheiro para a aquisição de alimentos, principalmente nas famílias rurais. Este autor ainda ressalta:

Ainda sob a ótica da segurança alimentar, estes autores constituem-se numa política estratégica, ao propiciar diretamente o alimento a eles próprios e ao contribuir para a segurança alimentar das populações circunvizinhas, que passarão a ter acesso não apenas aos alimentos produzidos por estes, mas também, e principalmente, ao emprego e renda decorrentes da dinamização e desenvolvimento das economias locais, que aumentarão seu acesso aos alimentos e à dignidade de cidadão (p.18).

Ainda atribuído a questão da segurança alimentar no assentamento, temos também a superexploração da mão de obra do trabalhador rural. A grande maioria da mandioca do Assentamento é comercializada na “folha”, ou seja, os próprios *atravessadores* colhem a mandioca. Isto tem uma implicação direta sobre a relação de exploração da força produtiva do trabalhador rural. Adquirindo os produtos a um baixo preço, os *atravessadores* os comercializam retirando destes uma margem de lucro. Com a continuidade do repasse dos produtos, as margens de lucro vão sendo extraídas dos produtos por todos os intermediários existentes e, deste modo:

Quanto maiores as distâncias mais, também, quanto mais complexa for essa cadeia, mais caro sairá o produto para o consumidor final, sem que o produtor final esteja se beneficiando com isso (SOUZA, 2003, p. 22).

No entanto, o encarecimento do produto tem um limite. Um consumidor normalmente não pagaria um preço muito acima daquele de mercado em razão da grande quantidade de intermediários entre a produção e a comercialização desse produto. Desta maneira, o lucro extraído dos produtos pelos intermediários tende a ser menor, na medida em que o produto se aproxima do consumidor final. Desta maneira os *feirantes-livres*, não aparecem como os maiores beneficiados do processo de circulação dos alimentos, tendendo eles a obter um lucro baixo, quando comparado, por exemplo, ao *atravessador* que compra o produto do *trabalhador rural*. A Imagem 02 mostra o trabalho desses agricultores arando a terra e plantando a mandioca no Assentamento.



Figura 06: Plantação de mandioca no Assentamento.  
Fonte: Trabalho de Campo, em 23 de Março de 2007.

A coordenação do Assentamento busca com a criação de uma cooperativa lutar contra essa exploração:

*“Infelizmente quem ta predominando ainda é o atravessador porque a gente fez um projeto pra construir uma casa de farinha no assentamento beneficiar a nossa produção já que a maior produção do assentamento era a mandioca, e que esse projeto ainda não foi feito, mas estamos lutando pela casa de farinha pra nós mesmo beneficiar nossa produção, mas por enquanto o atravessador ta passando por aqui e ta levando tudo.”*(Coordenador do Assentamento Zumbi dos Palmares Mari-PB. Fonte: Trabalho de Campo realizado em 23/03/2007)

Outra forma de luta contra essa exploração e dominação sobre o trabalhador rural é a educação, é através da educação que aprendemos quais os nossos direitos e deveres, e o mais importante: adquirimos *valores*. Esse estudo considera de grande importância o processo de luta por essa educação dentro do assentamento como veremos na continuidade da pesquisa.

#### **4.3. Educação em Movimento no Assentamento Rural Zumbi do Palmares**

*Credo do Educador*  
*Creio na Educação, porque humaniza,*  
*Busca o novo,*  
*É geradora de conflito,*  
*Preparando para a vida*

*Creio na Educação porque acredito no homem e  
na mulher  
Como sujeitos de suas histórias,  
Capazes de construir sempre mais relações (...)  
(Adaptado do IV CEDEC, 1995)*

A educação no Assentamento Zumbi dos Palmares está em movimento através da implantação da sua Escola, que é uma escola que está vinculada ao Movimento. Está sendo implementada desde que há uma tentativa que parte dos seus dirigentes, de implementação de uma política diferenciada das escolas da cidade. Portanto ela é do Movimento desde que essa tentativa de ser “diferente” vem de uma idéia do MST, de sua *teoria pedagógica* e do Setor de Educação do MST.

A educação do Assentamento é ainda uma educação em movimento devido utilizar-se da mobilização dos militantes do MST para a construção de um processo de formação humana, que é constante e que é vivenciado na coletividade, é esta uma grande matriz para pensar uma educação centrada no desenvolvimento do ser humano, e preocupada com a formação de sujeitos, da transformação de sujeitos, da transformação social e da luta permanente por dignidade, justiça, felicidade.

Buscamos assim refletir sobre o conjunto de práticas que fazem o dia-a-dia dos sem-terra, e extrair delas lições de *pedagogia*, que permitam qualificar nossa intencionalidade educativa junto a um número cada vez maior de pessoas. Esse movimento de construção e de mobilização da Escola do Assentamento, é o reflexo de um conjunto muito maior de formação humana, uma formação nacional que surge nas bases do MST, através da conquista da luta pela construção de escolas nos assentamentos.

Veremos também o confronto de visões do poder público e do Movimento, através de entrevistas realizadas com o Coordenador da Secretaria de Educação do Município de Mari-PB e com Coordenadores do MST. Por muitas vezes eles se encontram em seus objetivos, mas várias são as vezes que existe o confronto de visões no funcionamento e andamento da Escola, a qual também foi analisada empiricamente durante a pesquisa, e constatada as divergências de análise.

#### *4.3.1. A Atuação do Setor de Educação do MST*

A criação de um Setor de Educação dentro do MST, em 1987, formaliza o momento em que esta tarefa foi formalmente assumida, fruto de um “encontro” de pessoas que trabalhavam nesta área, reunindo representantes de sete estados da Federação. Desde então foi estabelecido pelo MST que todo acampamento e assentamento teria uma escola, e de preferência que não fosse uma escola qualquer (CALDART, 2004). No MST o Setor de Educação tem a responsabilidade de acompanhar o processo das escolas onde se educam os sem-terra, propondo atividades de formação que juntem educadores a nível regional, estadual e nacional.

De início o Setor de Educação enfrentou várias dificuldades, tudo era improvisado, o poder público não reconhecia a necessidade de educar os acampados e seus filhos. A importância dessa iniciativa era não deixar essas crianças completamente paradas, embora as aulas não valessem como ano letivo, ao menos elas recebiam alguma formação evitando que perdessem o conhecimento que já tinham adquirido nas escolas antes de irem para o acampamento. Assim aconteceu no Assentamento Zumbi dos Palmares os acampados na luta pela terra logo que montaram seus barracos logo providenciaram a escola com as próprias mulheres acampadas como professoras, começaram a dar aula mesmo sem o reconhecimento do MEC.

Já na década de 90 é organizado o Coletivo Nacional de Educação, promove-se a elaboração das cartilhas pedagógicas e tem início o Curso de Formação de Professores de assentamento. O nível de organização é diferenciado conforme o estado ou, mesmo, dentro de um mesmo estado. As formas de gestão e financiamento das Escolas do MST também são diferenciados. Existem escolas de assentamento totalmente mantidas pelo Poder Público, escolas mantidas pelo Movimento, como a escola Josué de Castro, que habilita professores para o magistério, técnico para administrar cooperativas e técnicos sociais para os assentamentos; e cursos superiores, mantidos em convênios com faculdades (MENEZES NETO, 2003).

A Escola do Assentamento Zumbi dos Palmares, tem gestão e financiamento pelo município, mas o MST defende a idéia de que ela deve apenas ser financiada pelo Poder Público, o projeto pedagógico deve ser elaborado pela comunidade na qual está inserida. Porém atualmente a escola não tem esta autonomia, portanto ela segue os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) como normas, e tenta de alguma forma levar até as crianças, por exemplo nas datas comemorativas, as conquistas e as lutas enfrentadas pelo Movimento, como data especial.

As principais linhas de ação do Setor de Educação são: fortalecer a identidade sem-terra e a pertença ao Movimento entre educandos, educadores e famílias acampadas e assentadas; buscar qualificar a atuação das educadoras e educadores; realizar atividades regionais e estaduais de formação específica para as educadoras e os educadores de todas as frentes de atuação do Setor. São essas justamente as principais necessidades para o melhoramento da Escola do Assentamento Zumbi como uma *Escola do Campo*, seguindo a *pedagogia do movimento*, a participação efetiva de professores do campo que sejam qualificados e que façam parte da história de luta dessas famílias.

Para o Movimento e particularmente para o Setor de Educação o *projeto de Educação do MST*, é uma combinação entre a luta pelo acesso à escolarização, e o processo de construção de uma pedagogia adequada aos desafios da realidade específica onde atua, e do projeto social e histórico mais amplo que os anima e sustenta. É nessa busca por uma construção de um projeto de educação específico que levanto a seguir o processo de construção da Escola Zumbi dos Palmares, suas lutas e suas dificuldades na implementação de uma escola do campo.

#### *4.3.2. A construção da Escola Zumbi dos Palmares: a luta das famílias do assentamento pela educação*

A luta pela construção da escola Zumbi dos Palmares iniciou-se no período de acampamento, quando as famílias sem-terra, já consciente de uma demanda política formadora do ser sem-terra, vêem a necessidade de alfabetizar suas crianças, a mobilização das famílias do MST, que se reuniram e construíram a escola e foram a busca de educadores para suas crianças, foi fundamental para sua implementação e, desde o ano de 2002, a escola foi reconhecida pelo MEC para a viabilização desse projeto os assentados contaram com o apoio da Secretaria de Educação do município de Mari, como relata o Secretário de Educação do Município:

*A nossa parceria se dá no sentido de organizar as escolas, de aproveitar professores da comunidade, porque tem uma questão aí muito séria, é que o pessoal do MST coloca que quer as pessoas da comunidade para trabalhar na escola, só que tem uma questão, a questão legal, a lei das diretrizes e bases da educação ela estabelece, que pra você está no magistério você tem que ter a formação mínima, tem que pelo menos ter o nível médio e o curso*



*pedagógico, ou o equivalente pra formação, ou você ter o curso superior que lhe habilite em algum magistério, como nas áreas de assentamento não tem tanta gente assim habilitado então nós conversamos e pra que a secretaria municipal de educação tenha o respaldo legal dos professores legais que contratam então a secretaria tem trabalhado da seguinte forma, quem é do assentamento e tem formação pedagógica a gente já aproveita na escola, quem não tem infelizmente as vagas que ficam a gente leva professores da cidade. Mas essas pessoas elas passam a ter uma vivência com as áreas de assentamento a entender como funcionam, até os coordenadores do próprio assentamento eles conversam, sobre a vida, sobre as relações cotidianas, e aí eles inserem nas salas de aula por lá, mas essa parceria se dá nas capacitações pedagógicas, nas reuniões, que a secretaria participa, tem um supervisor escolar naquelas escolas que trabalham com questões da educação do campo, em especial a educação nos assentamentos, até porque a gente não pode conceber que o mesmo processo educativo no campo nas escolas do campo que não de áreas de assentamento e o processo educativo naquelas que são de área de assentamento. Eles são diferentes porque a história de formação dessas escolas elas são diferentes, as escolas do campo elas são escola que foram implantadas pelos prefeitos em acordos, com determinada comunidade, e as escolas do campo nos assentamentos, elas tem um a história diferente elas lutaram pela terra, as pessoas tiveram que se unir pra conseguir a terra, então a própria formação da escola já é uma luta muito grande, eles tiveram sensibilizar o poder público da necessidade das escolas, da necessidade da educação, então são escolas diferente, mas há pontos que são convergentes, e que a gente tem procurado trabalhar. Então a gente tem o supervisor, que trabalha nesta perspectiva de trabalhar a proposta de educação do campo, tanto do MEC como da secretaria de educação mas respeitando as questões do MST na comunidade. ( Secretário de Educação de Mari – PB. Fonte: Trabalho de Campo em 23 de Março de 2007)*

O supervisor citado pelo Secretário de Educação confere a um cargo de Coordenador das Escolas do Campo vinculado à Secretaria de Educação Estadual, esse coordenador fala sobre suas funções atribuídas ao cargo:

*Inicialmente em 2002 existia escolas, porém não existia o acompanhamento pedagógico, então a secretaria dispôs dessa pessoa para o acompanhamento da parte pedagógica, esse trabalho tem como objetivo realizar a orientação pedagógica a formação continuada, na verdade é uma ponte entre a secretaria de Educação e as escolas. A princípio nós fomos para organizar, pois como a escola ainda era de acampamento, a escola era uma escola atrelada ao município, mas estava desorganizada, e a princípio foi a parte burocrática, de organização, inserir esses professores nas reuniões, e discussão de planejamento quinzenais, e depois começou a parte pedagógica mesmo, e até hoje permanece, aí uma vez no mês tem um encontro como todos no município, e uma vez ao mês pra construir o planejamento lá na escola (Coordenador das Escolas do Campo do*

município de Mari – PB. Fonte: Trabalho de Campo em 07 de maio de 2007).

Desta forma vemos que Secretaria Municipal entende e acompanha a mobilização política do movimento frente ao posicionamento dos líderes do MST na luta por uma “*Escola do Campo*”. Desde que esta Escola é regida por leis municipais como o ARTIGO 69 DA LDBEN, Lei 9394/96, fruto da luta da sociedade civil e dos educadores (as) define:

“A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino Público.”

No que diz respeito ao percentual mínimo de 25% que pode ser aumentado na Lei Orgânica do Município, dos seguintes tributos compõem o potencial básico de custeio da educação municipal:

- a) Fundo de Participação dos Municípios – FPM;
- b) Cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI-Exportação;
- c) Transferência do Imposto Territorial rural – ITR;
- d) Cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços- ICMS;
- e) Cota-parte do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;
- f) Imposto sobre a Renda Retido na Fonte dos Servidores Municipais – IRRF;
- g) Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;
- h) Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis “inter-vivos” – ITBI;
- I) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS

Pela emenda constitucional de 14 de Setembro de 1996 e regulamentado pela Lei 9.424 de 24/12/1996 e pelo Decreto nº 2.264, de Junho de 1997, modificou a forma de Financiamento do Ensino Fundamental no país, pois carimbou 15% dos tributos “a,b,d,e” que passaram a não chegar mais diretamente ao Município, eles constituem o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), através do Programa intitulado Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) cujos valores são repassados para o Município na

razão direta de suas matrículas na rede municipal de ensino fundamental, considerando o Censo Escolar do ano anterior.

No entanto, a União deverá complementar a aplicação de recursos onde a receita não é suficiente, mas não o faz. O Fundef na realidade, não aumentou a receita para a educação, somente foi feita uma redistribuição dos recursos existentes. Ao mesmo tempo, reconhecemos que os recursos do Fundef são excludentes porque não contemplou a Educação Infantil nem a Educação de Jovens e Adultos, e ainda são distribuídos somente em escolas com mais de 50 alunos o que não é o caso da Escola do Assentamento Zumbi dos Palmares. Dessa forma o Coordenador das Escolas do campo reconhece:

*A prefeitura fornece à escola o material de apoio pedagógico, porque lá ainda não tem um conselho, as escolas acima de 50 alunos já possuem um conselho, com a verba do PDDE, nesse caso é a escola que se organiza pra comprar o material pra escola, e no Zumbi não existe, ele vem pela prefeitura, que é a merenda, o fardamento que não é constante, a formação dos professores, o pagamento dos professores, as escolas que não tem conselho sofrem pois a prefeitura tem dificuldades na distribuição desses recursos (Coordenador das Escolas do Campo do município de Mari – PB. Fonte: Trabalho de Campo em 07 de maio de 2007).*

A Secretaria ainda reconhece que é seu papel:

*“A gente tem a responsabilidade de coordenar junto com as pessoas do MST, junto com as pessoas que estão lá, aí trabalhar com essa política de educação, na verdade a escola não está fora do contexto da Secretaria, a escola faz parte do bloco de escolas da secretaria” (Secretário de Educação de Mari – PB. Fonte: Trabalho de Campo em 23 de Março de 2007)*

É por essa questão da preparação dos professores do próprio assentamento que os militantes vem correndo atrás, assim como também para o melhoramento das condições de funcionamento da Escola. Poucas são as famílias assentadas que participam dessa mobilização ou participam de alguma forma no funcionamento da escola; e ainda menos aquelas que se preocupam se aquela escola está preparando suas crianças para ter consciência política como ser sem-terra.

Muitas famílias persistem em levar suas crianças para estudarem na cidade, não têm nenhum tipo de consciência política na função dessa escola do campo para formação das suas crianças. Consideram por muitas vezes o ensino da cidade melhor preparado para a educação destas. Desta forma quanto mais se afastam os pais e filhos dessa preocupação com uma escola para si, como existia no momento

acampamento, mais ainda se afastam do entendimento do movimento, da sua mística e do seu objetivo principal a Reforma Agrária.

#### 4.3.3. A Pedagogia do Movimento na Escola Zumbi dos Palmares

Após uma sucinta apresentação do MST, sobre a sua história e o seu cotidiano, sabemos que esse Movimento, aproxima-se com a escola, já que para Caldart (2004) é um *movimento sociocultural*, o que significa entender os sem-terra como sujeitos sociais que se produzem, como sujeitos de uma cultura que tem uma forte dimensão de *projeto*, ou seja de algo que ainda não é, mas que pode vir a ser. Os sem-terra são para essa autora sujeitos *socioculturais* pra frisar uma possível diferença de sentido em relação à produção de cultura a partir da vivência cotidiana mais simples. A proximidade entre o Movimento e a Escola forma parte do processo de formação histórica dos sem-terra.

Na construção desse processo de formação humana, o MST vem criando uma *pedagogia do movimento*. Que segundo Caldart (2004), é uma pedagogia que nos permite olhar para o processo de formação dos sem-terra como um processo educativo, e mais, que nos convida a pensar na escola como um dos momentos/espços do processo educativo. Nessa prática pedagógica o principal objetivo é recuperar a visão de educação como formação humana, da escola como um dos tempos e espaços dessa formação e da teoria pedagógica tendo como objetivo a compreensão do que é constituído como ação educativa e cultural, da socialização e formação de identidades, saberes, valores, da construção e apreensão do conhecimento.

A pedagogia do MST foi construída de acordo com as necessidades de adequação de pedagogias já construídas ao modo de vida dos sem-terra, desde o momento acampamento ao momento assentamento. Se fazia necessária, portanto, uma escola que acompanhasse esse movimento e mobilidade da escola e educadores a cada ocupação ou qualquer outro momento de luta pela terra, percebendo a transformação do Movimento a cada passo dessa luta. Além dessa necessidade de acompanhar o movimento a escola, para MST, vai muito além da sala de aula, todo seu processo de formação se dá durante a mobilização política dos trabalhadores e trabalhadoras, a “lida” com a terra, as passeatas, o próprio processo de ocupação, e demais processos de luta, tudo isto é considerado como ato educativo.

Assim a Escola do Assentamento Zumbi dos Palmares, hoje Escola Municipal Zumbi dos Palmares, acompanhou todo o processo de conquista da terra. Ela foi participativa no processo de formação humana dos sem-terra, hoje assentados. Pois desde que se iniciou a construção dos barracos na ocupação, aconteceu também a construção do barracão para se iniciar a escola. Essa escola trazia consigo um símbolo do MST, que defende que só a educação é que liberta. Essa escola era, portanto, uma escola do movimento, assim se utilizou da pedagogia do movimento a partir que ela toma o dia-a-dia das crianças como processo educativo.

A grande importância levantada pelos sem-terra do Assentamento foi a permanência de educadores que fossem do próprio assentamento, que participassem e conhecessem seu processo de luta. Ainda como escola do acampamento, momento inicial da Escola, ela permanecia com professores do próprio assentamento, porém de pouca formação, a maioria com nível fundamental incompleto. Após o reconhecimento do MEC a escola teve que se adequar as normas da LDB, que todas as escolas devem estar constituídas de professores com formação superior na área de educação, ou cursos pedagógicos equivalentes. É principalmente a Direção da Escola que se preocupa com a implementação da *Pedagogia do Movimento* na Escola. Mas para tal é necessário inicialmente a formação de pessoas do campo para o ensino das crianças, essa também é uma preocupação da Secretaria de Educação de Mari:

*“Eu acho que para os alunos a riqueza de conhecimento é maior, é diferente eu chegar lá e trabalhar educação de campo, pra que eu tenha esse conhecimento do MST, eu vou ter que estudar mais, e os professores de lá eles tem uma facilidade muito maior de trabalhar essas questões que são deles, na verdade eles vão ta participando do processo, eles na vão ser alienígenas, mas eles vão está falando da realidade deles, é por isso que eu acho interessante, e é por isso que eu defendo que o MST deve ter uma política de formação de professores nessas áreas, porque infelizmente o ministério não dá condições pra que a gente tenha como formar profissionais pra essa área, eu tenho dificuldades, a questão não é mais grave porque a gente tem um grupo que tem afinidades como o MST, que conhece a proposta do MST, mas você imagine numa localidade em que o secretário não sabe de nada do MST, que os professores também não, e mandam transporte, e levam da cidade, quer dizer o professor lá vai transmitir o conhecimento acumulado dentro da sua formação mas não vai colocar o diferente, que é a proposta pedagógica deles do MST, e isso é extremamente importante, que o professor seja daquela localidade. ( Secretário de Educação de Mari – PB. Fonte: Trabalho de Campo em 23 de Março de 2007)*

A grande questão é como construir uma pedagogia do movimento que se baseia na pedagogia da luta social, se esse agente formador, não conhece o processo de luta? Como tornar esse momento de luta em um momento educativo? A pedagogia do movimento é constituída de várias pedagogias uma delas é a *pedagogia da luta social*, ela brota do aprendizado de que o que educa os sem-terra é o próprio movimento da luta, em suas contradições, enfrentamentos, conquistas e derrotas. A pedagogia da luta educa para uma postura diante da vida que é fundamental para a identidade de um lutador do povo (CADERNO DE EDUCAÇÃO DO MST, N° 9: 2004).

A Escola Zumbi dos Palmares atualmente comporta apenas uma professora assentada. Ela conhece a luta e acompanhou esse processo de ocupação. A diretoria da Escola luta pela efetivação de mais professores que sejam do Movimento, mas também ratifica que a qualificação destes é indispensável, e que a obtenção desse objetivo não se dá, devido, a falta dessa qualificação das pessoas assentadas como coloca o Secretário de Educação:

*“Eu acho que para os alunos a riqueza de conhecimento é maior, é diferente eu chegar lá e trabalhar educação de campo, pra que eu tenha esse conhecimento do MST, eu vou ter que estudar mais, e os professores de lá eles tem uma facilidade muito maior de trabalhar essas questões que são deles, na verdade eles vão tá participando do processo, eles na vão ser alienígenas, mas eles vão está falando da realidade deles, é por isso que eu acho interessante, e é por isso que eu defendo que o MST deve ter uma política de formação de professores nessas áreas, porque infelizmente o ministério não dá condições pra que a gente tenha como formar profissionais pra essa área, eu tenho dificuldades, a questão não é mais grave porque a gente tem um grupo que tem afinidades como o MST, que conhece a proposta do MST, mas você imagine numa localidade em que o secretário não sabe de nada do MST, que os professores também não, e mandam transporte, e levam da cidade, quer dizer o professor lá vai transmitir o conhecimento acumulado dentro da sua formação mas não vai colocar o diferente, que é a proposta pedagógica deles do MST, e isso é extremamente importante, que o professor seja daquela localidade.”* ( Secretário de Educação de Mari – PB. Fonte: Trabalho de Campo em 23 de Março de 2007)

Considerando o pouco tempo de luta do MST na Paraíba, comparado a outros estados da Federação, podemos dizer que pouco foi o processo de formação do MST para os educadores do campo no Estado. O Movimento ainda age de maneira muito tímida nessas escolas. É por isso que a Escola Zumbi dos Palmares não se constitui em uma escola plena do Movimento, pois não se utiliza de maneira completa da pedagogia do MST, mas este é um exemplo de uma tentativa que deve ser levantada para fins de melhoramento dessa atuação.

Para exemplificar outros espaços educativos utilizados pelo MST no Assentamento Zumbi podemos citar a construção da cooperativa. A pedagogia do movimento, traz consigo a pedagogia da organização coletiva, entendida pelo MST como uma *pedagogia da cooperação*, que brota das diferentes formas de cooperação desenvolvidas nos assentamentos e acampamentos, a partir dos princípios e objetivos da luta pela Reforma Agrária e por um novo jeito de dividir as tarefas e pensar no bem-estar de um conjunto das famílias, e não de cada um por si, como na cultura individualista da sociedade em que vivemos. (CADERNO DE EDUCAÇÃO DO MST N° 9: 2004)

O que podemos analisar do Assentamento Zumbi é que ele ainda não incorporou a *pedagogia do trabalho*. Os assentados ainda não tomaram a consciência de que as pessoas se humanizam ou se deshumanizam, ou se educam ou se deseducam, através do trabalho e das relações sociais que estabelecem entre si no processo de produção material de sua existência. Esses trabalhadores ainda vendem a sua força de trabalho através da comercialização da monocultura da mandioca aos *atravessadores*, deixando de manter a qualidade alimentar de sua família.

O MST acredita que é pelo trabalho que o educando produz conhecimento, cria habilidades e forma sua consciência. Em si mesmo o trabalho tem uma potencialidade pedagógica, e a escola pode torná-lo mais plenamente educativo, à medida que ajude as pessoas a perceber o seu vínculo com as demais dimensões da vida humana: sua cultura, seus valores, suas posições políticas. Por isto a *Escola do Campo*, precisa vincular ao mundo do trabalho e se desafiar também para o trabalho e pelo trabalho. No entanto não encontramos no Assentamento Zumbi, nenhum espaço de trabalho considerado educativo, e nenhum projeto da Escola ou da Secretaria de Educação, voltado para esse objetivo.

A Escola do MST ainda deve utilizar-se da *pedagogia da terra* onde a escola pode ajudar a perceber a historicidade do cultivo da terra e da sociedade, o manuseio cuidadoso da terra-natureza para garantir mais vida, a educação ambiental, o aprendizado da paciência de semear e colher no tempo certo, o exercício da persistência diante do entraves das intempéries e dos que julgam senhores do tempo. Mas a escola não fará isso apenas com discurso, terá que desafiar a envolver os educandos e as educadoras em atividades ligadas diretamente á terra (CADERNO DE EDUCAÇÃO DO MST N° 9).

A Escola Zumbi dos Palmares, apesar da mobilização dos militantes por esse objetivo, não conseguem envolver os educadores da escola nesse processo desde que eles não conhecem o processo de luta do MST, não participaram desse processo de territorialização do movimento, e não vivem do cultivo da terra. Contudo, os professores da Escola ainda são do meio rural e são filhos de pequenos agricultores, que não participaram do processo de luta ao acesso á terra, no entanto conhecem a realidade do povo que vive da terra incorporando a essas crianças, mesmo que inconscientemente uma cultura do campo, pois nunca ouviram falar de uma *Educação do Campo*.

#### 2.3.4. A Escola Municipal Zumbi do Palmares: seu funcionamento.

A Escola Municipal Zumbi dos Palmares funciona atualmente em um antigo galpão, como vemos na Figura 07, da antiga fazenda desapropriada para fins agrários, a antiga casa de farinha. De forma muito precária com pouco materiais didáticos essa escola comporta um número muito baixo de alunos matriculados o que dificulta ainda mais a sua permanência. Pois é necessário uma demanda, uma necessidade, de uma escola em um determinado local para ser instalada em seus moldes.



Figura 07: Foto da parte externa da Escola Municipal Zumbi dos Palmares, construída no antigo Galpão da casa de farinha da Fazenda Cafundó. Fonte: Trabalho de Campo, em 23 de Março de 2007.



Na construção da Escola já pós seu reconhecimento no MEC desde 2004, a escola pode contar com as famílias assentadas, com toda a organização do MST e com o apoio da Secretaria de Educação:

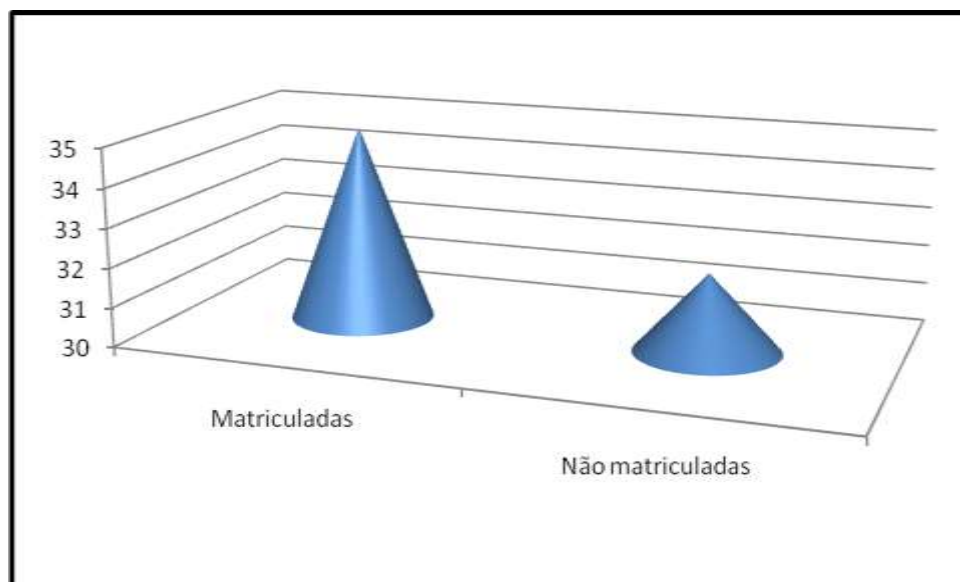
*“...havia um galpão, na época que o MST invadiu a fazenda, então eles nos procuraram e eu conversei com Eva que era uma das liderem, e disse Eva vamos pensar logo na escola, aí o que a gente fez, a gente tentou colocar o mínimo possível, pra gente começar de imediato. Criou uma estrutura, aos poucos estamos criando uma estrutura de escola, então nós colocamos a princípio o que é essencial pra uma escola quadro carteiras, procuramos contratar professores e á partir daí a escola começou a funcionar, colocamos um supervisor que fazia ponte entre a secretaria e a escola e ainda faz, e tem dado certo, temos alguns problemas, pois a gente ás vezes queremos fazer tudo de uma vez mas não dá, aí ás vezes as pessoas querem isso querem aquilo, e agente tem aos poucos, pois agente em os limites de questões também financeiras vocês sabem que não é fácil manter escolas com os poucos recursos que vem pra Secretaria e pro município. Mas na medida do possível a gente tem feito o trabalho, tem mandado material didático , muitas vezes não é suficiente mas a gente procura suprir de uma forma ou outra por isso que eu digo que a gente tem trabalhado em parceria e é verdade, então todo o início da escola se deu através de uma parceria entre a secretaria e o pessoal do assentamento, que foi em princípio boa, não foi conflituoso, na verdade foi em comum acordo eu acho que até por eu ter uma vivência já em áreas de assentamento isso colaborou.”( Secretário de Educação de Mari – PB. Fonte: Trabalho de Campo em 23 de Março de 2007)*

A escola funciona com turmas do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, e atende crianças de 4 á 15 anos. Através de salas multisseriadas, existem atualmente 35 crianças matriculadas, essa ocorrência de salas multisseriadas decorre principalmente da pequena quantidade de alunos por série. A preocupação com o mal funcionamento dessa salas multisseriadas vem, além dos próprios militantes, também, da Secretaria de Educação:

*“A Secretaria de Educação tem trabalhado para acabar com essas salas de regime multisseriado, não só nas escolas de assentamento, mas nas outras escolas tem trabalhado com salas seriadas. Até porque a gente entende que as salas multisseriadas elas não dão muito resultado, o trabalho que a gente tem feito tem demonstrado isso, apesar de atuar com o projeto escola ativa, a gente já tentou trabalhar mas essa experiência não tem dado certo as salas multisseriadas na verdade elas não funcionam bem, então a nossa prioridade é reduzir essas salas de 2001 pra cá nós já reduzimos em torno de 60% dessa salas, são muito poucas no município.”( Secretário de Educação de Mari – PB. Fonte: Trabalho de Campo em 23 de Março de 2007)*

Apenas 52% das crianças assentadas na faixa etária de 4 à 15 anos encontram-se matriculadas na escola do assentamento, as demais crianças são matriculadas nas escolas da cidade. Muitas foram as afirmativas utilizadas pelos pais por não matricularem seus filhos na escola do Assentamento, a falta de segurança na ida, permanência e vinda das crianças; brigas com a direção; consideram melhores os professores da cidade do que as do Assentamento, entre outras. Ainda 10 dessas 35 crianças matriculadas na Escola, são crianças acampadas, do Acampamento Pequena Vanessa, existe aí uma preocupação na instabilidade dessas crianças, que estão em processo de ocupação, as condições de vida destas e a permanência na Escola.

**Gráfico 05: Porcentagem de Crianças Matriculadas e Não Matriculadas na Escola do Assentamento Rural Zumbi dos Palmares, 2007.**



Fonte: Trabalho de Campo, 23 de Março de 2007.

O quadro de professores é formado por três educadores, apenas um deles é assentado no Zumbi, os demais vêm também do município de Mari, e residem em área do campo, não de conflito agrário, mas dos chamados “sítios” da região. São filhos de agricultores e entendem o modo de vida deles como homens da terra, porém não conhecem a luta do MST, nem seus objetivos, e tampouco ouviram falar do *Movimento por uma Educação do Campo*. Nada sabem sobre a *pedagogia do Movimento*. Esses professores têm formação em cursos de Magistério, chamados antigamente “Curso Normal”, ainda existente na cidade de Mari. São professores

contratados recentemente pela Prefeitura, na Escola do Assentamento chegaram no início do de 2007, portanto até o momento convivem com as crianças sem-terra a apenas três meses.

A merenda da escola é adquirida pela prefeitura, que não aproveita a produção local, toda a alimentação é industrializada. Segundo dados do PESQUISA NACIONAL DA EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA – PNERA – 2005 , 92,4% das escolas de assentamento na Região Nordeste a merenda escolar não contém alimentos produzidos no assentamento, e 72% são predominantemente produtos industrializados, como mostra a Tabela 03.

**Tabela 03: Caracterização das Escolas Segundo a oferta de merenda, composição e local de preparação (%) – Brasil e Região Nordeste - 2004**

CARACTERIZAÇÃO	REGIÃO NORDESTE	TOTAL
Escola não oferece merenda regularmente	23,8	29,09
Escola oferece merenda regularmente	76, 2	70,01
Composição da merenda:		
Predominantemente produtos industrializados	65,7	72,2
Produtos industrializados e naturais em proporções equivalentes	29,6	25,2
Predominantemente gêneros naturais	4,8	2,6
Local de preparação das merendas:		
A maior parte é feita na escola	81,4	78,0
A maior parte é feita fora da escola, mas dentro do assentamento	11,7	13,3
Outro local	1,03	1,8
Contém alimentos produzidos no assentamento	18,3	7,6
Não contém alimentos produzidos no assentamento	81,7	92,4



Figura 08: Merenda da Escola Zumbi dos Palmares.  
Fonte: Trabalho de Campo, em 23 de Março de 2007.

A escola enfrenta atualmente um grande problema de falta de água e energia na escola. A energia foi cortada devido o não pagamento dos assentados, pois o prédio não pertence á prefeitura. Como afirma a Diretoria da Escola:

*O acampamento era aqui em baixo próximo a escola, e como acampamento não existe perante a lei, tudo é clandestino então existe as gambiarras, quando foi legalizado o assentamento, veio o projeto luz para todos e cada família ficou com seu relógio, e essa casa é ligada a uma rede da antiga fazenda ficou que tem uma conta de R\$30.000 e tava em nome da cooperativa, e tinha que ser cortada se não o nome da cooperativa ia ficar sujo e não viriam os créditos para os assentados, a prefeitura nunca pagou a conta de luz porque como o prédio ainda é clandestino, então a prefeitura eu acredito que ta correndo atrás de colocar um relógio só para escola da prefeitura. (Fonte: Trabalho de Campo realizado em 07 de maio de 2007)*

E a água não tem tratamento são carregadas através de baldes dos mananciais até a escola, ou por vezes é mandado um carro “pipa” até lá, e são muito mal armazenadas (ver figura 09), trazendo doenças para as crianças. Não existe posto de saúde no assentamento, e as crianças da escola não tem nenhum acompanhamento médico atualmente. Existem na escola dois banheiros, o das meninas e o dos meninos, e são constituídos por um vaso e fossa séptica. A falta de segurança na escola para as crianças, foi por várias vezes citadas pelos pais, tentativas de moléstia sexual às crianças

foi citada como um caso já ocorrido, a proximidade a espaços acidentáveis também foram mencionados.



Figura 09: Reservatório d'água da Escola Zumbi dos Palmares, utilizada para beber, cozinhar, lavar mãos, e as demais necessidades da Escola.

Fonte: Trabalho de campo em 07 de maio e 2007.

Na Figura 10 abaixo vemos os equipamento da Escola Zumbi dos Palmares em condições de uso que são: o fogão, um mimeógrafo, uma geladeira, e um filtro de água. Os espaços existentes na escola são: a cozinha, uma sala para diretoria/secretaria, três salas de aula e um campinho para práticas esportivas.



Figura 10: Parte interna da Escola, sala de aula, cozinha e diretoria.  
Fonte: Trabalho de Campo em 23 de março de 2007.

A prefeitura disponibiliza também um ônibus que transporta a ida das crianças até as escolas tanto do assentamento como na cidade. A volta da escola do assentamento não possui transporte (ver Figura 11), e a distância é significativa para essas crianças retornarem sozinhas. Com todas as questões levantadas pela Secretaria de Educação que acredita na importância da escola do assentamento, ainda existe esse descaso de atendimento à escola:

*A primeira vantagem é a de colaborar com o processo de fixação do homem do campo, a segunda vantagem é evitar por exemplo despesas com o transporte escolar, a segurança das crianças, isso é muito importante, porque a medida que a criança vem pra cidade ela vai estar exposta a uma série de coisas. Por exemplo a mãe e o pai eles não estão aqui, então muitos alunos podem acontecer algum problema, evitar também perigos de acidente, isso é muito importante. Eu acho que o mais importante é tentar estabelecer ou criar idéia pra o aluno, de que a sua fixação no campo ela é essencial pra própria manutenção da cartilha, das questões da manutenção da cultura do*

*campo que eles tem uma cultura muito interessante, da questão de fazer com que eles se interessem mais pelas tradições, que se interessem mais pela função dos pais, pela agricultura. Até porque se todo mundo deixa a agricultura daqui a pouco não tem quem vá cultivar mais os alimentos. Não estou dizendo que quem está no campo está predestinado a não ir pra universidade, eu acho que deve ir, tenho certeza, agora vejo também que é necessário desenvolver uma política de fixar esse homem no campo e fazer com que ele se dedique a vida ali naquela comunidade, melhorar também as condições do campo, então eu acho que a educação ela é essencial nesse processo.*

(Secretário de Educação de Mari – PB. Fonte: Trabalho de Campo em 23 de Março de 2007)



Figura 11: Transporte enviado pela Prefeitura para o deslocamento das crianças do Assentamento pra a Escola Zumbi dos Palmares e para as escolas da cidade.

Fonte: Trabalho de Campo em 23 de março de 2007

Assim vemos que na verdade o que ainda acontece na Escola Zumbi dos Palmares é um processo de luta, agora não mais da construção da escola, mas sim de um projeto de implementação de uma Escola do Campo, de uma escola que comporte suas necessidades. Para isso não é necessário somente vontade, alguém em todo esse processo terá que agir. O ideal seria que esse processo fosse um processo coletivo assim como aconteceu no processo de construção da escola, que os discursos da diretoria da escola, da secretaria de educação, da prefeitura, das famílias assentadas e da coordenação do assentamento andassem juntos, para que ocorresse o bom funcionamento da Escola.

## 5. *Considerações Finais*

---

À partir desse estudo foi possível notar a espacialização e territorialização do MST, principalmente no Estado da Paraíba, sob uma visão que parte da educação como um veículo para esse contínuo processo de construção do Movimento. Com a busca desse levantamento histórico de sua atuação podemos perceber sua estrutura organizacional atual, levantar suas conquistas mais atuais e traçar seus novos rumos.

Com a construção da luta do Assentamento Zumbi dos Palmares, podemos perceber as principais características das famílias assentadas/acampadas, traçando um perfil dos principais objetivos e anseios das mesmas. Para que assim busquemos uma Escola que esteja dentro da realidade desses atores envolvidos. A sua cultura, o seu dia-a-dia, as “armas” com as quais podíamos contar pra continuar a luta por essa melhoria na Educação, não só do assentamento, que seria apenas um dos casos a serem analisados, mas sim de uma educação maior, diferenciada.

Foi à partir de uma pesquisa sucinta do assentamento e da escola, que podemos analisar quais as pedagogias utilizadas ou não pela escola, até que ponto essa escola é uma escola vinculada ao MST, ou ainda de que forma ela atua com uma educação diferenciada e de que forma ela traz a mística do MST para as crianças da escola.

Percebemos que a Escola Zumbi dos Palmares enfrenta grandes dificuldades, na verdade existe ali ainda uma verdadeira luta de construção de uma estrutura de espaço físico, como vimos enfrentam dificuldades básicas como a falta de energia e água, por exemplo, dentre muitos outros, como carências de material escolar, lápis, caderno, livros, etc. Então questionamos como trazer uma escola diferenciada para o campo se na verdade não temos nem infra-estrutura? Os professores não conhecem nem ao menos a história do Movimento, e muito menos estão preparados na busca dessa Escola do Campo, na busca de receber essas diferenças, essa diversidade dos povos do campo, estes são os principais atores os quais deveriam ser preparados para esta implementação, pois são eles que passam mais tempo com as crianças e que



participam daquele momento de sala de aula, de que apesar de não ser o único dos momentos educativos, é um momento importante na construção dessa consciência educativa das crianças.

O que temos na verdade na Escola do Assentamento é uma tentativa dessa construção de uma escola diferenciada, buscando principalmente construir para essas crianças a luta do Movimento. Isto acontece desde que a Diretoria da Escola e a Secretaria da Escola defende essa luta de uma construção de um Plano Político Pedagógico (PPP) diferenciado que comporte a cultura diferenciada dessas crianças, que não só são crianças do campo, elas ainda são assentadas, e são sem-terrinha, então existe uma diversidade dentro da diferença. Essa luta busca nas Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, sua principal fundamentação. Essa Diretoria ainda reivindica à prefeitura professores do próprio assentamento para que esses sejam participantes, da cultura e da vida dessas crianças, conheçam suas realidades e suas dificuldades de ser uma criança do campo.

Para essa construção, como foi dito, existe no assentamento a atuação de um Projeto de Extensão da UFPB, que busca principalmente trabalhar com a formação desses professores, esse é o primeiro passo desse projeto. Enquanto uma equipe trabalha com os professores, outra equipe trabalha com as crianças nas *cirandas infantis*.

Consideramos nesse estudo de grande importância essa construção de uma escola diferenciada para o campo, não que venha aumentar a dicotomia cidade-campo, essas crianças elas precisam ver essa relação cidade-campo sob uma visão inversa: campo-cidade. A qual não é mostrada nos livros didáticos utilizados pela maioria das escolas das cidades, e nem pode ser trazida até os alunos por professores que não conhecem a sua realidade. Essa é uma busca de mostrar os importantes papéis que o campo tem na construção de um país melhor e mais digno, para que um dia essas crianças tenham orgulho de dizer: “eu sou do campo”.

A educação é a base de um desenvolvimento de uma sociedade, não só desenvolvimento econômico, mas assim como também de um desenvolvimento humano capaz de abarcar as diversas facetas da pirâmide societária brasileira, da base ao pico. O enraizamento de uma luta e mobilização política na formação do *ser Sem Terra*, é uma das principais formas de buscar as identidades culturais dos sujeitos que fazem parte desse movimento territorial, e é através da educação que isso se constrói.

É nesse processo de construção do *ser Sem Terra* que esse Movimento busca dar continuidade a uma luta maior, que vai além da luta pela terra para si, mas sim por uma terra par todos, o seu objetivo maior a Reforma Agrária no país.

## 6. Considerações finais

ANDRADE, Manoel Correia de. **O Movimento dos Sem Terra e sua Significação**. MERCATOR: Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 02, 2002.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo** – Petrópolis/RJ: editora Vozes, 2004.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **A Relação Campo-cidade no Brasil do Século XXI**. São Paulo: Terra Livre, N° 21; p. 25-38, 2003.

AUED, Bernadete Wrublewski; VENDRAMINI, Célia Regina; FIOD, Edna Maciel; CONDE, Soraya Franzoni. **Retratos do MST: Ligas Camponesas e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** – Florianópolis: Cidade Futura, 2005.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer N°: 36/2001. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**, DF de 04/12/2001.

BRASIL, MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA; SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO; SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL. **Projeto Cadastro De Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Estado da Paraíba: diagnóstico do município de Mari –PB** – Recife, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação – MEC; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária – PRONERA. **Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA)**. Versão Preliminar: DF, 2005.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3ª ed – São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COELHO, Nelson. **A Tragédia de Mari** – João Pessoa: Idéia, 2004.

DOMBEK, Luiz Antonio. **Segurança Alimentar e Autoconsumo em Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema**. 2006

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento Social como Categoria Geográfica** – São Paulo: Terra Livre, N°15;p.59-85, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta Pela Terra: a formação do MST - movimento dos trabalhadores Rurais sem terra no estado de São Paulo**, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 –1999)**, 1999. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Maçano; MOLINA, Mônica Castagna. **O Campo da Educação do Campo**.

FRANCO GARCÍA, Maria. **Territórios de Luta pela Terra no Pontal de Paranapanema**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã: educação para e pela cidadania**. Disponível em <[www.paulofreire.org/Moacir\\_Gadotti/Artigos/Portugues/Escola\\_Cidada/Escola\\_Cid\\_Mov\\_projeto\\_2000.pdf](http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Escola_Cidada/Escola_Cid_Mov_projeto_2000.pdf)> acesso em 15 de maio 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2ª ed – São Paulo: edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-Terra e os Desafios da Participação Popular no Meio Rural e brasileiro: ação política e imagem neste final de milênio**. UFBA: Caderno – CRH – Faces do Novo Rural: 28 de janeiro de 1998. Centro de Recursos Humanos. FAC – Ciências Humanas e Filosofia, UFBA.

GUERRA, **Dicionário Geológico - Geomorfológico**. – 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo, osfs; CALDART, Roseli Salet. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas** – São Paulo: 2002.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **A Produção a Ação Coletiva No MST: relações de poder e subjetividade**. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia) Universidade Federal da Paraíba, 2007.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Os Movimentos Sociais de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária no Pontal de Paranapanema (SP): dissidências e Dinâmica Territorial**. Dissertação apresentada a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil:2006.

LIMA, Joselita Ferreira de. **A Dimensão Educativa da Mística na Luta Política do MST**. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, 2003.

MAIA, Doralice S. **Cidades pequenas: como defini-las?** Manaus: Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana. (Meio digital), 2005.

MENEZES NETO, Antonio Júlio. **Além da Terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MEDEIROS, Leonilde de Servolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo** – Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MST. **Como Fazemos Escolas de Educação Fundamental**. *Caderno de Educação n° 9*. São Paulo: Setor de Educação, 1999.

MST. **Educação Infantil Movimento da Vida Dança do Aprender** - *Caderno de Educação N° 12*. São Paulo: Setor de Educação, 2004.

MST. **Educação de Jovens e Adultos Sempre é Tempo de Aprender**. *Caderno de Educação N° 11*. São Paulo: Setor de Educação, 2003.

MST. **Educação no MST Balanço 20 anos**. *Boletim da Educação n° 9*. São Paulo: Setor de Educação, 2004.

MST. **Concurso Nacional para Estudantes do MST: as sementes são patrimônio da humanidade**. *Catálogo* seleção de trabalhos de arte-educação, 2004.

MST. **Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001** *Caderno de Educação n° 13 Edição Especial*, 2005.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária UFPB, 1997.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST** – São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MEIRA NETO, Belizário. **Direito de Resistência e o Direito de Acesso à Terra**. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. São Paulo: Centro de Estudos, v 15e n° 43, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo: conflitos e violência movimentos sociais e resistência os “sem-terra” e o neoliberalismo**. 11ª ed. – São Paulo: Contexto, 2002.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Além das Cercas: um olhar educativo sobre a reforma agrária**. João Pessoa: Idéia, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. A Questão Cidade –Campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; EHITACKER; Arthur Magon. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: expressão popular, 2006.

STÉDILE, João Pedro.(org.) **A Questão Agrária no Brasil**: v.1, 2 e 3. - São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SOUZA, Marcelo L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Berthand Brasil,2003.

SOUZA. Rômulo Vinicius C. C. de; SANTANA, Flávio Silva de; SENA, Maria das Graças C. de. **O Acesso às Inovações nos Sistemas da Agricultura Familiar Tradicional e em Assentamentos da Reforma Agrária, disponível em < [www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/6/Romulo\\_Vinicius\\_C\\_C\\_de\\_Souza.pdf](http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/6/Romulo_Vinicius_C_C_de_Souza.pdf) >** acesso em 21 de maio de 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Abrindo os Marcos Teóricos para os Entendimento das Ações Coletivas Rurais**. UFBA: Caderno – CRH – Faces do Novo Rural: 28 de janeiro de 1998. Centro de Recursos Humanos. FAC – Ciências Humanas e Filosofia, UFBA.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Cf. Revista Semestral Pegada: Dossiê **20 anos de EZLN e MST**. Vol. N° 5 – Novembro 2004.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, Trabalho e Educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

VIA CAMPESINA – Brasil. **Direito de Todos os Camponeses e Camponesas**.*Cartilha Educação Do Campo*: 2006.

